

# PÁGINAS a&b

arquivos & bibliotecas

14

2020 SÉRIE 3

Por alturas do Natal, a revista *Páginas a&b* surge a dar cumprimento à sua periodicidade regular. Este é o terceiro número publicado em 2020, pois além dos dois habituais, de julho e dezembro, foi editado um número especial em maio, com comunicações apresentadas no VI Workshop de Pós-graduação em Ciência da Informação, organizado pelo GT de Ciência da Informação da SOPCOM. Esta colaboração com o referido GT tem já alguns anos e dela decorrem os números especiais que, desde 2016, a revista tem publicado, contribuindo assim para dar visibilidade à investigação que se faz nas universidades portuguesas, mas também em universidades brasileiras e de outros países do espaço ibero-americano.

O número que agora se disponibiliza aos leitores conta com trabalhos cujas temáticas se revestem de grande atualidade e pertinência. Sendo uma revista de cariz essencialmente lusófono, nota-se, mais uma vez, o predomínio dos autores brasileiros, tendência que se tem acentuado desde que a revista passou a ser editada em formato eletrónico.

Comportamento informacional, plataformas digitais e documentos fotográficos são os temas principais que estão em foco nesta edição. A abrir temos um estudo de França, Alves e Silva, que analisa a expressão dos sentimentos dos utilizadores no Twitter em relação com a COVID-19, o qual se reveste da maior relevância neste tempo incomum em que vivemos. Na mesma linha de investigação comportamental, Camillo e Valentim debruçam-se sobre a relação que utilizadores com depressão estabelecem com as plataformas tecnológicas, centrando o seu estudo numa comunidade específica - a comunidade Slowly. Passarelli e Angeluci analisam igualmente o comportamento de estudantes brasileiros que passam o seu tempo intensamente *online*, procurando identificar as tendências emergentes neste grupo social.

As plataformas digitais são também objeto de análise no artigo de Santos e Rosa, neste caso incidindo sobre a avaliação do repositório institucional da Universidade Federal da Bahia, com o objetivo de discutir critérios e produzir documentos padronizados que suportem a avaliação deste tipo de repositórios. Numa perspetiva diversa, mas igualmente focando as plataformas digitais, Ventura discute a organização e representação da informação em arquivos e a sua inteligibilidade por parte dos utilizadores, tema que, de certo modo, também envolve problemas de comportamento informacional. A pesquisa é baseada na análise da plataforma do jornal *Público*, no período de 1990 a 2006.

Os estudos arquivísticos estão também presentes no trabalho de Mariz, Silva e Cordeiro, dedicado ao tratamento de fotografias nos arquivos pessoais e familiares, e no texto de Silva, Penha, Madio e Machado, que incide sobre a tipologia dos documentos fotográficos

---

e sua relação com a elaboração de instrumentos de gestão documental, com foco na Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Rio Claro (São Paulo – Brasil).

Centrado também num município brasileiro, o trabalho de Barbosa, Mata e Pereira aborda as competências em informação requeridas para as bibliotecas escolares da rede municipal de ensino de Vila Velha (Espírito Santo – Brasil), estudo de caso que pode servir de exemplo para outras realidades congêneres.

A fechar, Neves, Santana e Gomes debatem o tema do *marketing* digital, com base nas técnicas de *Search Engine Optimization* (SEO), tendo em vista a recuperação da informação em periódicos científicos.

Este ano de 2020 tem sido, como todos sabem e sentem, um ano atípico, estranho e muito desolador. As plataformas digitais e as competências em termos de literacia tecnológica estão a ter um incremento enorme e a mudar as nossas vidas, sobretudo porque proporcionam formas de comunicação que nos permitem superar a distância física a que estamos sujeitos. Mas também se discutem já os efeitos perversos que daí advêm e o impacto nos comportamentos, no bem-estar e nas próprias emoções. Estudos futuros, também no campo da Ciência da Informação, irão certamente ajudar a compreender o tempo da COVID-19, tal como alguns textos deste número já indiciam. Por agora, o mais importante é vivermos em paz e com boa saúde a época festiva que se avizinha. Que a leitura de *Páginas a&b* possa contribuir para a tranquilidade e o bem-estar que desejamos aos nossos leitores.

Bom Natal e boas leituras!

**Fernanda Ribeiro**

**Resumo:** Trata-se de uma pesquisa exploratória com abordagem quantitativa e com o objetivo de observar os níveis de polaridade sentimental dos usuários do Twitter durante o isolamento social. Foi utilizada a linguagem R para aplicar as técnicas de Mineração de Textos e Análise de Sentimentos em um *corpus* que, tratado e estruturado, foi construído a partir de *tweets* associados à temática da COVID-19. Os resultados obtidos revelaram que, de um modo global, as pessoas manifestaram um sentimento mais positivo que negativo quando expressaram seu cotidiano na referida plataforma de mídia social.

**Palavras-chave:** Análise de sentimentos; COVID-19; Mineração de texto; Twitter.

**Abstract:** This is an exploratory research with a quantitative approach which purpose is observing the levels of sentiment polarity of Twitter users during social isolation. The R Language was used to apply the Text Mining and Sentiment Analysis in a *corpus* that, treated and structured, was built by tweets associated with the COVID-19 theme. The results obtained reveal that, globally, the people manifested a more positive rather than negative feeling towards their daily routine in the mentioned social media platform.

**Keywords:** Sentiment analysis; COVID-19; Text mining; Twitter.

## 1. Introdução

Ao longo dos últimos meses fomos surpreendidos com uma terrível doença, a COVID-19, que se espalhou pelo planeta atingindo todas as nações e moldando um novo jeito de viver, onde o medo de contrair este vírus é uma realidade constante e as populações esperam uma resposta científica por meio de vacinas e medicamentos eficazes para que a vida volte a sua normalidade.

Inseridos nesta situação caótica, nós, pesquisadores da Ciência da Informação (CI) buscamos contribuir nas discussões sobre o momento atual e viabilizamos esta pesquisa diante das questões interdisciplinares que envolvem a CI, na qual estreitamos ainda mais os laços de proximidade com as áreas do conhecimento humano, neste caso, a Linguística e a Psicologia para que pudéssemos lograr êxito em nossa caminhada e, com isso, exteriorizar os estados emocionais das pessoas a partir das falas destas em uma mídia social.

Assim, o presente estudo tem por objetivo analisar os sentimentos dos usuários brasileiros na plataforma Twitter diante da realidade que vivemos com o enfrentamento à COVID-19 e as suas consequências para os diferentes aspectos da vida humana, quer seja no contexto pessoal ou quer seja no âmbito profissional.

### **2. A Ciência da Informação e a COVID-19: acesso e uso da informação**

A Ciência da Informação, compreendida também como uma metaciência e que tem a informação como seu objeto de estudo, pode em muito contribuir com as demais áreas do conhecimento humano, uma vez que a informação é abrangente e seu acesso e uso podem direcionar e trazer luz a tomada de decisões (SILVA, 2009:30). Neste sentido, percebemos que o mundo está passando pela pandemia da COVID-19 e neste contexto de realidade vivenciada em todos os aspectos da vida humana, a informação se destaca diante das inúmeras possibilidades que esta pode oferecer, inclusive, na cura e na fabricação de vacinas frente ao novo Coronavírus. No que tange ao acesso e uso da informação, sabemos que os indivíduos buscam e utilizam informações por várias razões, mas no âmbito da atuação profissional, Choo (2003:18) ressalta que:

[...] as características do trabalho ou da situação problemática determinam a maneira de usar e acessar a informação. Utilizamos esta abordagem multifacetada para analisar a maneira como a organização busca e utiliza a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões.

Desta maneira, o acesso e uso da informação no combate à COVID-19 poderão criar os meios necessários para barrar ou eliminar definitivamente o vírus que se propaga na sociedade, ainda que este consiga evoluir e passar pelas mutações já conhecidas por todos os cientistas, bem como auxiliar a percebermos o estado psicológico social.

Para tanto, é preciso compreender que “a informação é inseparável do sujeito, tanto daquele que a gera, como daquele que a transforma e a trata, como aquele que a recebe e a aplica, transformando-a ou não em outros conteúdos” conforme explica Tálamo (1996:12). Deste modo, a informação geradora de novos conteúdos permite aos cientistas da informação atuar de diferentes maneiras frente ao novo vírus que aflige a população mundial.

### **3. O Twitter como lugar de acesso para o uso da informação**

O Twitter é uma plataforma de mídia social que nos dá a liberdade de registrarmos “O que está acontecendo?”<sup>1</sup> em nosso cotidiano. É desse modo que a ferramenta se junta a outras de sua categoria para fazer aumentar dia após dia o volume de dados em uma era cuja informação torna-se o insumo de alto valor para quem tem o poder da tomada de decisão. Não é forçoso refletirmos que tal massa de informações, que a ferramenta acumula diuturnamente, sintetiza o pensamento de uma dada sociedade e que nos permite, em um dado recorte temporal, que vejamos através de uma janela e capturemos os posicionamentos de um determinado povo diante de um tema qualquer. E o Twitter, por meio de sua Interface de Programação de Aplicativos (API, do inglês *Application Programming Interface*), permite-nos acessar tal massa de dados e informações a fim de obtermos algum padrão para aquilo que buscamos encontrar.

---

<sup>1</sup> Pergunta mote da plataforma para que indiquemos algo que se passa em nossa vida em dado momento.

Compreendemos que a ferramenta se destaca como um profícuo ambiente para acessarmos informações e usá-las para trazermos à luz do conhecimento, contornos de um dado fenômeno social. No Twitter, as pessoas se expressam espontaneamente de modo que não necessariamente precisamos perguntá-las sobre um algum assunto uma vez que suas opiniões já estão lá. O esforço reside então em determinar que recorte temático temos em mente e quando isso se deu. Para esta pesquisa, interessou-nos saber como se expressou o povo brasileiro sobre seu dia a dia no período da quarentena e isolamento social. Para nós, garimpar padrões nas falas das pessoas sobre esse fenômeno, que modificou e tem modificado o ir e vir de todos, é fazer a CI se debruçar sobre quais são as implicações intrínsecas. Analisar o acesso e uso da informação em plataformas de mídias sociais como o Twitter, a área se destaca fazendo evocar sua essencial responsabilidade social.

#### 4. Percurso metodológico

Através da API do Twitter e utilizando a linguagem R<sup>2</sup>, em 21 de junho passado, foram identificados 687.313 *tweets* cujo assunto fizesse menção aos termos **quarentena** ou **isolamento social**. Desse total, 558.322 foram validados sem erros na coleta, quantidade esta que compôs nosso *corpus* de trabalho para esta pesquisa. Dos metadados disponíveis para cada postagem, fizemos uso do *text*, que acomoda o texto publicado pelo usuário na plataforma.

Na perspectiva de analisarmos os sentimentos dos usuários do Twitter, aplicamos a técnica da mineração de texto também conhecida como análise de dados não-estruturados. De acordo com Aranha e Passos (2006:2), “mineração de textos é um conjunto de métodos usados para navegar, organizar, achar e descobrir informação em bases textuais” ela é uma área multidisciplinar e envolve áreas como a informática, estatística, linguística e a ciência cognitiva. Para os autores a mineração de texto não é um mecanismo de busca, ela consiste em um conjunto de técnicas para descobrir informações desconhecidas em bases textuais.

Ao realizarmos a pesquisa com esses termos, buscamos conhecer a polaridade das mensagens dos usuários do Twitter quanto ao seu sentimento, ou emoção. As definições e correntes de pensamento acerca da conceituação do que é emoção ainda estão em construção, porém Golleman (2011) defende que a emoção envolve estados psicológicos e biológicos, que impactam na sobrevivência da espécie humana. Para Miguel (2015) apesar de parecer simples a definição do termo é complexa e envolve múltiplas variáveis.

Nesse sentido, interessou-nos saber o quão positivas ou negativas foram as manifestações dos usuários na plataforma do Twitter quando seus discursos puderam ser trabalhados através das duas técnicas citadas. Em suma, quando um sujeito se manifestou subjetivamente no *microblog*, foi nosso desejo quantificar o quão positivo ou negativo foi seu texto. Para nós, essa abordagem deu conta de termos um panorama geral da direção para a qual aontou o sentimento das pessoas nesse período de isolamento social.

---

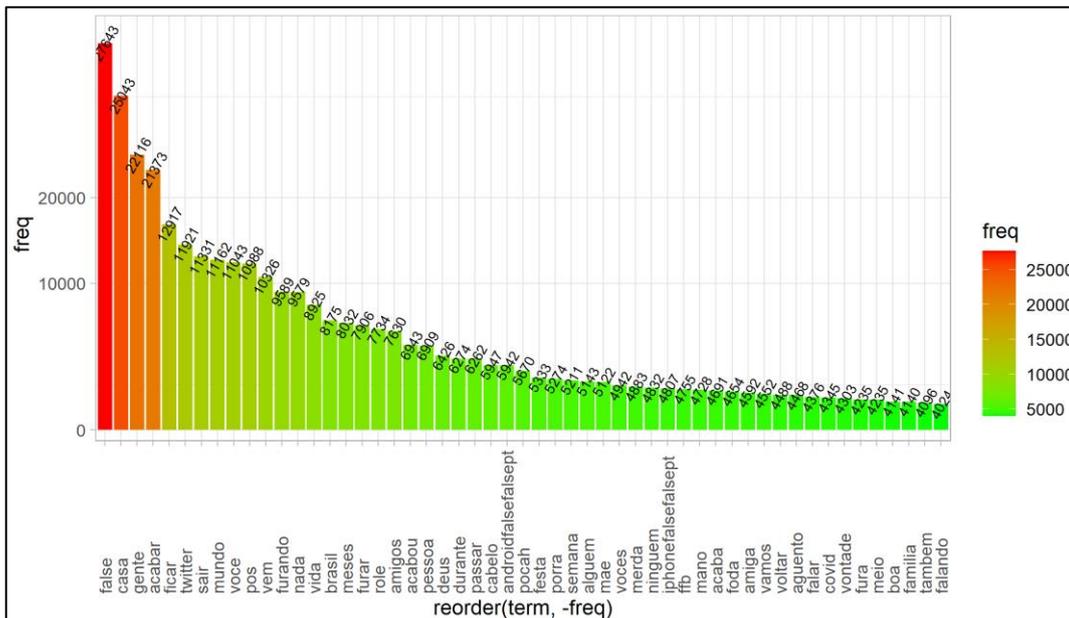
<sup>2</sup> “R é um ambiente de software livre para computação e gráficos estatísticos.” (R-PROJECT, 2020, *online*, tradução nossa).

Compreender isso pode ajudar as autoridades a observarem também a saúde mental de sua população.

### 5. Discussão dos resultados

A partir da Mineração de Texto foi possível obtermos, de modo amplo, os termos mais frequentes que orbitaram as postagens quando as pessoas se expressaram no *microblog*. A Fig. 1 apresenta um conjunto de palavras que foram mencionadas ao menos 4.000 vezes em nosso *corpus*:

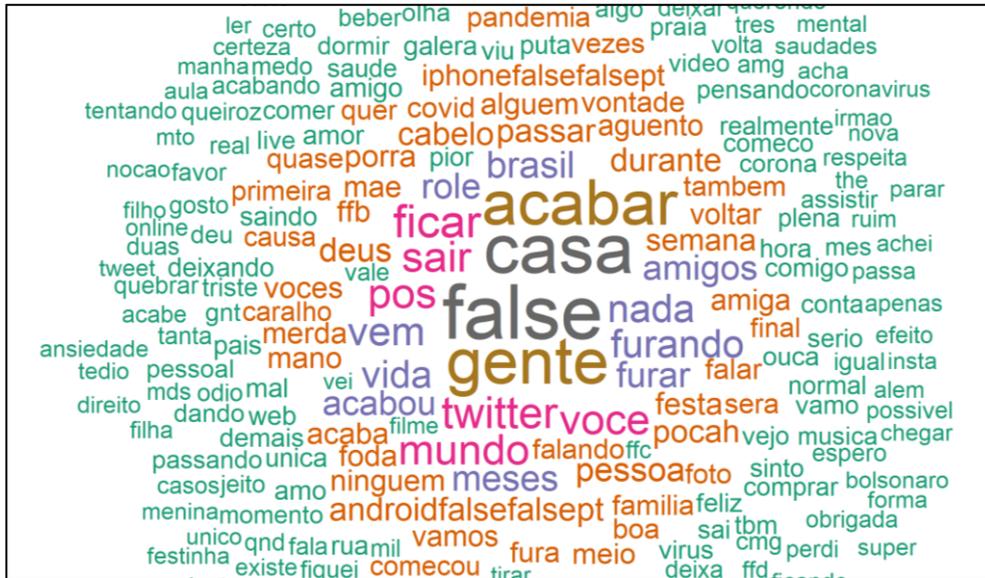
Fig. 1 – Frequência dos termos mais abundantes



Fonte: Desenvolvimento nosso

Termos como casa, gente, acabar, ficar, sair, pós, furando, rolé, amigos, e tantos outros nos fazem mergulhar dentro do contexto social pelo qual vivemos nos últimos meses nos quais temos ficado mais em casa, torcendo para acabar o isolamento, ou seja, queremos sair às ruas num momento pós-COVID-19, ver gente, enfim, dá um rolé com os amigos. Esse tipo de observação corrobora que o *corpus* trata de fato da temática da quarentena e isolamento social, e mais, quais são as inquietações das pessoas, aqui, representadas por palavras em seus sentidos isolados. A seguir, apresentamos uma nuvem de palavras (Fig. 2) que dá outra perspectiva sobre a mesma frequência apresentada anteriormente:

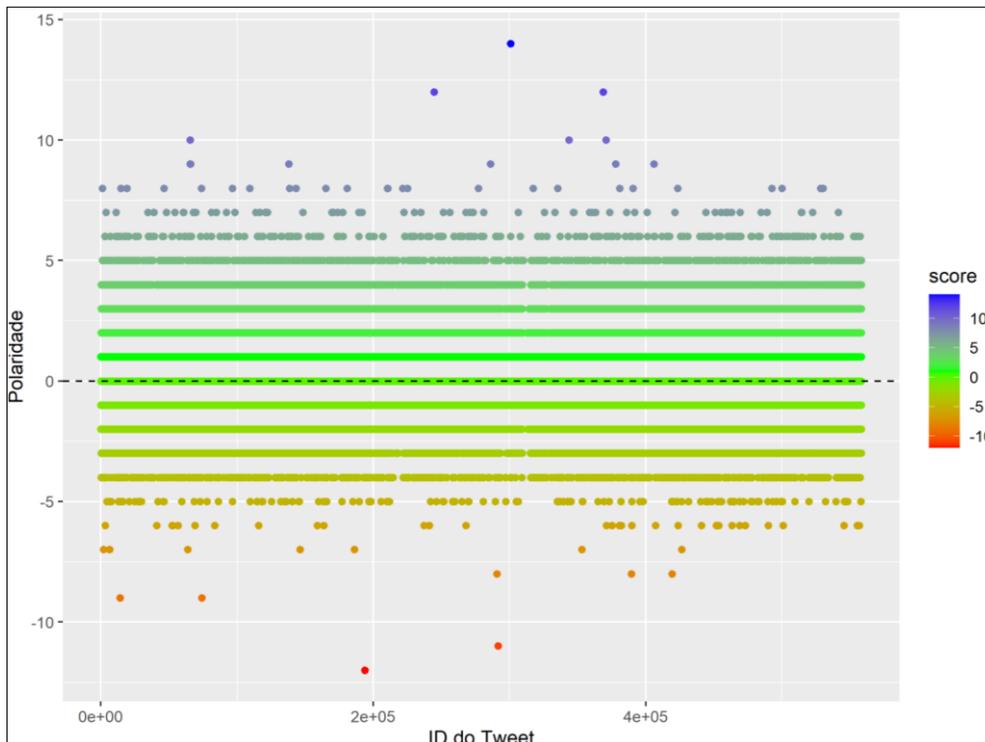
Fig. 2 – Wordcloud de termos ligados ao tesouro



Fonte: Desenvolvimento nosso

A palavra *false* foi mencionada no contexto, mas não conseguimos conceber nenhuma associação com o tema. Em um segundo momento interessou-nos avaliar qual a polaridade das mensagens publicadas no Twitter por meio da Análise de Sentimentos. Desse modo, apresentamos a seguir a Fig. 3 que apresenta o quão positiva, neutra ou negativa foram as postagens das pessoas que falaram sobre quarentena ou isolamento social:

Fig. 3 – Polaridade média das postagens que mencionaram termos do tesouro



Fonte: Desenvolvimento nosso

Obtemos que a polaridade média geral ficou em **0,1320851**, ou seja, um pouco acima da neutralidade, dando conta que de um modo geral, as pessoas foram mais positivas ao se expressarem junto ao *microblog* quando o tema foi quarentena ou isolamento social. Diagnosticamos que **115.349** postagens apresentaram polaridade positivas e **72.453**, negativas. Ou seja, se considerarmos apenas o cunho positivo ou negativo das falas, em **61%** das vezes, as pessoas manifestaram um sentimento superior a zero, consequentemente, **39%** apresentaram um aspecto mais negativo em seus discursos. Isso representa que, apesar dos entraves que temos vivenciado no momento, há a percepção de que tudo está ou vai melhorar, que a esperança de dias mais amenos deve se apresentar num breve horizonte. É nosso entender para o momento.

### 6. Considerações finais

As mídias sociais dão voz aos seus usuários, como é o caso do Twitter, onde é possível encontrar os assuntos mais atuais, desde notícias sobre esporte, política até os relativos ao entretenimento. Ainda por meio desta plataforma, cada perfil de usuário pode expor o que ele está sentindo sobre qualquer assunto e nesse tempo de isolamento social, a mídia tornou-se o lugar, ou melhor, o refúgio ideal para que os usuários externalizem os seus estados emocionais nesse período de pandemia da COVID-19.

A mineração de texto tornou evidente uma série de termos que nos remetem ao contexto social pelo qual estamos vivenciando. Deste modo, analisando o segundo e o terceiro termo coletados, o isolamento social remonta a ideia de ficar em casa, uma possível aceitação, porém não distante da vontade que toda essa situação acabe, podemos visualizar isso ao observar os termos rolê, amigos, festa, seguidos também por possíveis críticas a quem não está cumprindo esse isolamento, a exemplo, dos termos furando, furar, fura.

Em síntese, a polaridade apresentada confirma que mesmo em meio a todos os transtornos ocasionados pelo distanciamento social, há uma esperança de tempos melhores entre os usuários do Twitter. Assim, as informações coletadas por nossa pesquisa abrem caminhos para o desenvolvimento de novos estudos, com o intuito de compreender novos comportamentos criados durante esse período, podendo alavancar mercados de novos produtos e novos serviços.

### Referências bibliográficas

**ARANHA, Christian; PASSOS, Emmanuel**

2006 A Tecnologia de mineração de textos. *RESI: revista eletrônica de Sistemas de Informação*- [Em linha]. 5:2 (2006) 1-8. [Consult. 11 ago. 2020]. Disponível em: <http://www.periodicosibepes.org.br/index.php/reinfo/article/view/171/66>.

**CHOO, Chun Wei**

2003 *A Organização do conhecimento: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões*. Trad. Eliana Rocha. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003.

**GOLEMAN, Daniel**

2011 *Inteligência emocional: a teoria revolucionária que redefine o que é ser inteligente*. Trad. Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

**MIGUEL, Fabiano Koich**

2015 Psicologia das emoções: uma proposta integrativa para compreender a expressão emocional. *Psico-USF*. [Em linha]. 20:1 (jan.-abr. 2015) p. 153-162. [Consult. 15 jul. 2020]. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pusf/v20n1/1413-8271-pusf-20-01-00153.pdf>.

**SILVA, Armando Malheiro da [et al.]**

2009 *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. 3ª ed. Porto: Edições Afrontamento, 2009.

**TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira**

1996 Informação: organização e comunicação. In SEMINÁRIO DE ESTUDOS DE INFORMAÇÃO, 1º, Niterói, 1996 - *Anais*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1996.

**André Luiz Dias de França | [andreluizjpb@gmail.com](mailto:andreluizjpb@gmail.com)**

Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil

**Isaac Newton Cesarino da Nóbrega Alves | [maxsteelbr@hotmail.com](mailto:maxsteelbr@hotmail.com)**

Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil

**Dulce Elizabeth Lima de Sousa e Silva | [dulcelizabeth@gmail.com](mailto:dulcelizabeth@gmail.com)**

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS/SE), Brasil

**Resumo:** Esta pesquisa objetivou averiguar as razões para usuários com depressão da comunidade Slowly se envolverem com informação tecnológica, partindo-se de duas hipóteses: nula ( $H_0$ ) e alternativa ( $H_1$ ). Os dados da pesquisa foram coletados por meio do acesso à página de depoimentos públicos registrados no *site* oficial do Slowly na rede Internet, indexados sob o termo depressão. Em relação aos procedimentos metodológicos, aplicou-se a técnica Análise Categorical do método Análise de Conteúdo. As hipóteses foram testadas por meio do teste qui-quadrado. A primeira hipótese ( $H_0$ ) não foi rejeitada, porque os usuários com depressão da comunidade Slowly não desejam obter apenas apoio sentimental dos outros membros da comunidade. Conclui-se com a expectativa de que estudos futuros investiguem soluções para que pessoas com depressão e as mais propensas a se relacionarem com outras via Internet obtenham mais qualidade de vida. Também é desejável que novos estudos possam investigar a saúde mental de usuários assíduos nas comunidades virtuais/*online*, a fim de constatar se há tendências comportamental-depressivas nos usuários que se envolvem intensamente com o uso e produção de informação tecnológica nos espaços virtuais.

**Palavras-chave:** Comunidade virtual Slowly; Depressão; Informação tecnológica.

**Abstract:** This research aimed to investigate the reasons for users with depression in the Slowly community to get involved with technological information, starting from two hypotheses: null ( $H_0$ ) and alternative ( $H_1$ ). The survey data were collected by accessing the public testimonials page registered on Slowly's official website, indexed under the term depression. Regarding the methodological procedures, the Categorical Analysis technique of the Content Analysis method was applied. The hypotheses were tested using the chi-square test. The first hypothesis ( $H_0$ ) was not rejected, because users with depression in the Slowly community do not wish to obtain only sentimental support from other members of the community. It concludes with the expectation that future studies shall investigate solutions for people with depression and those more likely to relate to others via the Internet to achieve more life quality. It is also desirable that further studies can investigate the mental health of regular users in virtual/*online* communities, in order to verify whether there are behavioral-depressive trends in users who are intensely involved with the use and production of technological information in virtual spaces.

**Keywords:** Virtual community Slowly; Depression; Technological information.

## 1. Introdução

O Slowly é uma comunidade virtual formada por pessoas conectadas em rede ao redor do mundo que objetivam se relacionar por meio do envio de cartas virtuais. De acordo com o seu *site* oficial na rede Internet, a comunidade congrega mais de dois milhões de usuários e já estabeleceu, até o momento, mais de dez milhões de conexões interpessoais virtuais ao longo dos últimos anos em todo o mundo (SLOWLY, [20--]).

Os usuários do Slowly se comunicam por meio da reprodução virtual da experiência analógica de conhecer pessoas por meio de cartas, denominada *pen pals*, que é um modo

de preservar o tradicional hábito de escrever e enviar cartas com a finalidade de conhecer novas pessoas das mais distintas idades, cidades, estados, países e culturas. Como consta no *Cambridge Dictionary* (Pen Pal, [20--]), um *pen pal* é alguém com quem você troca cartas por *hobby*, mas geralmente não o conhece.

A comunidade pode ser acessada por meio de um aplicativo do mesmo nome para *smarthphones*. As “novas” conexões interpessoais são estabelecidas quando o usuário remetente escolhe manualmente os atributos do seu destinatário (idioma, assuntos de interesse, signo do zodíaco, idade, gênero, continente e país) ou quando ele aciona a auto combinação, um mecanismo para selecionar automaticamente perfis relevantes de acordo com as suas preferências previamente informadas. No Slowly, os perfis não dispõem de fotos de pessoas reais, mas de um avatar personalizável.

Um outro ponto interessante dessa comunidade é como ocorre o recebimento das cartas virtuais. Quando enviadas, elas podem demorar horas ou dias para serem entregues ao destinatário, a depender do quão distante ele está da localização geográfica do remetente. Quanto maior a distância, maior será o tempo de entrega da carta. Inclusive arquivos de áudio e imagem podem ser anexados para envio, mas apenas com o consentimento do destinatário, que faz a liberação da solicitação previamente feita pelo remetente.

Em razão do Slowly ser uma comunidade virtual, seus usuários se relacionam por meio do envolvimento com a informação tecnológica, que atua e age através de instrumentos específicos do conjunto de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Esse tipo de informação incorre na alteração da percepção da realidade e, conforme destaca Ilharco (2003), consiste na alteração da própria realidade.

A informação tecnológica proporciona atuar em uma realidade paralela comumente denominada virtual. Ela adentra o real alinhando-se ao fenômeno da realidade que a precedeu. Isso significa que “A informação tecnológica adiciona à informação sobre e para a realidade a característica de ser ela mesma a realidade” (ILHARCO, 2003:82). Nessa perspectiva, Fallman (2011:1.055, tradução nossa), explica que “[...] a informação tecnológica não dá acesso à realidade, mas substitui a realidade”.

Ilharco (2003:79) conceitua a informação tecnológica do seguinte modo:

[...] é o tipo de tecnologia que actua, que age, sobre a informação através de instrumentos que captam, armazenam, processam e distribuem textos, números, sons, imagens e todo o tipo de combinação deste géneros de dados [...]. Utilizamos, experimentamos, a informação tecnológica quando vemos televisão, quando trabalhamos no computador, quando estamos ao telefone, quando pesquisamos na Internet, quando ouvimos rádio no carro etc.

É por meio dos dispositivos eletrônicos, mais precisamente dos *smartphones*, que os usuários do Slowly se envolvem com a informação tecnológica, visto que ela se insere no contexto dos computadores, dos celulares e dos televisores. Para Fallman (2010:57, tradução nossa), “Esta forma de informação pode ser encontrada em dispositivos que fornecem informações nem sobre nem para a realidade, mas sim como realidade”. Rossi e Valentim (2020:33) corroboram essa visão ao explanarem que “A comunicação, a ação e a informação tecnológica – textos, sons, desenhos, fotografias e vídeos gerados e distribuídos em distintos recursos tecnológicos – se constituem em uma realidade vivenciada na sociedade contemporânea”.

Isso posto, esse tipo de informação se constitui no próprio ambiente virtual. É a dimensão virtual em si, na qual os usuários estabelecem relações. *Locus* no qual as pessoas atuam sob um novo *modus operandi* em que a comunicação produzida, enviada e compartilhada é oriunda da ação da humana. Esta, por sua vez, incide nos aparatos tecnológicos, amplifica as potencialidades do homem por meio das TIC e, mediante isso, constitui virtualidades como realidade.

A concepção de informação tecnológica de Albert Borgmann antecede à de Fernando Ilharco que a complementa. Para o primeiro, a informação tecnológica é mais que o objeto da tecnologia da informação. Borgmann (1999:166, tradução nossa) a entende como “[...] a informação que é medida em *bits*, ordenada por meio de álgebra booleana, e transportada por elétrons”. Ilharco (2003) entende que a informação tecnológica potencializa a ação do homem na realidade. Ele pode descobrir, revelar, interferir, rivalizar e substituir a própria realidade.

Isso se deve, atualmente, ao papel fundamental que a informação ocupa na sociedade, incluindo a sua relevância para as relações humanas, como destacado por Vasconcelos e Faria (2018). Segundo os autores, “A informação passa a ocupar lugar de destaque nas relações humanas e também passa a ser utilizada como matéria-prima no campo científico e tecnológico” (VASCONCELOS e FARIA, 2018:241). É por essa razão que os usuários da comunidade *Slowly* interessam a esta investigação.

Nesse sentido, Fallman (2010:58, tradução nossa) observa que

Mundos virtuais populares como *Second Life* e *World of Warcraft* estão se tornando lugares onde as pessoas vivem suas vidas; onde elas fazem coisas e por meio de seus avatares elas são consideradas de uma tal forma que não podem fazê-lo ou sê-lo em suas vidas reais.

No caso do mundo virtual *Slowly*, seus usuários buscam se conectar com outros membros, cuja finalidade se refere a estabelecer relações interpessoais virtuais profícuas, empáticas, compatíveis e com afinidades. Algumas dessas relações, de tão bem-sucedidas, incorrem em depoimentos voluntários publicados no *site* da comunidade na Internet. Os depoimentos são indexados sob inúmeras *hashtags* como: *#Friendship*, *#Experience*, *#Communication*, *#Writting*, *#CulturalDifferences*, *#Language*, *#Taiwan*, *#India*, *#Soulmates*, *#HardTimes*, *#Brazil*, *#UnitedStates*, *#Love*, *#SelfLove*, *#Indonesia*, *#Russia*, *#MeetUp*, *#Depression*, *#LongDistance* e *#Italy*. Todas na língua inglesa. Entretanto, o conteúdo de maior interesse para esta investigação consta na *hashtag* *#Depression* ou depressão em língua portuguesa.

A depressão tem caminhado junto ao homem ao longo da história e tem lhe causado impactos em suas emoções, pensamentos e comportamentos. Peres (2003) explica que a depressão é tão antiga quanto a história da humanidade. Ela é um velho conhecido transtorno mental de quem se ouve falar desde Aristóteles e Homero.

Contudo, do ponto de vista de Beck e Alford (2011), o termo ‘depressão’ expressa um complexo padrão de desvios que afetam os sentimentos, a cognição e o comportamento das pessoas. Trata-se, inegavelmente, de uma síndrome ou um de complexo de sintomas. Para o documento *Depression and other common mental disorders*, da *World Health Organization* (2017), depressão é caracterizada pela tristeza, perda do interesse ou do prazer e, ainda, envolve o sentimento de culpa, a baixa autovalorização, distúrbios do

apetite ou do sono, cansaço e baixo potencial de concentração. No entanto, os estudos são inconclusivos no que se refere ao estabelecimento de uma definição de depressão que seja amplamente aceita. Mesmo que seja considerada uma síndrome clínica há mais de dois mil anos, a comunidade científica não dispõe de respostas satisfatórias sobre as características intrigantes e cheias de paradoxos desse distúrbio (BECK e ALFORD, 2011).

Ainda que não seja precisamente conceituada, a depressão afeta pessoas em proporções pandêmicas. De acordo com os dados da *World Health Organization* (2017), mais de trezentos milhões de pessoas, ou mais de 4,4% da população mundial, sofrem de depressão. Estima-se que na região do Sudeste Asiático há mais de oitenta e cinco milhões de pessoas diagnosticadas com depressão. No Pacífico Ocidental, mais de sessenta e seis milhões. Na região Mediterrânea Oriental esse número diminui, cai para cerca de cinquenta e três milhões de pessoas. Na região das Américas, pouco mais de quarenta e oito milhões de pessoas sofrem com a depressão, seguido da região Europeia, com pouco mais de quarenta milhões de casos. Contudo, a região Africana é a que apresenta a menor taxa de pessoas com esse transtorno, pois há somente cerca de vinte e nove milhões de pessoas.

Pesquisas recentes têm demonstrado que as comunidades *online* têm se tornado ferramentas úteis para pesquisadores entenderem e proporem soluções, visando auxiliar pessoas com depressão (TANG, YU e YAO, 2020). Esse tipo de distúrbio mental tem aumentado ao longo dos anos, governos ao redor do mundo o tem tratado até mesmo como um problema de saúde pública, tamanha a incidência (FRAGA, SILVA e MURAI, 2018).

Os pesquisadores Fraga, Silva e Murai (2018) investigaram quatro comunidades *online* na plataforma Reddit, a saber: *Depression*, *SuicideWatch*, *Anxiety* e *Bipolar*. Enfocaram as atividades e interações dos usuários e a análise do padrão de discurso das postagens e comentários feitos por seus membros. Os resultados da pesquisa revelam que os padrões de interação são muito semelhantes entre as comunidades, e as interações são centradas no conteúdo e não nos usuários.

Segundo os autores supracitados, a maioria das postagens são pedidos de ajuda e, na maioria das vezes, vários usuários oferecem suporte. As quatro comunidades compartilham uma linguagem comum e dispõem de palavras de encorajamento. Os pesquisadores concluíram que as descobertas relatadas na pesquisa possam ajudar na construção de intervenções *online* bem-sucedidas para apoiar pessoas em crise e auxiliar seus conselheiros.

A pesquisa de Lee e Cho (2019) objetivou examinar as relações entre o uso de mídia social, suporte social, depressão e disposição psicológica entre pessoas com deficiência física na Coreia. Os dados da pesquisa foram coletados de usuários de *sites* de redes sociais e de comunidades *online*, cujas hipóteses foram testadas.

A primeira hipótese diz respeito à realização de associações positivas entre a intensidade do envolvimento de um indivíduo nas mídias sociais e quatro tipos diferentes de suporte social, a saber: emocional, instrumental, informativo e suporte de avaliação. A segunda hipótese, contudo, tem relação com os efeitos da mediação das variáveis de suporte social na associação entre o uso de mídia social e depressão. Após isso, por meio de entrevistas em grupos focais ( $n = 15$ ), as influências do uso da mídia social no apoio social foram exploradas de modo mais amplo.

O resultado das análises confirmou que, tanto a intensidade do uso das redes sociais, quanto o uso da comunidade *online*, previram significativamente os suportes instrumental, informativo e de avaliação, enquanto não previram o emocional. Percebeu-se que níveis mais altos de intensidade de uso de redes sociais e de uso de comunidades *online* levaram a níveis mais baixos de depressão, por meio da mediação de suporte instrumental e informativo.

Na sequência, a análise das entrevistas revelou os papéis positivos do uso da mídia social na construção de apoio social e disposições psicológicas saudáveis. Por outro lado, os autores destacaram algumas consequências negativas e limitações quando do uso das redes sociais por pessoas com deficiência física. Assim, os estudiosos anseiam que essas descobertas ampliem o conhecimento acerca dos contextos e das implicações de se envolver em atividades sociais *online* para pessoas com esse tipo de deficiência.

Mais recentemente, Tang, Yu e Yao (2020) conduziram uma pesquisa que investigou as características e o impacto de comunidades sobre a depressão sem gestão, em comparação com as comunidades sobre depressão que realizam algum tipo de gestão. Estes autores entendem que em termos de gestão, do ponto de vista do trabalho com a condição de depressão, as comunidades *online* podem ser daqueles dois tipos.

Os resultados da pesquisa indicam que nas comunidades que não realizam nenhum tipo de gestão, expressões sobre emoções negativas eram o tema mais popular. Não havia informação sobre o tratamento da depressão e sobre os provedores de apoio social. Perceberam, ainda, que o nível de envolvimento dos provedores de apoio era baixo e as pessoas que buscavam apoio não o recebiam.

Os autores supracitados concluem que há a necessidade de maior gerenciamento das comunidades sobre depressão, bem como o desenvolvimento de medidas mais eficazes para apoiar os membros dessas comunidades.

Diante disso, esta pesquisa reafirma a importância de se estudar fenômenos sociais como a depressão no âmbito das comunidades virtuais. Por essa razão, o problema de pesquisa a ser solucionado se relaciona a seguinte questão: os usuários com depressão da comunidade Slowly desejam apenas obter apoio sentimental dos demais membros da comunidade?

Esta pesquisa se justifica por problematizar o modo como as pessoas com depressão se envolvem com a informação tecnológica nos seus dispositivos eletrônicos, visando estabelecer laços sociais em comunidades virtuais. Assim, em vista da informação tecnológica ser o tipo de tecnologia que conforma o entremeio das relações virtuais, se apresenta como hipóteses: nula ( $H_0$ ) e alternativa ( $H_1$ ) o seguinte:

- $H_0$ : Os usuários com depressão da comunidade Slowly desejam obter mais do que apenas apoio sentimental dos demais membros da comunidade.
- $H_1$ : Os usuários com depressão da comunidade Slowly desejam apenas obter apoio sentimental dos demais membros da comunidade.

Nessa perspectiva, esta pesquisa objetivou averiguar as razões dos usuários com depressão da comunidade Slowly se envolverem com a informação tecnológica. Para tanto, analisou-se o conteúdo de depoimentos indexados sob o termo depressão e publicados no *site* oficial do Slowly na rede Internet.

Os dados da pesquisa foram coletados e analisados por meio da aplicação da técnica ‘Análise Categórica’, uma das técnicas de pesquisa do método ‘Análise de Conteúdo’. O estudo realizado é caracterizado como exploratório, delineamento documental e natureza quali-quantitativa. As hipóteses da pesquisa foram testadas por meio do teste qui-quadrado.

## 2. Metodologia

Este estudo exploratório de natureza quali-quantitativa se refere às “Pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato”, conforme explica Gil (2008:27), portanto está em consonância com o propósito desta investigação.

As pesquisas qualitativas, ao contrário das quantitativas, não prezam pela produção de medidas quantificáveis de características ou de comportamentos, mas preocupam-se com a compreensão detalhada dos fenômenos e dos significados atribuídos por uma determinada população pesquisada (RICHARDSON, 2012). Contudo, os resultados obtidos nesta investigação vão ao encontro de ambas as naturezas, qualitativa e quantitativa, pois produziu-se compreensões acerca dos fenômenos, bem como suas quantificações e verificações com base na abordagem quantitativa.

Esta pesquisa é de delineamento documental, conforme explica Gil (2008), que entende que o uso de fontes primárias é constituído por documentos isentos da análise de terceiros. A pesquisa documental é assim denominada devido às fontes de coleta de dados, restritas aos documentos escritos ou não escritos, em que se incluem os relatos, conforme a compreensão de Marconi e Lakatos (2003).

Sendo assim, este estudo tem como dados de pesquisa o total de onze depoimentos caracterizados como relatos que, por sua vez, foram coletados diretamente do *site* oficial do Slowly na rede Internet (SLOWLY, [20--]). Mais especificamente, coletou-se os depoimentos indexados sob a *hashtag depression* ou depressão. Eles foram considerados documentos porque são informações registradas e disponibilizadas no *site* oficial de histórias da comunidade, escritas e submetidas pelos próprios usuários. Os relatos foram coletados por meio do acesso direto, no mês de julho de 2020, ao [link ‘https://www.getslowly.com/en/tag/depression/’](https://www.getslowly.com/en/tag/depression/).

Os depoimentos foram analisados por meio da técnica ‘Análise Categórica’, uma das técnicas do método A C. A técnica consiste na “[...] divisão das componentes das mensagens analisadas em rubricas ou categorias [...]” (BARDIN, 2016:147), o método em si trata de um

[...] conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens (BARDIN, 2016:48).

Foram registradas trinta e nove unidades de registro (UR), originárias da análise dos relatos obtidos no site supracitado. As UR significam “[...] a unidade de significação

codificada e corresponde ao segmento de conteúdo considerado unidade de base, visando a categorização e a contagem frequencial” (BARDIN, 2016:134).

Nesta pesquisa, as UR são os temas que, como tal, correspondem a uma regra de recorte do sentido no conteúdo. A unidade de contexto (UC) que se adere às UR da pesquisa se refere aos parágrafos dos documentos. Bardin (2016:137) esclarece que

A unidade de contexto serve de unidade de compreensão para codificar a unidade de registro e corresponde ao segmento da mensagem, cujas dimensões [...] são ótimas para que se possa compreender a significação exata da unidade de registro.

As UR coletadas estão em língua inglesa, idioma de origem dos relatos. Entretanto, traduções livres ao português foram feitas, a fim de apresentar seu conteúdo no idioma desta pesquisa, em língua portuguesa. Preservou-se o sentido do conteúdo dos dados coletados.

Embora os depoentes tenham registrado seus depoimentos com as suas identificações ou *nicknames* no *site* oficial do Slowly, optou-se por omiti-los e identificar os usuários de acordo com a seguinte estrutura: “Depoente *n*”, em que *n* é substituído por números arábicos de 1 a 11, que correspondem ao total de depoentes da pesquisa.

As idades dos usuários são desconhecidas, mas sabe-se que são oriundos dos seguintes países: Brasil (Depoente 7), Chile (Depoente 1), China (Depoente 9), Estados Unidos (Depoente 4), Filipinas (Depoente 3), Holanda (Depoente 8), Índia (Depoente 11), Kuwait (Depoente 5), Paquistão (Depoente 2), Reino Unido (Depoente 6) e Rússia (Depoente 10).

Isso posto, as categorias de pesquisa foram definidas. O tipo de procedimento definido para a atribuição de categorias foi o aberto. Por procedimento aberto entende-se que as categorias do estudo são atribuídas *a posteriori*. Isso quer dizer que as categorias foram elaboradas a partir das ‘leituras flutuantes’ dos documentos, ocasião em que o pesquisador se deixa atingir pelas impressões emanadas por seus conteúdos (AMADO, COSTA e CRUSOÉ, 2014):

- Apreciar a experiência virtual;
- Autoanalisar-se;
- Criar amizades;
- Explorar lugares e culturas via ambiente virtual;
- Fortalecer amizades;
- Manifestar altruísmo;
- Obter apoio sentimental;
- Trocar saberes e experiências.

Durante o processo de categorização levou-se em conta a aplicação dos critérios de exaustividade, exclusividade, homogeneidade, pertinência, objetividade e produtividade, como são entendidos na literatura de Amado, Costa e Crusóe (2014).

Realizou-se um teste de hipóteses. Morettin e Bussab (2010, p.330) inferem que “O objetivo do teste estatístico de hipóteses é, então, fornecer uma metodologia que nos permita verificar se os dados amostrais trazem evidências que apoiem ou não uma hipótese (estatística) formulada”.

As hipóteses de pesquisa foram testadas por meio da distribuição qui-quadrado, que é um teste não-paramétrico. Fonseca e Martins (2011:226) esclarecem que este teste é realizado com o objetivo de “[...] verificar se há adequação de ajustamento entre as frequências observadas e as frequências esperadas. Isto é, se as discrepâncias ( $Fo_i - Fe_i$ ) [...] são devido ao acaso, ou se de fato existe diferença significativa entre as frequências”.

Para Bós (2004:172) o valor do qui-quadrado ( $\chi^2$ ) se refere “[...] a soma dos resultados obtidos pela divisão do quadrado das diferenças entre o observado e o esperado de cada célula pelo esperado de cada célula”. Desse modo, o valor de  $\chi^2$  é dado pela seguinte fórmula:

$$\chi^2 = \sum_i \frac{(O_i - E_i)^2}{E_i}$$

A  $H_0$  e a  $H_1$  representam uma relação de completude atribuída por meio do sim ou não. Numa escala percentual, isso pode ser numericamente traduzido como 50% de chances para a  $H_0$  ser verdadeira e outros 50% de que ela não o seja. Por esse motivo as frequências esperadas ( $Fe_i$ ) para a  $H_0$  e  $H_1$  nas tabelas de execução dos testes correspondem a 50% cada, com base no valor do tamanho da amostra, que se refere ao 100% ou, neste caso, a 39 UR.

O teste foi realizado com o emprego de 0,05 ou 5% de nível alfa ( $\alpha$ ) de significância e 1 grau de liberdade. O primeiro diz respeito ao risco para cometer o erro tipo I durante o teste, que é quando se rejeita a  $H_0$  dado que ela é verdadeira. Fonseca e Martins (2011, p.199) esclarecem que “A probabilidade  $\alpha$  do erro tipo I é denominada “nível de significância do teste”. Estes autores, ainda, explanam que “A rejeição de uma hipótese verdadeira é chamada “erro tipo I”. A aceitação de uma hipótese falsa constitui um “erro tipo II” (FONSECA e MARTINS, 2011:199).

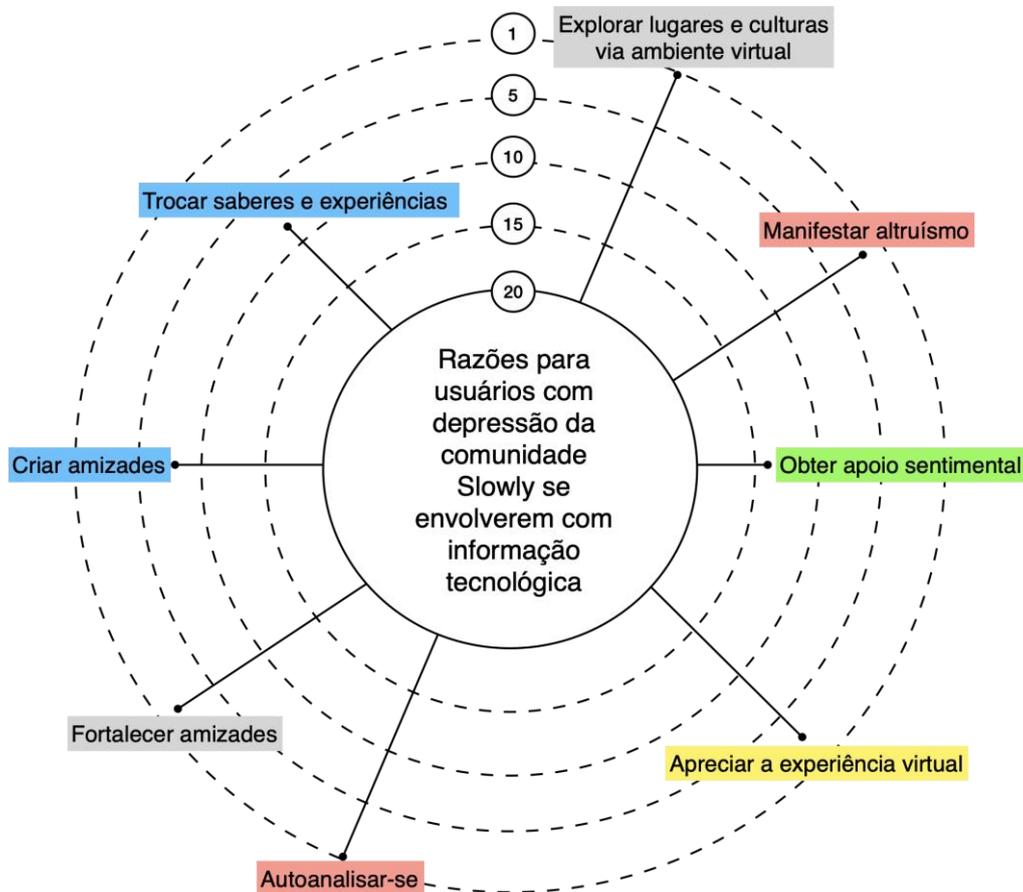
Por outro lado, os graus de liberdade são entendidos como o parâmetro da função densidade, que nada mais é que um estimador do número de categorias independentes existentes nas tabelas de execução do teste (FONSECA e MARTINS, 2011). Estes são dados pela fórmula *grau de liberdade* =  $(n - 1) \cdot (y - 1)$ , em que  $n$  é o número de linhas em uma tabela de atributos e  $y$  é o número de colunas nessa.

O gráfico da distribuição qui-quadrada foi gerado por meio da aplicação para computador denominada G\*Power, recorrendo ao modelo de teste denominado de *goodness-of-fit* ou teste de aderência.

### 3. Resultados e discussões

As 39 UR foram classificadas em 8 categorias. A divisão é compreendida da seguinte maneira: Apreciar a experiência virtual (3 UR); Autoanalisar-se (2 UR); Criar amizades (8 UR); Explorar lugares e culturas via ambiente virtual (1 UR); Fortalecer amizades (1 UR); Manifestar altruísmo (2 UR); Obter apoio sentimental (14 UR); Trocar saberes e experiências (8 UR). O Gráfico 1, do tipo constelação, ilustra a distribuição e as frequências de UR por categoria. As categorias de mesma cor têm valores de frequência iguais.

Gráfico 1 – Distribuição e frequências de UR por categoria



Fonte: Dados de pesquisa (2020).

Nesse tipo de gráfico, quanto mais próximo um ponto está do núcleo da constelação, maior é a sua frequência; e quanto mais distante, menor ela é. Desse modo, a primeira categoria da análise 'Obter apoio sentimental' apresenta 14 UR.

As análises seguintes apresentam um número decrescente de UR por categoria. Sendo assim, a sequência de análise pode ser vista da seguinte maneira: Criar amizades (8 UR); Trocar saberes e experiências (8 UR); Apreciar a experiência virtual (3 UR); Autoanalisar-se (2 UR); Manifestar altruísmo (2 UR); Explorar lugares e culturas via ambiente virtual (1 UR); Fortalecer amizades (1 UR).

O Gráfico 1 evidencia que ‘Obter apoio sentimental’ é a razão mais frequente do envolvimento com a informação tecnológica por pessoas com depressão no Slowly. São 14 UR com esse enfoque, conforme pode ser observado a partir de um recorte do depoimento dos depoentes.

Para o Depoente 11, seu contato com pessoas por meio da comunidade foi uma das chaves para superar a depressão: *“Encontrei muitas pessoas [...] generosas. Eu encontrei uma garota chamada Maudin, da Indonésia, ela me ajudou muito a sair da minha depressão. Ela costumava me motivar todos os dias, e nós compartilhamos muitos pensamentos”*. Ele chama a atenção para a importância que o contato com um membro tem, mesmo que distante, para ajudá-lo a recuperar a autoconfiança e, assim, superar a depressão. Isso é evidenciado no seguinte trecho: *“Se não fosse por ela, eu não encontraria minha confiança de volta. Somos melhores amigos agora”*. Ele ainda agrega: *“Agora no Slowly eu ajudo outras pessoas que estão em depressão a sair dela. Já estive lá e é um lugar escuro para se estar”*.

Ter estabelecido contato com outros membros da comunidade Slowly despertou no Depoente 11 o desejo de ajudar pessoas que vivenciam situações parecidas com as dele no contexto da depressão. Ele se vale da sua empatia para contribuir com outras pessoas que experimentam o mesmo sentimento. Assim, pode-se depreender que o envolvimento desse depoente com a informação tecnológica incidiu, primeiro, no desejo de obter apoio sentimental e, depois, na oferta desse apoio aos demais.

O Depoente 5, também, apresenta as mesmas considerações do Depoente 11. Neste caso, manifesta contentamento ao descrever que após quatro meses de atividade *online* no Slowly, finalmente conheceu pessoas que o confortaram em seus momentos de tristeza. Isso pode ser visto no seguinte trecho: *“Depois de um tempo de 4 meses, comecei a receber amigos e pessoas de todo o mundo! Eles me ouviram e me ajudaram, me confortaram quando eu estava triste”*.

Nessa mesma perspectiva, podem-se observar os relatos do Depoente 1, que sinaliza que é importante compartilhar com a comunidade seus problemas, dúvidas e frustrações. Isso pode ser verificado no relato: *“Também compartilhamos problemas, dúvidas e frustrações com um mundo que é muito rápido, que não pensa antes de dar um passo e fez do fanatismo uma prioridade sobre a compreensão de que podemos ser diferentes”*. O Depoente 1 entende que a possibilidade de trocar sentimentos e expectativas com os membros da comunidade o ajudou a superar as suas próprias frustrações, por compreender que outras pessoas também vivenciam sentimentos parecidos, conforme pode-se observar no seguinte trecho: *“Vi várias de suas histórias semelhantes às minhas, o que me permitiu lidar com minhas próprias frustrações de maneira mais eficiente”*. Por fim, reforça: *“No entanto, essas pessoas maravilhosas do outro lado da tela do telefone/computador me jogaram uma corda, permitindo que eu escapasse das garras do desespero”*.

O compartilhamento de seus sentimentos, dúvidas e frustrações com membros do Slowly levou o Depoente 1 a obter uma visão mais abrangente de si mesmo. A experiência da troca de sentimentos e expectativas em relação à vida com outras pessoas da comunidade conferiu a esse depoente, a possibilidade de autoanalisar-se e de se superar mediante o apoio de outros membros. Esses são alcances obtidos e decorrentes do envolvimento deste depoente com a informação tecnológica.

Na comunidade Slowly parece haver uma rede informal de apoio sentimental estabelecida despretensiosamente entre seus membros. Muitos depoentes evidenciam aspectos ligados a isso. São contextos que revelam empatia pelo outro, e “ser ouvido” e “ouvir” se configura como parte de um processo de “cura” no ambiente *online*. É o caso do Depoente 7, em que relata que fazer parte da comunidade possibilitou a criação de situações mútuas de desabafo e liberação de angústias. Isso pode ser entendido a partir do trecho: “*Conhecê-la melhor e dar-lhe a oportunidade de ser pura e sincera em suas cartas ajudou-a a desabafar e liberar toda a angústia que ela carregava [...]. Ela também me ajudou, me ouvindo, [...] eu estava lidando com um início de depressão*”. À vista disso, percebe-se que se envolver com a informação tecnológica vai além de buscar obter apoio sentimental. Há nesse meio um potencial para estabilizar sentimentos quando compartilhados e circulados entre as pessoas na rede.

Para o Depoente 9, o conjunto de pessoas no Slowly dispostas a compartilhar vivências impactam na reobtenção do gosto pela vida conforme pode-se observar: “*Recuperei minha paixão pela vida e, novamente, comecei a olhar para o futuro como fazia quando criança*”. Entende-se que esse novo olhar para o futuro do qual o depoente menciona se relaciona com o estabelecimento de uma relação interpessoal virtual com outro membro da comunidade. Para o Depoente 9, esse membro da comunidade desempenhou um papel importante no que se refere a assumir sua subjetividade. Houve apoio e não julgamento. Isso pode ser evidenciado no seguinte discurso: “[...] *depois de perguntar cuidadosamente a atitude de Andrew em relação aos gays e saber que ele estava ajudando um de seus amigos que é gay [...], eu finalmente tive a certeza de que não seria ousado me assumir para ele. Logo minha preocupação se dissipou, pois ele [...] me encorajou como sempre*”.

Às vezes, envolver-se com as pessoas no ambiente virtual pode gerar incertezas e, isso, pode ser um impeditivo para que as pessoas falem sobre as suas angústias e sentimentos. É o que pode ser depreendido da colocação do Depoente 10, ao mencionar: “*Eu pensei que deveria conhecer uma pessoa primeiro, e depois eu poderia contar a alguém meus sentimentos profundos*”. Contudo, após ter se envolvido com a informação tecnológica por meio do Slowly, ele assume que a comunidade pode contribuir com a sua vida, pois manifesta esse reconhecimento ao relatar: “*Tantas pessoas como eu. Muito amor*”. Este depoente também relata o porquê da sua angústia e busca por apoio sentimental na rede. Para ele, ser *gay* em seu país é motivo para haver repressões sociais e, por isso, esperava poder falar sobre seus sentimentos com a comunidade. O depoente diz o seguinte: “*Ainda há homofobia na Rússia. E não posso dizer em voz alta: “Sou gay”. Eu pensei que nunca poderia ser entendido e aceito. Um amigo me enviou abraços calorosos com estas palavras: “A sexualidade não muda nada no coração de alguém”. Aqui eu sempre tenho um amigo que realmente me apoia*”. Finaliza com a seguinte certeza: “[...] *posso ser ouvido por todo o mundo. Todos nós podemos ser ouvidos e ouvir um ao outro*”.

Na sequência desta pesquisa, no Gráfico 1, ‘Criar amizades’ e ‘Trocar saberes e experiências’ são as duas categorias com o segundo maior número de UR, pois ambas apresentam 8 UR.

No que diz respeito a ‘Criar amizades’, as UR indicam vários enfoques atribuídos pelos usuários da comunidade. Entre eles está a mudança da rotina do usuário em prol do compromisso com as suas amizades virtuais. É o que quis destacar o Depoente 1, conforme se pode observar: “*Assim como eu fiz do envio de cartas [...] uma parte fundamental da minha rotina, também aprendi a ouvir meus amigos*”. Percebe-se em seu discurso uma

mudança de hábito. A partir do momento que o depoente começou a interagir com outros membros da comunidade, por meio do envio das cartas, aprendeu a ouvir os outros.

Nesse sentido, as palavras do Depoente 6 enfatizam o conhecer-um-ao-outro que experimentou com as pessoas que conheceu na comunidade Slowly. Seu discurso tem otimismo. Esse depoente acredita nos laços sólidos, mesmo que virtuais, estabelecidos entre os membros da comunidade, conforme pode-se observar: *“Eu e meus amigos ainda estamos aprendendo um sobre o outro, mas posso ver nossas amizades durando muito tempo, enquanto compartilhamos nossas histórias e culturas”*.

O Depoente 4 demonstra por meio de suas palavras o quanto foi importante se envolver com as pessoas da comunidade, pois evidencia que a informação tecnológica lhe proporcionou uma experiência coberta de afeto, conforme o seguinte trecho: *“Ele foi imediatamente caloroso e amigável comigo, e eu senti que podia confiar nele. Conversamos o mais rápido que pudemos, provocando um ao outro por nossas nacionalidades”*. Além disso, o depoente destaca que independentemente da localização geográfica de seus contatos a sensação de proximidade é real: *“Ele está no meio do mundo e eu me sinto mais perto dele do que da maioria das pessoas”*. A distância não se configura com um fator impeditivo para que relações significativas sejam celebradas, conforme relata: *“[...] nossa amizade cresceu com cada palavra que escrevemos. Conversamos sobre nossos muitos interesses, bem como nossos sonhos para o futuro, e até compartilhamos receitas”*. E, por fim, verbaliza a relação conquistada na comunidade virtual: *“Ele não é apenas um bom amigo, ele é meu melhor amigo. Nós nos vimos através do nosso pior e através do nosso melhor”*.

Encontrar pessoas a quem chamar de amigo, também é parte da história do Depoente 2, pois em seu relato destaca um cenário de ansiedade durante a espera das cartas virtuais, que traziam notícias de amigos conquistados, conforme se pode observar: *“Eu ficava encantada quando começamos a conversar e nos tornamos bons amigos. As horas de espera entre a carta recebida e enviada foram as horas mais inquietas e impressionantes”*. E, finaliza com o seguinte: *“[...] agora não estou enfrentando depressão, tenho amigos realmente incríveis”*.

Como visto no Gráfico 1, a categoria ‘Trocar saberes e experiências’ também apresenta 8 UR. Os saberes e experiências compartilhados entre pessoas com depressão na comunidade são de toda sorte. Algumas trocas são da ordem da personalidade, e alguns membros, como é o caso do Depoente 7, avaliam as semelhanças e diferenças culturais e pessoais que possuem ao comparar-se à outros membros, conforme seu relato: *“Mostramos um ao outro as diferenças entre nossas vidas e nos divertimos com as semelhanças. Hoje somos grandes amigos e conversamos diariamente e nos encontraremos de verdade se tudo correr bem no futuro próximo”*.

No caso do Depoente 4, a troca de saberes e experiências se estendeu a vários momentos. Com seu *pen pal*, compartilhou até mesmo receitas, demonstrando inclinação e interesse para habilidades culinárias conforme pode observar-se: *“Conversamos sobre nossos muitos interesses, bem como nossos sonhos para o futuro, e até compartilhamos receitas”*. Além disso, ter estabelecido contato com outros membros da comunidade despertou nesse depoente o interesse para aprender a língua espanhola. Sobre isso, ele relatou: *“[...] e como surpresa, eu tenho tentado aprender um pouco de espanhol”*. Esse tipo de ganho pessoal tem relação, inclusive, com a experiência do Depoente 1, que ao estabelecer contatos

sólidos, destacou poder compartilhar suas prosas com as pessoas, como se lê a seguir: *“Também me permitiu compartilhar com eles minha maior paixão - escrever prosa”*.

Por outro lado, o Depoente 9 relata afinidades identificadas entre ele e outro membro da comunidade, seu amigo. Para além disso, o amigo escreve contos, enquanto algumas das suas atividades de lazer ou *hobbies* se relacionam a escrever para uma determinada revista. Esse discurso, nas palavras do Depoente 9, é o seguinte: *“Amigo’ gosta de escrever contos, e eu contribuo para uma certa revista no meu tempo livre. Além disso, nós dois gostamos muito de filmes, música e aprendemos novos idiomas. Conversamos sobre enredos de filmes, bandas, planejamento urbano e tópicos sensíveis como política em nossas primeiras cartas”*. Depois, ele chama à atenção para as habilidades que aparentemente o amigo tem como psiquiatra. O depoente não deixa claro se esse sujeito é um profissional da medicina. No entanto, aparentemente, o amigo têm habilidades efetivas de relacionamento pessoal, com disposição para ouvir e falar e, isso, conferiu ao Depoente 9 a sensação de bem-estar mental e de autoconfiança para que ele pudesse evoluir como pessoa ao longo da vida. Isso pode ser evidenciado no seguinte trecho: *“Amigo’ era como um psiquiatra, ele sempre me deu sugestões construtivas que funcionaram para mim. Gradualmente, senti que tinha a capacidade de derrotar minha depressão e não confiava mais em remédios”*.

Ainda, em relação a conexão entre o Depoente 9 e o referido Amigo, esta diz respeito às experiências com os pais de ambos. O amigo compartilhou saberes que auxiliaram o Depoente 9 a lidar com os seus pais também. Isso é percebido na seguinte frase: *“Também aceitei o conselho dele sobre maneiras de lidar com meus pais, e funcionou”*. Na sequência, observa-se que o depoente e seu Amigo partilharam outras habilidades e conhecimentos. O Depoente 9 se refere a ter iniciado a escrita de um longo romance em chinês e, para isso, contou com a ajuda do Amigo, mesmo que virtualmente. A fala do depoente, que finaliza seu depoimento, é a seguinte: *“Inspirado por essa experiência incrível, comecei minha primeira tentativa de escrever um longo romance em chinês, onde Amigo atua como o protótipo de um personagem que eu projetei. Ele também me deu ideias, me ajudou a construir o enredo e a descobrir erros lógicos através de nossas cartas”*.

Na sequência, a categoria ‘Apreciar a experiência virtual’ conta com 3 UR. De modo geral, percebeu-se que três depoentes se envolvem com a informação tecnológica, a fim de apreciarem a experiência na virtualidade. É possível compreender que a espera que é gerada na comunidade Slowly se configura propriamente como um dos seus atrativos e entretém positivamente os membros da comunidade.

O primeiro deles, o Depoente 6, se refere ao seguinte: *“Nada substitui a onda de felicidade que recebo quando vejo que meu pen pal está me enviando uma mensagem que chegará em 10 horas. Eu tenho algo para esperar todos os dias, às vezes até definindo um cronômetro para uma mensagem que chega”*. Nesse mesmo sentido, o Depoente 9 descreveu: *“Apreciei o processo de espera e fico feliz em ver “uma carta está chegando” [...]”*.

No entanto, para o Depoente 8, a apreciação da experiência não está propriamente relacionada com a espera das cartas virtuais, mas com a liberdade que a comunidade Slowly lhe oportunizou para interagir com outras pessoas, sem o recorrente sentimento de pressão para responder prontamente às mensagens. O depoente diz: *“Eu tenho contato real de qualidade com as pessoas, e posso fazê-lo no meu próprio ritmo, no meu próprio tempo,*

com toda a tranquilidade e sempre tenho alguém com quem conversar”. Isso evidencia que a sua relação com a comunidade é agradável e não lhe causa pressão para interagir com os demais membros em tempo indesejável.

Posteriormente, como visto no Gráfico 1, as categorias ‘Autoanalisar-se’ e ‘Manifestar altruísmo’ apresentam ambas 2 UR. Na primeira, as 2 UR correspondem a um único depoente, o Depoente 9. Ele se refere que ter conhecido o Amigo, seu *pen pal*, fez toda a diferença, pois foi ele quem atuou como “espelho” para que o primeiro refletisse, se autoanalisasse. O Depoente 9 relata: “*Eu tenho me provado a todos e não permiti nenhum tipo de falha na minha vida. No entanto, a verdade é que o fato de eu ser sensível demais foi um fracasso e foi a fonte de tudo o que me atormentou, o que eu não percebi até conhecer Amigo*”. E ele finaliza seu depoimento ao reconhecer o quão importante foi ser honesto consigo: “*Tirei minha máscara e, pela primeira vez, tentei ser honesto*”.

Na categoria seguinte, ‘Manifestar altruísmo’, são vistas UR relacionadas ao Depoente 3. Este relato, no bojo da depressão na comunidade Slowly, não reflete sua própria experiência com esse distúrbio, mas a de um outro membro com o qual ele se relacionou pela comunidade. Segundo se entende pelo seu relato, o membro em depressão na comunidade foi ajudado por ele, com conversas por meio das cartas virtuais.

Seu altruísmo aparece quando ele refere não ter desejado desistir do seu *pen pal* por ter percebido/conhecido suas tendências depressivas. Ele não desistiria. Queria ajudar. Assim, o Depoente 3 infere: “*Eu não queria desistir dela. Então eu a ajudei em tudo isso*”. Ele acrescenta com gosto, ao se permitir ter certezas: “*E agora, ela está lá fora, vivendo sua vida. Foi, honestamente, uma das melhores coisas que já experimentei na minha vida*”. Desse modo, para o Depoente 3, ter cooperado para o bem-estar do seu *pen pal* foi fundamental para a sua história de vida.

As duas últimas categorias são ‘Explorar lugares e culturas via ambiente virtual’ e ‘Fortalecer amizades’, de acordo com o Gráfico 1, têm 1 UR cada.

No que se refere à categoria ‘Explorar lugares e culturas via ambiente virtual’, o Depoente 8 relata que estar na comunidade Slowly se compara a estar em contato com o mundo. Que essa comunidade é o que lhe faltava para novamente estabelecer conexões com as pessoas. Suas palavras foram: “*Esta é a ponte que eu precisava para entrar em contato novamente, e eu realmente sinto que estou em contato novamente com o mundo*”.

Na segunda categoria, denominada ‘Fortalecer amizades’, o Depoente 4 relata, além da prática de troca de presentes, o plano de que ele e seu *pen pal* se conheçam pessoalmente, conforme seu relato: “*Fazemos chamadas por vídeo, enviamos pacotes de Natal, [...] planejamos finalmente nos encontrar*”. Acredita-se que o Depoente 4 e seu *pen pal* tenham migrado de plataforma de comunicação, para uma outra que ofereça suporte à comunicação, por meio de chamadas por vídeo, que é uma funcionalidade ainda ausente na atual versão do Slowly.

A Tabela 1 apresenta o processo de obtenção do  $\chi^2$  da estatística do teste.

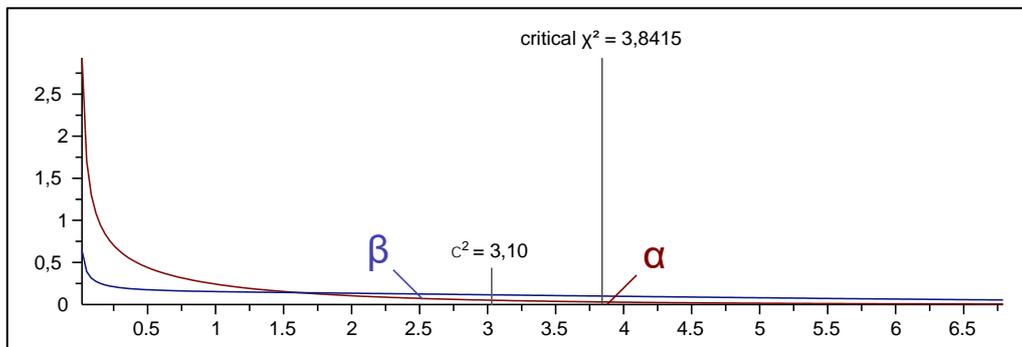
**Tabela 1 – Qui-quadrado da estatística do teste**

	$O_i$	$E_i$	$(O_i - E_i)$	$(O_i - E_i)^2$	$(O_i - E_i)^2 / E_i$
	25	19,5	5,50	30,25	1,55
	14	19,5	-5,50	30,25	1,55
TOTAL	39	39			$c^2 = 3,10$

**Fonte:** Dados de pesquisa (2020).

O valor do  $\chi^2$  da estatística do teste correspondeu a 3,10, que é um valor menor que o do  $\chi^2$  crítico, no valor de 3,8415. À frente, o Gráfico 2 mostra que o valor do  $\chi^2$  da estatística da teste (3,10) recaiu sobre a região de poder do teste ( $\beta$ ) e não sobre a região crítica ( $\alpha$ ). A primeira região se refere à área para não se rejeitar a  $H_0$  e a segunda, para rejeitá-la. Portanto, não se rejeitou a  $H_0$  da pesquisa, de que os usuários com depressão da comunidade Slowly desejam obter mais do que apenas apoio sentimental dos demais membros da comunidade.

**Gráfico 2 – Distribuição qui-quadrada com sete graus de liberdade**



**Fonte:** Dados de pesquisa (2020).

Reforçando, não se sabe o número exato de usuários com depressão na comunidade Slowly. É possível inferir, no entanto, que 39 UR de onze usuários se revelaram como números ínfimos se comparados ao universo de mais de dois milhões de usuários da comunidade. São usuários que, muito além de desejarem criar amizades, trocar saberes e experiências com outros membros, apreciar a experiência virtual, autoanalisar-se, gerar manifestação de altruísmo, explorar lugares e culturas via ambiente virtual e fortalecer amizades, visam outras experiências com a informação tecnológica cuja representação neste estudo foi entendida como limitada, tendo em vista os aspectos metodológicos delimitados para a investigação.

#### 4. Considerações finais

A pesquisa objetivou averiguar as razões para usuários com depressão da comunidade Slowly se envolverem com informação tecnológica. O intuito era responder ao seguinte problema de pesquisa: os usuários com depressão da comunidade Slowly desejam apenas obter apoio sentimental de outros membros da comunidade?

Mediante os resultados e discussões da pesquisa, rejeitou-se a  $H_0$ , logo não se rejeitou a  $H_1$ . Portanto, se infere como resposta à pergunta inicial da pesquisa que, estaticamente há indícios de que os usuários com depressão no Slowly não se envolvem com a informação tecnológica apenas para obter apoio sentimental.

Infere-se que as pessoas com depressão nessa comunidade têm objetivos diferentes. Elas se dispõem a se envolver intensamente com a informação tecnológica, a fim de que consigam obter apoio sentimental, criar amizades, trocar saberes e experiências com outros membros, apreciar a experiência virtual, autoanalisar-se, gerar manifestação de altruísmo, explorar lugares e culturas via ambiente virtual, fortalecer amizades, entre outras experiências que, em razão das limitações da pesquisa, não puderam ser elencadas.

As limitações da pesquisa dizem respeito ao número de depoentes recuperados. Não se pôde obter um número maior de depoentes em razão dos aspectos metodológicos traçados à investigação. Contudo, acredita-se que uma maior amostra seria capaz de revelar outros dados que favoreceriam a ampliação do poder do teste, tornando-o mais plausível e com maiores confiabilidade e representatividade.

Acredita-se que o resultado desta investigação contribua no quesito impacto social. Como visto no início desta pesquisa, a depressão tem sido compreendida como um distúrbio mental com incidência crescente e, também, como um problema de saúde pública ao redor do mundo. Portanto, novos estudos que problematizem comportamentos depressivos na rede mundial de computadores – a *World Wide Web* (WWW) – e comunidades *online* merecem a devida atenção.

Assim, se tem como expectativa que o resultado desta pesquisa colabore para investigações futuras que, de modo geral, problematizem as relações humanas no âmbito das comunidades virtuais/*online* e, especificamente, investiguem soluções para que pessoas com depressão e mais propensas a se relacionarem com outras via Internet obtenham maior qualidade de vida. Também é desejável que novos estudos possam ir na direção de investigar a saúde mental de usuários assíduos nas comunidades virtuais/*online*, a fim de constatar se há tendências comportamental-depressivas nos usuários que se envolvem intensamente com o uso e produção de informação tecnológica nos espaços virtuais.

#### Referências bibliográficas

**AMADO, J.; COSTA, A. P. ; CRUSOÉ, N.**

2014 A Técnica de análise de conteúdo. In *Manual de investigação qualitativa em Educação*. 2. ed. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014, p. 301-351.

**BARDIN, L.**

2016 *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.

**BECK, A. T.; ALFORD, B. A.**

2011 *Depressão: causas e tratamento*. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

**BORGMANN, A.**

1999 *Holding on to reality: the nature of information at the turn of the millennium*. Chicago: University of Chicago Press, 1999.

**BÓS, A. J. G.**

2004 *Epi Info sem mistérios: um manual prático*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

**FALLMAN, D.**

2011 The New good: exploring the potential of philosophy of technology to contribute to human-computer interaction. In CONFERENCE ON HUMAN FACTORS IN COMPUTING SYSTEMS, 11<sup>th</sup>, Vancouver, 2011 - *Anais...* [Em linha]. New York: Association for Computing Machinery, 2011. [Consult. 22 ago. 2020]. Disponível em: [https://dl.acm.org/doi/pdf/10.1145/1978942.1979099?casa\\_token=xR8y32sDowwAAAAA:FpZ1iHOFahKGoEcyn9JdruQJMd-AlhFojoKhJICI5XWHWaFKjwIp8OuTivP8xvW6NMta3c1cr7fdA](https://dl.acm.org/doi/pdf/10.1145/1978942.1979099?casa_token=xR8y32sDowwAAAAA:FpZ1iHOFahKGoEcyn9JdruQJMd-AlhFojoKhJICI5XWHWaFKjwIp8OuTivP8xvW6NMta3c1cr7fdA).

**FALLMAN, D.**

2010 A Different way of seeing: Albert Borgmann's philosophy of technology and human-computer interaction. *AI & Society: Knowledge, Culture and Communication*. [Em linha]. 25 (2010) 53-60. [Consult. 22 ago. 2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s00146-009-0234-1>.

**FONSECA, J. S.; MARTINS, G. A.**

2011 *Curso de estatística*. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

**FRAGA, B. S.; SILVA, A. C.; MURAI, F.**

2018 Online social network in health care: a study of mental disorders on Reddit. In INTERNATIONAL CONFERENCE ON WEB INTELLIGENCE, 18<sup>th</sup>, Santiago do Chile, 2018 - *Anais...* [Em linha]. Santiago: Universidad de Chile, 2018. [Consult. 11 ago. 2020]. DOI: [10.1109/WI.2018.00-36](https://doi.org/10.1109/WI.2018.00-36).

**GIL, A. C.**

2008 *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

**ILHARCO, F.**

2003 *Filosofia da informação: uma introdução à informação como fundação da acção, da comunicação e da decisão*. Lisboa: Universidade Católica, 2003.

**LEE, H. E.; CHO, J.**

2019 Social media use and well-being in people with physical disabilities: influence of SNS and online community uses on social support, depression, and psychological disposition. *Health Communication*. [Em linha]. 34:9 (2019) 1.043-1.052. [Consult. 11 ago. 2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/10410236.2018.1455138>.

**MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M.**

2003 *Fundamentos de metodologia científica*. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

**MORETTIN, P. A.; BUSSAB, W. O.**

2010 *Estatística básica*. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

**PEN PAL**

[20--] Pen pal. In *Cambridge Dictionary*. [Em linha]. [20--]. [Consult. 22 ago. 2020] Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/pen-pal>.

**PERES, U. T.**

2003 *Depressão e melancolia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

**RICHARDSON, R. J.**

2012 *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

**ROSSI, R. C.; VALENTIM, M. L. P.**

2020 Globalização de serviços para a cidadania: uma revisão bibliográfica obre a infoexclusão no Brasil. *Páginas a&b: arquivos e bibliotecas*. [Em linha]. 3ª série, 3:13 (2020) 33-45. [Consult. 13 set. 2020]. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasueb/article/view/6835/7797>.

**SLOWLY**

[20--]. *Get Slowly*. [Em linha]. [20--]. [Consult. 7 ago. 2020]. Disponível em: <http://www.getslowly.com/>.

**TANG, J.; YU, G.; YAO, X.**

2020 A Comparative study of online depression communities in China. *International Journal of Environmental Research and Public Health*. [Em linha]. 17:14 (2020) 1-13. [Consult. 11 ago. 2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/ijerph17145023>.

**VASCONCELOS, M. C. N.; FARIAS, G. B.**

2018 Informação científica e tecnológica: análise das publicações periódicas da Ciência da Informação. *Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação*. [Em linha]. 16:1 (2018) 238-259. [Consult. 22 ago. 2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/rdbci.v16i1.8648584>.

**WORLD HEALTH ORGANIZATION**

2017 *Depression and other common mental disorders: global health estimates*. [Em linha]. Geneva: WHO Document Production Services, 2017. [Consult. 9 jul. 2020]. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/254610/WHO-MSD-MER-2017.2-eng.pdf>.

Everton da Silva Camillo | [everton.camillo@unesp.br](mailto:everton.camillo@unesp.br)

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Brasil

Marta Lígia Pomim Valentim | [valentim@valentim.pro.br](mailto:valentim@valentim.pro.br)

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Brasil

**Abstract:** This paper aims to present emerging trends of Brazilian connected students towards the use and appropriation of ICT resources through data of two national surveys: 2014 #Connected Youth Brazil and 2018 ICT in Education Survey. #Connected Youth Brazil was developed by the School of the Future Research and Culture Laboratory at the University of São Paulo, NACE EF-USP ([www.futuro.usp.br](http://www.futuro.usp.br)), in association with Telefonica Vivo Foundation Brazil (<http://fundacaotelefonicavivo.org.br>). The survey interviewed 1,440 Brazilian youngster and also developed focus groups sessions with celebrities and educators plus navigation observation through a special software applied to ten authorized adolescents. 2018 ICT in Education survey was developed by Brazilian Internet Steering Committee and interviewed 11,361 students plus teachers and directors. Main findings are: smartphones to democratize Internet connection; students challenged by fake news and information sources; schools are not the main place of connection and students are autonomous learners regarding media literacy.

**Keywords:** Brazilian connected students behavior; #Connected Youth Brazil Survey; Media and Information Literacy (MIL) - Brazil; 2018 ICT in Education CGI Survey.

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo apresentar as tendências emergentes de estudantes brasileiros conectados em relação ao uso e apropriação de recursos de TIC por meio de dados de duas pesquisas nacionais: #JuventudeConectada 2014 e TIC na Educação 2018. #JuventudeConectada foi desenvolvido pelo Núcleo de Apoio à Cultura e Extensão Escola do Futuro da Universidade de São Paulo - NACE EF-USP ([www.futuro.usp.br](http://www.futuro.usp.br)), em associação com a Fundação Telefonica Vivo Brasil (<http://fundacaotelefonicavivo.org.br>). A pesquisa entrevistou 1.440 jovens brasileiros e também desenvolveu sessões de grupos focais com celebridades e educadores e observação da navegação por meio de um software especial aplicado a dez adolescentes autorizados. A pesquisa TIC na Educação de 2018 foi desenvolvida pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil e entrevistou 11.361 alunos, além de professores e diretores. As principais conclusões são: smartphones para democratizar a conexão à Internet; alunos desafiados por notícias falsas e fontes de informação; as escolas não sendo o principal local de conexão e os alunos sendo aprendizes autônomos em relação à literacias de mídia e informação.

**Palavras-chave:** Comportamento de alunos brasileiros conectados; #JuventudeConectada; Literacias de Mídia e Informação (LMI) - Brasil; Pesquisa TIC na Educação 2018.

## 1. Introduction

The School of the Future Research and Culture Laboratory at the University of São Paulo (NACE EF-USP) began its activities in 1989 and became a Research Center in 1993 linked to the Dean's Office. Since the beginning, it seeks to improve education in Brazil through the introduction of digital culture within formal and open education considering technology as a language and its impacts building a new ecosystem of learning and the production of knowledge. The commitment to theoretical research and to applied strategies

for education, communication and information are the core principles guiding its operational activities.

This new ecosystem of learning with digital networks and technologies requires out-of-box studies regarding the impacts of ICT on the hyperconnected contemporary life. NACE EF-USP so developed a partnership model involving university, society, different research funding agencies and government spheres in order to fund action-research projects. In addition, the Digital Culture Observatory was created in 2007, focusing on emerging digital literacies and media and information literacies (MIL), new social practices and sociabilities. Surveys, ethnographic and netnography studies constitute a platform to investigate new behaviors within a society of connected players embedded in IoT, Big Data and artificial intelligence (AI).

This hyperconnected contemporary society constitute a new centrality around which the reconfiguration of social relations and their power structures emerges and urges. Considering an increasingly present remix culture, a new order and new protocols need to be collectively developed and implemented to account for the increasingly complex mediations of network-actors and their interfaces (LATOURET, 2005). Contemporary social networks and digital platforms have established a new ecosystem of human relationships and interactions and intelligent interfaces, profoundly altering the appropriation and production of knowledge in relation to traditional methods (PASSARELLI e ANGELUCI, 2018).

In fact, a number of recent researches confirm trends on new uses and appropriation of digital devices among young people (CETIC.BR, 2016), aligned with NACE EF-USP findings along the years. Many authors have also been discussing how actors in the society are reshaping their social experience due to the impact of ICT (FLORIDI, 2014). New perceptions on attention, ownership, privacy and responsibility are emerging and requesting adequate framework to better understand and make decisions in a digital culture. The next section presents some highlights of NACE EF-USP research trying to address some contemporary challenges.

## **2. National surveys on Brazilian connected youth**

### **2.1. #Connected Youth Brazil**

Based on NACE EF-USP's expertise in both theoretical and applied research on ICT influences (CASTELLS, 2009; PASSARELLI e ANGELUCI, 2014; PASSARELLI e JUNQUEIRA, 2012; PASSARELLI, JUNQUEIRA e ANGELUCI, 2014; PASSARELLI, 2011; PASSARELLI, *et al.*, 2014; PASSARELLI, 2014; PASSARELLI e GOMES, 2020; PASSARELLI e ANGELUCI, 2018), Brazilian Telefonica Foundation invited NACE EF-USP to perform a partnership in national surveys regarding youth behavior and digital technology. Two big reports were developed then: "Interactive Generations Brazil" (2012) and "Connected Youth Brazil" (2014) (PASSARELLI e ANGELUCI, 2013; PASSARELLI, *et al.*, 2014). This manuscript presents a brief overview on main topics of the original report 2014 plus new insights to previous collected data based on TIC Education Report 2019 (CGI.BR, 2019).

Connected Youth Brazil Study of 2014 took into consideration four main axes regarding connected youth behavior: education, leisure, entrepreneurship performance and activism. 1,440 Brazilians between 16 and 24 years old from the five regions of the country were interviewed regarding transformations and opportunities brought to them by digital connection. Research vectors also included socioeconomic class, educational level, and were ranked regarding their digital abilities as beginner, intermediate and advanced explorers.

A qualitative collection was carried out as well, using 6 focus groups (with 7-9 participants), online focus groups (3 groups) and presential discussions (3 groups,) and Internet usage monitoring through E-meter software (10 participants allowed to be monitored for this purpose). Also, 8 specialists nationally recognized by their knowledge in the investigated fields were interviewed in order to deepen complex issues and promote the understanding of ideas, perceptions and opinions revealed during quantitative stage.

### ***2.2. ICT in Education Report 2018 (CGI.br)***

The Brazilian Internet Steering Committee (CGI.br), through the Regional Center for Studies on the Development of the Information Society (Cetic.br), a department of the Brazilian Network Information Center (NIC.br) developed a Survey on the Use of Information and Communication Technologies in Brazilian Schools.

The survey was developed in urban schools interviewing in person 11,142 students, 1,807 teachers, 906 pedagogical coordinators and 979 school directors. Interviews were developed by telephone with 1433 school directors and/or responsible with rural schools. The objective of the ICT in Education survey is to identify ICT access, use, and appropriation in Brazilian schools in relation to pedagogical practices and school administration.

## ***3. Emerging trends on Brazilian connected students behavior based on 2014 and 2018 surveys***

### ***3.1. Smartphone is protagonist in connecting to the Internet***

For the surveyed youth on the 2014 study, no matter gender, age or socioeconomic class both desktops and smartphones were devices to access the Internet – and 42% considered the smartphone the main one. The ICT Education Report 2018 shows that after three years of stability, the percentage of urban public schools that replaced computers went from 23% in 2015 to 34% in 2018. Obsolete devices were mentioned by educators as one of the main challenges to expanding connectivity in schools.

Since 2014 mobile communication through the use of smartphones is helping teachers and students to develop learning and other communication activities. Brazilian youth were also very interested in mobile communication for chatting. In a daily basis, 90% of respondents in 2014 used social network at least one time as a priority – “leisure and entertainment”, “seeking information”, “support and online services” and “education and learning activities” were behind in this order. In relation to school activities, 43% of respondents argued that they use Internet more than once a day and were even more engaged with online courses. Fig. 1 summarized youth performances by activities. On the other hand,

2018 ICT survey presents that In rural areas, 58% of those responsible for schools reported using mobile phones in administrative activities, and of these, 52% used their personal phones, which were not funded by the schools. Furthermore, 52% said that teachers took their own devices to carry out activities with students.

### *3.2. Fake news / Content publishing / Net-activism*

The 2014 survey presents that in several opportunities, interviewees expressed to be worried about critics, discussions and misunderstanding over disseminated content in social networks. It can be pointed out the youth wish for acceptance and low tolerance facing a debate or a polemic issue. Therefore, they usually avoid confrontation with divergent or opposite opinions. This trend is still resident on 2018 survey. The ICT in Education survey also investigated the perceptions of teachers about students' knowledge of safe Internet use and using information on the Internet. The 2018 results show that most teachers said they believed their students knew how to use computers and the Internet to access content on subjects addressed in class (75%) and to search on the Internet (74%). However, only 32% of teachers said their students knew how to evaluate information that should not be shared on the Internet or compare websites and identify relevant sources of information. Furthermore, only one out of five teachers (21%) believed that their students knew how to interpret and judge the reliability of information available online.

2014 survey also has shown that for the young Brazilian connected, participation in popular mobilizations or net-activism, even if restricted to the virtual environment, without face-to-face involvement, was considered totally valid. Note that when asked whether they would not approve or agree with the people who only participated in the social movements only through the internet, 27% of young people declare to agree totally or almost totally that it is necessary to participate in person. A slightly lower share, 14%, on the contrary, declares to disagree totally or almost totally, while 27% of the interviewees remained in neutral positions regarding the subject matter.

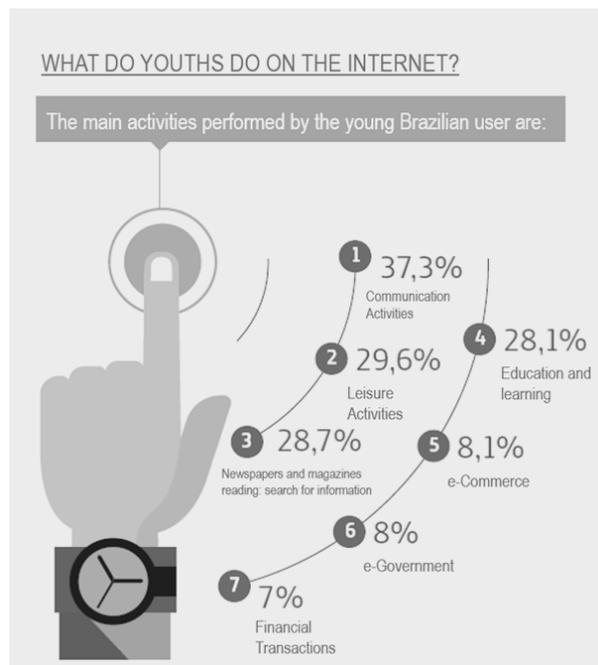
2014 survey revealed as well unknown sides of youth behavior and social practices that enable further discussions on juvenile manifests. As for using the internet to learn about social, environmental and political causes, young people surveyed were equally divided. A portion of 36% of the sample totally or almost totally agrees with the statement, and only 7% disagree totally or almost totally. Neutral positions concentrate 24% of the total of the young people interviewed.

It appears that the majority of young people surveyed consider that producing and sharing content on social networks – such as videos, photos and texts – about social and/or environmental problems are very effective ways to protest. In its results, the survey accounted for 43% of responses of total agreement or almost total with this concept, compared to only 5% of total or almost total disagreement, and 24% of neutrality or indifference. The results positively indicate the youth's perception that the Internet can be an effective instrument in raising awareness and acting effectively in the defense of social and environmental causes.

Considering that this data was collected right after the effervescence of the June 2013 protests in Brazil, it is necessary pointing that the online social network environment changed a lot since then. It is important to observe how concerns on manipulation of user's data has emerged as a hot topic, leading to problematic scenarios of misinformation and

fake news, deep fakes, robots and other strategies to mine reputations and influence opinions with bias. How is the connected Brazilian youth really aware of online misinformation? How different they behave when faced with controversies on Twitter and Facebook compared to older generations? These questions claim for more updated data collections.

**Fig. 1 – Students performances by activities**



Source: Adapted from Passarelli, *et al.*, 2014

### **3.3. Brazilian students use Internet for learning activities but school is not the main place to do so**

The 2014 survey pointed that Internet was consolidated as an important vector to support the educational activities of the Brazilian connected youth, mainly from its use in the domestic sphere. In fact, 82% of the young people surveyed stated that they had already used it at home to carry out activities proposed at school - and 77% of them said they had used the Internet at home to do work on their own initiative.

In 2018, the results of the survey remained stable regarding the connectivity of students in urban schools: 84% were Internet users, *i. e.*, reported having accessed the Internet in the 3 months prior to the study. However, the data show inequalities in the proportions among students from different regions of the country: in the South, for example, 90% of students reported being Internet users, while in the North, this proportion was 74%. In the other regions, the proportions gravitated around the national average: 87% in the Southeast, 84% in the Center-West and 80% in the Northeast.

Another important trend to observe is that school is not the most important place to connect to the Internet. Among different locations of access, students who were Internet

users went online predominately at home (93% in living rooms and 80% in their bedrooms), and at other people's homes, such as relatives and friends (90%). Confirming the trend already observed in previous editions of the survey, schools were not a priority location for Internet use for students, considering that the proportion of students who mentioned the school environment was a little over one-third (37%).

Regarding the educational process, the study appointed that new technologies and media and information literacies are shaping the relation between teachers and students inside the school environment as a crescent tendency building a classroom new ecology. This new connected scenario imposes urgency and transformation within educational processes: the teacher is no longer the only reliable privileged source of information and knowledge but, on the other hand, he is empowered to teach them how to think and find relevant information in a sea of abundance. New pedagogical approaches demand professors and schools to reshape their core rules to offer students education skills for their future, and no one so far can predict exactly what it is going to be.

2014 survey has pointed that 47% of connected young Brazilians totally or almost totally agree with the statement that using information and communication technologies to teach is also seen as an important learning factor. An identical percentage of respondents also declared that they believe totally or almost that the Internet and other technologies collaborate to improve the relationship and the exchange of knowledge between colleagues.

2018 survey also points the use of online videos and tutorials by teachers to learn about technologies increased 16 percentage points between 2015 and 2018. Among students, this percentage also grew from 63% in 2015 to 78% in 2018.

The growth of distance learning education in Brazil shows how boundaries between technologies and learning environment are dissolving. Due to mobility issues in big cities and rural areas, new ecologies of learning contexts are getting stronger. The robustness of virtual learning environments, increasingly lighter and responsive to mobile devices, contributes to this scenario. This is something to be further investigated, mainly concerning to lower-income individuals.

### ***3.4. Brazilian students are autonomous in developing media literacy***

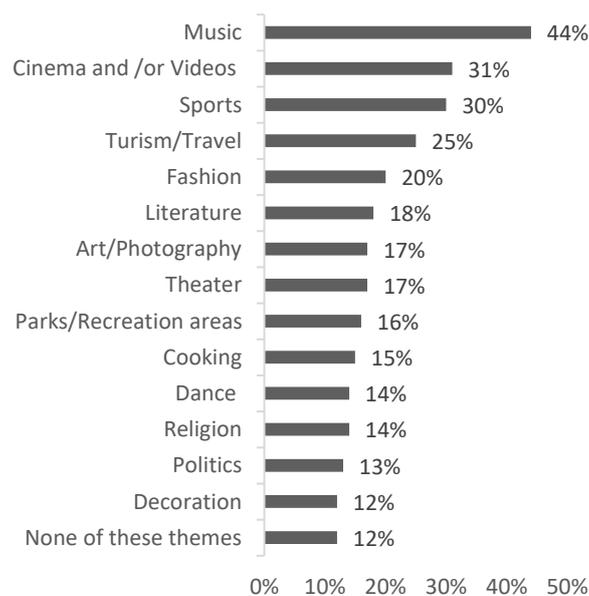
Regarding Fig. 2, the three main categories pointed out for the dissemination, creation or production of events and content – Music, Cinema and /or Videos and Sports – coincide, in the same order, with the themes also most searched by the Brazilian connected youth. Generally speaking, the themes on which young people most intensively seek information on the Internet are also the same ones on which they usually disseminate, create or produce events or content, demonstrating a coherent order of priorities for cultural, informational and recreational interests. Still in the same direction, religion gains greater relative relevance in the production of events and content when compared to the interests of research by youth politics on the Internet.

Regarding student media and information literacy ICT 2018 survey reinforce trends shown in 2014 survey. In this respect, in 2018, 44% of students who were Internet users learned about technologies with teachers at school, a percentage lower than that for other sources of information and support for ICT use. Many students who were Internet users said they learned about computers and the Internet on their own (78%) – a percentage that was

higher among students in the 2<sup>nd</sup> year of Secondary Education (86%). Between 2015 and 2018, as was the case among teachers, there was an increase in the proportion of students who reported learning about technologies through online videos or tutorials, rising from 63% to 78%. Learning through these tools was also more common among students in the 9<sup>th</sup> year of Elementary Education (83%) and the 2<sup>nd</sup> year of Secondary Education (89%).

It is worthy pointing that the emerging of mobile technologies and the even more constant presence of smartphones nowadays bring to this sole screen the core function of integrating all these activities. Music, sports and cooking circulate as a mix of themes being offered by the algorithms of Instagram, Tik Tok and many others mobile applications, raising questions about youth autonomy in deciding what to see and produce. How much are the youngsters influenced by the recommendation systems of these platforms? Their AI processes get more robust and complex as time goes by and, although there is still a long way to go regarding AI, it is certainly more developed than years ago and will be much more improvements in a couple of years.

**Fig. 2 – Internet usage to publicize, create and produce content**



**Source:** Adapted from Passarelli, *et al.*, 2014

#### 4. Final remarks

Our intention in this paper was to bring to light main trends in ICT use and appropriation among Brazilian young population through the comparison of collected data in two national surveys: 2014 #Connected Youth Brazil and 2018 ICT in Education Report. Our focus was strongly related to education, uses and attitudes of students due to the fact that both surveys were realized in formal education system environment. Mains findings were distributed in four axes: smartphone protagonism in connecting to the Internet; fake news/

/content publishing/net-activism; school is not main place to connect and students are mostly autonomous in developing media literacy.

Data from ICT in Education 2018 survey indicate universal Internet access among teachers, including connection via mobile phones (98%) and Internet use in schools (89%). Many teachers also had computers in their homes, especially portable devices, according to 91% of teachers who taught in schools in urban areas. This is a very strong indicator towards democratization of ICT resources among teachers mainly in south and southeast regions.

On the other hand, fragile conditions of schools, especially rural schools, in terms of availability of the Internet and adequate devices to use technologies in pedagogical activities, brings to light the barriers faced by these institutions in adapting to the directives set forth by the National Common Curricular Base (BNCC) regarding the ICT skills to be developed by students.

BNCC requires that students understand how technologies and media work and learn to be both creators and disseminators of their own productions, all based on creative, reflective and ethical attitudes. It is worth mention that teachers are also required to develop media and information literacy. This is even more challenging for teachers than that for students, even due to generation gap.

The results of the ICT in Education 2018 survey highlight the school community participation to carry out initiatives to improve conditions for ICT access, use, and appropriation in educational institutions. It is also important to consider recognition of efforts made by teachers to seek out strategies to train and improve their practice and better develop curricular content with their students, and that of students who appropriate technologies to expand the school environment beyond the four walls of classrooms.

Schooling is an empowerment process that leads to deep transformation. It begins in the classroom and shall expand into social network behavior. It is also important to consider risks related to psychological health, beyond ethical and moral values that can be easily deconstructed in Internet and smartphone use (like social network addiction). Citizen's empowerment toward a critical, autonomous, ethical and protagonist development also shall consider connecting schools and families as key players in developing skills for the contemporary hyperconnected society.

## References

### **CASTELLS, M.**

2009 *Communication Power*. Oxford: Oxford University Press, 2009.

### **CETIC.BR**

2016 *ICT kids online 2015: kids and teenagers*. Brazil: Cgi.br, 2016.

### **CGI.BR**

2019 *Comitê Gestor da Internet no Brasil: 2018 survey on the use of information and communication technologies in Brazilian schools*. 2019. E-book.

**FLORIDI, L.**

2014 *The Onlife Manifesto: being human in a hyperconnected era*. United Kingdom: Springer Open, 2014.

**LATOURE, B.**

2005 *Reassembling the social: an introduction to actor-network theory*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

**PASSARELLI, B.**

2014 *Juventude conectada*. [Online]. São Paulo: Fundação Telefônica, 2014. Available at: <http://educacaointegral.org.br/wp-content/uploads/2014/08/juventude-conectada-online-1.pdf>.

**PASSARELLI, B.**

2011 School of the Future - Research Laboratory/USP: action research and emerging literacies studies in WEB 2.0 environments. *The Journal of Community Informatics*. [Online]. 7:2 (2011). Available at: <http://ci-journal.net/index.php/ciej/article/view/646>.

**PASSARELLI, B.; ANGELUCI, A. C. B.**

2018 Conectividade contínua e acesso móvel à informação digital: jovens brasileiros em perspectiva. *Informação & Sociedade: estudos*. 28:2 (maio-ago. 2018) 197-208.

**PASSARELLI, B.; ANGELUCI, A. C. B.**

2014 Interactive Generation Brazil Research: children and teenagers using computers, TV, games and mobile phones. In *Rethinking the conceptual base for new practical applications in information value and quality*. Ed. George Leal Jamil, Armando Malheiro and Fernanda Ribeiro. Hershey: IGI Global, 2014, p. 284-303.

**PASSARELLI, B.; GOMES, A. C. F.**

2020 Transliteracias: a terceira onda informacional nas Humanidades digitais. *RICI: revista ibero-americana de Ciência da Informação*. 13:1 (jan.-abril 2020) 253-275.

**PASSARELLI, B.; JUNQUEIRA, A. H.**

2012 *Gerações interativas no Brasil: crianças e adolescentes diante das telas*. São Paulo: Fundação Telefônica Brasil, Escola do Futuro (USP), 2012. Available at: [http://fundacaotelefonicaativo.org.br/wp-content/uploads/pdfs/48\\_geracoes\\_interativas\\_brasil.pdf](http://fundacaotelefonicaativo.org.br/wp-content/uploads/pdfs/48_geracoes_interativas_brasil.pdf)

**PASSARELLI, B.; JUNQUEIRA, A. H.; ANGELUCI, A. C. B.**

2014 Os Nativos digitais no Brasil e seus comportamentos diante das telas. *MATRIZES*. [Online]. 8:1 (2014) 159-178. {Access 18 jun. 2015}. Available at: <http://www.revistas.usp.br/matrizas/article/view/82936>.

**PASSARELLI, B. [et al.]**

2014 The Impact of mobility in Brazilian info centers: ACESSA-SP case study. *American international journal of contemporary research*. [Online]. 4:3 (mar. 2014). [Access 18 jun. 2015]. Available at: <http://www.ajcrnet.com/journal/index/666>.

**Brasilina Passarelli | [bpasarelli@usp.br](mailto:bpasarelli@usp.br)**

Universidade de São Paulo – Escola de Comunicação e Artes (USP), Brazil

**Alan César Belo Angeluci | [alan.angeluci@prof.uscs.edu.br](mailto:alan.angeluci@prof.uscs.edu.br)**

Universidade Municipal de São Caetano do Sul, Brazil

**Resumo:** Este artigo busca identificar na literatura abordagens que contribuam para a construção do instrumento de avaliação para o Repositório Institucional da Universidade Federal da Bahia, com o objetivo de atender ao repositório e contribuir com a avaliação institucional do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Como metodologia utilizou-se a busca estratégica do termo “avaliação de repositórios” e a observação do Repositório. Os resultados evidenciam a necessidade de discussão, visto a inexistência de documentos padronizados que subsidiem a avaliação dos repositórios. Verificamos algumas iniciativas, a exemplo das Universidades Federais de Santa Catarina e do Ceará. Consideramos que os debates podem se intensificar acerca da temática, e que as iniciativas individuais tendem à construção de critérios e padrões de avaliação para os repositórios, de modo que estes possam ser utilizados como recurso para a avaliação de outros repositórios bem como a avaliação institucional como um todo.

**Palavras-chave:** Avaliação; Instrumento de avaliação; Repositórios institucionais; Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior.

**Abstract:** This article seeks to identify in the literature approaches that contribute to the construction of the assessment instrument for the Institutional Repository of the Federal University of Bahia, in order to serve the repository and contribute to the institutional assessment of the National Higher Education Assessment System (SINAES). The methodology used was the strategic search for the term “evaluation of repositories” and observation of the Repository. The results show the need for discussion, given the lack of standardized documents that support the repositories evaluation. We verified some initiatives, such as the Federal Universities of Santa Catarina and Ceará. We believe that debates on the theme can be intensified and that individual initiatives tend to build criteria and evaluation standards for repositories, so that they can be used as a resource for the evaluation of other repositories as well as institutional evaluation as a whole.

**Keywords:** Evaluation; Evaluation instrument; Institutional repositories; National Higher Education Assessment System.

## 1. Introdução

Este artigo tem como proposta uma reflexão preliminar para a construção de um instrumento de avaliação do Repositório Institucional da Universidade Federal da Bahia (RI-UFBA), como parte integrante da avaliação institucional inserida no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), e por sua própria demanda enquanto ferramenta de apoio acadêmico e comunicação científica da Universidade.

O Repositório Institucional é uma ferramenta que permite a disponibilização de conteúdo produzido pelos membros da comunidade acadêmica, e que possibilita a recuperação, disseminação, preservação e memória da instituição. Como organismo vivo da universidade, atendendo a objetivos diversos, como ensino e pesquisa, o repositório

necessita, assim como a universidade e os seus mais diversos campos, passar por manutenções e avaliações preventivas e corretivas.

O objetivo desse estudo é identificar os aspectos passíveis de avaliação do RI-UFBA, a fim de iniciarmos a construção de um instrumento estável de avaliação, que permita uma manutenção adequada e rotineira dessa ferramenta.

O processo de avaliação requer comprometimento adequado da instituição na adoção do seu desenvolvimento e gerenciamento. A educação em avaliação é um fator a se considerar na contemporaneidade, momento em que os produtos e serviços são mais acessíveis, e com isso, também são mais suscetíveis a críticas e sugestões.

O processo de comunicação científica do conhecimento produzido por instituições de ensino superior é um insumo básico na avaliação da própria instituição, junto ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Nesse sentido, todos os organismos que compõem a universidade fazem parte dessa avaliação mais complexa e ampla. Cada um dos órgãos, setores e ferramentas tendo os seus próprios instrumentos de avaliação, ou seja, avaliações mais específicas e diretas, a composição da avaliação geral, seja para interesses internos ou externos, a exemplo do objetivado pelo SINAES, seria gerido e acompanhado adequadamente.

A avaliação de Repositórios Institucionais (RI) é um dos temas amplamente debatido na literatura, vistas a sua importância junto ao cenário dinâmico em que as mudanças de atitudes, posturas e interesses são verificadas. Os repositórios foram criados com o propósito de minimizar os custos operacionais da disponibilização da produção científica, em especial no meio acadêmico.

O Movimento de Acesso Aberto (MAA), tendo proposto, tanto a estratégia de criação dos repositórios, quanto à editoração de periódicos de acesso aberto, desconstrói uma cultura monopolizadora das editoras comerciais, qual seja, a aquisição de conhecimento científico a altos custos, e com isso abre caminho para a atuação mais protagonista das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), produtoras de conhecimentos científicos e incentivadoras do progresso social mais democrático. Contudo, essas instituições tendem a não privilegiar instrumentos e práticas avaliativas, seja de ordem administrativa, educacional ou gerencial.

A avaliação faz parte natural de todo o processo de gestão, no qual temos fluxos necessários a serem seguidos, objetivando o êxito do produto e/ou serviço. Esse fluxo perpassa pelo planejamento, direção, comunicação, controle e avaliação, conhecido como processo organizacional.

Dada à importância do RI no cenário acadêmico e científico, ferramenta integrante da geração e comunicação do conhecimento científico, este não pode deixar de passar por uma avaliação contínua, a fim de adequar-se aos objetivos e metas da instituição a qual está vinculado.

Tendo-se identificado a necessidade da construção de um instrumento avaliativo para o RI-UFBA, busca-se junto as IFES e seus repositórios, consultar e construir um documento que possibilite iniciar o processo de avaliação do RI-UFBA, visto que sua implantação está próxima de completar uma década, período oportuno para levantamento de dados que demonstrem a atuação deste, junto à comunidade acadêmica. O intuito é que haja uma

reflexão dos pontos fortes e fracos do gerenciamento, com vistas à revisão de metas e objetivos propostos com a criação da ferramenta.

Para atender ao objetivo desse estudo, buscou-se identificar o conceito de avaliação no processo organizacional, bem como, a definição de avaliação de repositórios institucionais na literatura científica. Além disso, foram levantadas as boas práticas adotadas por outras IFES, de forma a contribuir na elaboração de uma proposta de construção desse instrumento.

O resultado, de certo modo foi satisfatório, no sentido que verificamos a existência de estudos relativos à temática, porém ainda incipientes, dado que a inserção dessa ferramenta no contexto acadêmico e científico já se integra no ambiente universitário há alguns anos. A pesquisa revela-nos a urgente necessidade de construção de um instrumento que possa contribuir na avaliação sistemática dos RI, de modo que possam ser avaliados pelos seus usuários e equipe responsável pela gestão da ferramenta, e com isso identificar pontos a serem melhorados, para a disponibilização de um produto ou serviço mais adequado aos membros da sua comunidade, e aos processos avaliativos mais amplos, a exemplo do SINAES.

## **2. Fundamentação teórica**

A conceituação de avaliação tendo como foco o SINAES e uma breve análise do RI-UFBA, objeto desse estudo, são abordadas nesse tópico.

### **2.1. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)**

Criado pela Lei de nº 10.861 de 2004<sup>1</sup>, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) constitui-se em um processo avaliativo da educação de nível superior, atuando na tríplice que compõe as principais funções das universidades, ensino, pesquisa e extensão. Compõem esse Sistema, a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes. De acordo com Ribeiro (2015:143):

O SINAES integra um conjunto de avaliações realizadas com diferentes metodologias, aplicadas em diferentes momentos e incluindo diferentes atores institucionais visando, assim, uma leitura mais fiel e mais completa possível do funcionamento das instituições de Ensino Superior – IES brasileiras, independente do tamanho, da natureza administrativa e da organização acadêmica.

Como o SINAES trata de avaliação, e o propósito desse estudo é a avaliação do RI-UFBA, temos o conceito de avaliação em Verhine (2015:605), no qual ele expõe, “[...] pode ser entendido como sendo o levantamento de informações sobre o processo que está sendo avaliado para subsidiar a tomada de decisão com vistas à melhoria do referido processo”. Já em Belloni, Magalhães e Sousa (2007:25), o conceito de avaliação é apresentado “Como um procedimento sistemático de análise de atividades, fatos ou coisas que permite

---

<sup>1</sup> Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/leisinaes.pdf>. Consult. 21 jul. 2019.

compreender, de forma contextualizada, todas as suas dimensões e implicações, com vistas a estimular seu aperfeiçoamento”, complementando assim o conceito de avaliação exposto por Verhine (2015).

O objetivo das avaliações realizadas pelo SINAES perpassa pela melhoria da qualidade das instituições e de seus produtos e serviços, de modo que agreguem valor e elevem o nível de reconhecimento e mérito da educação superior. Para atender a esses objetivos, esse Sistema dispõe de alguns instrumentos de avaliação, tais como: a autoavaliação das instituições, avaliações externas, avaliação dos cursos de graduação e outros instrumentos auxiliares.

Os modelos de avaliação destacados por Bonniol e Vial (2001) são três: primeiro enfoque na apreciação do produto, no modelo de avaliação como medida, já no segundo, o enfoque é em função da gestão e cabe este ao modelo de gestão, e por último o modelo de avaliação como problemática do sentido, no qual o foco da avaliação é o processo.

Os tipos de avaliação são tratados por Ribeiro (2015), de acordo com a sua finalidade, destacando dentre elas, os modelos educativos ou formativos e os modelos regulatórios. A finalidade de cada modelo citado caracteriza-se, o primeiro em desenvolver e aprimorar a qualidade do trabalho produzido pela instituição avaliada, e nesse sentido, podemos incluir os setores, ferramentas e os produtos e serviços avaliados; já o segundo modelo procura garantir o cumprimento das regras de funcionamento preestabelecidas. Desse modo, verificamos um aspecto qualitativo implícito nos dois modelos apresentados.

Os modelos de avaliação da qualidade, tanto para serem aplicados a educação superior, na personificação da IES, quanto para serem utilizados em outro tipo de organização, são analisados por Contera (2000) e Castrejon Diez (1991), nos quais se destacam os modelos de avaliação do tipo regulação e do tipo democrático.

Dentre as dimensões consideradas pelo Sistema, a comunicação com a sociedade tem particular afinidade com o que é reportado pelo MAA, ou seja, o diálogo da universidade com a sociedade, possibilitado em parte, pela disponibilização do conhecimento produzido na instituição.

A avaliação institucional é apenas uma das abordagens que configura a avaliação no todo, mas é nela que se sustentam os outros aspectos que complementam a avaliação, sendo o eixo norteador para atuar na verificação de outros pontos, a exemplo da avaliação docente, discente, dos cursos dentre outros.

Um processo de avaliação institucional ou autoavaliação abrange aspectos que concernem instrumentos e ferramentas das mais diversas. A dimensão de uma instituição universitária sugere a implantação de uma avaliação cíclica, contínua e específica diante das particularidades de cada contributo de um ou outro instrumento ou ferramenta.

Há ferramentas, exemplificadas pelo RI, que podem alavancar a avaliação realizada pelo SINAES, visto que, ao atuar como instrumento de disseminação, preservação e memória da instituição, possibilita a visibilidade da produção científica, item este, que reflete no fator de impacto, uma das pontas que compõe a tríplice de atuação das IFES, no caso a pesquisa. Além do mais, a existência do RI por si só já reforça pontos positivos na estruturação de uma universidade, a inserir-se no contexto mundial de acesso aberto, logo, a avaliação institucional e a autoavaliação pode perpassar pela avaliação dos repositórios institucionais.

## 2.2. Repositório Institucional da UFBA quanto à avaliação

O RI-UFBA foi implantado como ferramenta de disseminação da produção acadêmica e científica, em 2010. Institucionalizado através da Portaria nº 024/2010<sup>2</sup>, do então Reitor Naomar Monteiro de Almeida Filho, em 7 de janeiro 2010, desde então vem atuando para além da disseminação, objetivando também preservar e tornar-se local de memória da produção acadêmica, científica e artística da instituição.

A definição de RI perpassa pelo conceito de ‘acesso aberto’, ou seja, a disponibilização de conteúdo de uma instituição em meio digital, de forma ampla e irrestrita. Para contextualizar tal definição, utilizaremos o conceito de repositório institucional (BUSTOS-GONZALEZ, FERNANDEZ-PORCEL e JOHNSON, 2007:33), na obra, *Diretrizes para a criação dos repositórios institucionais nas universidades e organizações de educação superior*, qual seja:

Um sistema de informação que reúne, preserva, divulga e permite o acesso à produção intelectual e acadêmica das Comunidades Universitárias. Na atualidade o RI representa uma ferramenta chave no sistema político científico e acadêmico da universidade.

Diante da importância histórica da Universidade Federal da Bahia, a primeira instituição de nível superior do Estado da Bahia, que possui entre os seus cursos, o primeiro curso de Medicina do Brasil, datado de 1808, não podia deixar de ter um espaço de memória e preservação da sua história pretérita, presente e futura. Nesse sentido, o RI-UFBA além de atender aos preceitos do MAA, se constitui em uma ferramenta de união e sentimento de pertencimento entre a sua comunidade acadêmica.

O repositório institucional como organismo vivo da universidade, que disponibiliza as suas mais valiosas contribuições para a sociedade, o conhecimento produzido tende a necessitar de processos organizacionais idênticos a uma organização empresarial, que possui ciclos e fluxos com vistas a exercer e atender os objetivos e metas estabelecidas. Dentre os processos organizacionais, a avaliação é um dos pontos de maior necessidade no estágio atual do repositório, pois é nesse momento do fluxo que se identifica pontos a serem aperfeiçoados, mantidos e repensados, haja vista que as etapas anteriores são imprescindíveis à implantação de uma ferramenta desse porte, ou seja, o planejamento, a direção, a comunicação e o controle.

A avaliação nesse fluxo situa-se na etapa final, que precisa ser executada para retroalimentar o processo organizacional. Nesse entendimento, Motta (2006, citado por PREVÊ, MORITZ e PEREIRA, 2010:42) define diagnóstico como:

[...] um dimensionamento ou uma avaliação que fazemos sobre o estado atual de uma organização [ou ferramenta], no qual resulta em um instrumento em

---

<sup>2</sup> Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/about/politica%20institucional.pdf>. Consult. 14 out. 2018.

que podemos identificar três pontos que estão presentes nas atividades organizacionais: Pontos fortes, pontos fracos e pontos a serem melhorados.

A avaliação de RI é tema de diversos estudos, dentre eles, os realizados pelas autoras, Vianna e Carvalho (2013), Nascimento (2014) e Limeira (2016). O assunto é fator de investigação por pesquisadores da área da comunicação científica, do movimento de acesso aberto e dos repositórios institucionais. Posto isso, identificamos que o RI-UFBA, com quase uma década de existência ainda não passou por uma avaliação periódica, ou executou um processo de autoavaliação ou diagnóstico do estado atual de desenvolvimento e manutenção, ou mesmo definiu um instrumento de avaliação que publicitasse o seu progresso. De acordo com Prevê, Moritz e Pereira (2010:160):

A Resistência dos setores públicos em promover uma avaliação sistêmica e objetiva dos seus resultados é um fato. Raramente é questionado se a orientação seguida pelos decisores é a mais conveniente, se os seus resultados estão ajustados às demandas sociais, se o seu processo decisório está articulado à sua finalidade ou mesmo qual é, ou qual deveria ser o seu papel no ambiente econômico, político, social e institucional.

### 3. Procedimentos metodológicos

Para alcançarmos os objetivos propostos nesse estudo, buscamos na literatura pertinente, relatos acerca da realização de avaliação em repositórios semelhantes, tendo obtido êxito na busca ao encontramos o *Relatório de avaliação e diagnóstico do repositório institucional da Universidade Federal de Santa Catarina* (2017), que subsidiou parte das análises. Outro ponto positivo se deve ao estudo realizado por Queiroz (2015), que corrobora o estudo realizado recentemente sobre o RI-UFBA.

Tratando-se dos procedimentos metodológicos adotados, a pesquisa seguiu um fluxo de natureza aplicada, que de acordo com Marconi e Lakatos (2011), “Caracteriza-se por seu interesse prático, isto é, que os resultados sejam aplicados ou utilizados imediatamente, na solução de problemas que ocorrem na realidade”. Realizamos uma busca bibliográfica na base de dados *Scientific Electronic Library Online – SciELO* e *Google Acadêmico* acerca do tema, utilizando como estratégia de busca, o termo “Avaliação de Repositórios”, para identificamos na literatura arcabouço que pudesse contribuir com o objetivo da pesquisa, a reflexão inicial para a construção de um instrumento de avaliação para o RI-UFBA.

O estudo compreendeu uma etapa de observação e levantamento de dados do próprio RI-UFBA, e análise de outros repositórios institucionais, que foram coletados através da busca estratégica nas bases de dados mencionadas, bem como a compilação entre estudos realizados no âmbito da avaliação de repositórios.

A pesquisa tem caráter qualitativo, pois pretende verificar a qualificação na literatura, dos contributos acerca dos repositórios e suas avaliações, para a construção de um instrumento uniforme que atenda ao propósito da pesquisa, avaliar e mensurar os pontos fortes e fracos da atuação do repositório da UFBA.

#### 4. Construção de um instrumento de avaliação para o RI-UFBA

A avaliação dos repositórios institucionais atende a uma demanda explícita da própria ferramenta, além de ser possível colaborar com demais sistemas de avaliação mais complexos, a exemplo do SINAES. Por si só os repositórios já exigem um processo de avaliação, dada à participação no cerne de algumas funções da universidade – ensino e pesquisa.

Sobre o aspecto de esses necessitarem de uma etapa de avaliação, autores como Vianna e Carvalho (2013), Nascimento (2014) e Limeira (2016) traduzem o propósito da avaliação dos repositórios no sentido de se constituírem como ferramentas relativamente novas de ordem tecnológica, de informação e comunicação, que têm participação efetiva na produção e disseminação do conhecimento científico em acesso aberto, e ainda em desenvolvimento e em constante mudança. Os usuários de uma ferramenta em estágio entre o inicial e intermediário de desenvolvimento, tendem a não conhecerem o potencial desta em sua plenitude, logo, é através da avaliação que se torna possível identificar os pontos sensíveis da utilização e aprovação ou desaprovação da ferramenta.

O sucesso de um repositório institucional perpassa pela forma como este é gerenciado, e para um bom gerenciamento, este não deve desprezar a existência de uma avaliação contínua em suas mais diversas dimensões. Um modelo de avaliação elaborado com vistas a auxiliar e padronizar o procedimento são de longe o primeiro passo a ser seguido.

Vale ressaltar que, segundo Limeira (2016), as dimensões essenciais em um processo de avaliação dos repositórios podem ser exemplificadas ou ao menos três delas: qualidade do sistema, qualidade da informação e qualidade do serviço. Essas dimensões podem ser alteradas de acordo com o propósito macro da avaliação, mas em hipótese alguma podem deixar de serem analisadas ao menos uma delas. O que irá impactar na escolha da dimensão avaliada será as diversas características a ela atribuída, logo, o fator de decisão para a escolha da dimensão deverá levar em consideração quais características precisam se analisar em um dado momento de funcionamento do repositório.

É importante observar que as dimensões podem ter características semelhantes entre elas. Por exemplo, as dimensões de qualidade do sistema e qualidade do serviço possuem algumas características em comum a serem avaliadas, tais como: a confiabilidade e a acessibilidade, desse modo, tornam-se mais eficientes as avaliações, considerando esses dois aspectos.

Algumas universidades já têm atuado de forma mais efetiva no que tange a autoavaliação, ou pelo menos, o diagnóstico dos seus repositórios institucionais, a exemplo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que em 2017 publicou o seu *Relatório de avaliação e diagnóstico do repositório institucional da Universidade Federal de Santa Catarina*. Para esse diagnóstico foram utilizados os seguintes critérios de avaliação: visibilidades; políticas; aspectos legais; metadados; interoperabilidade; logs e estatísticas; segurança, autenticidade e integridade dos dados; tecnologia e usuário. Para cada critério utilizado foi realizado um diagnóstico e descrita uma ação a ser tomada para a manutenção ou melhoria deste. A conclusão do relatório considerou positiva a avaliação no que tange a abrangência dos itens listados como critérios de avaliação pelo repositório, tendo todos os critérios avaliados atingidos o seu propósito na ferramenta, de modo a contribuir com o desenvolvimento desta.

De todo modo, o relatório é finalizado com uma mensagem de continuidade das avaliações de forma periódica e contínua, para alavancar a visibilidade e ampliar a qualidade do repositório. O relatório, além de subsidiar as tomadas de decisões acerca da manutenção e gestão da ferramenta, poderá contribuir na redução do processo de avaliação institucional realizada pelo SINAES. É notório que a avaliação dos repositórios ocorre a partir da observação dos portais, bem como pela interação entre a gestão e os usuários, seja adotando algum instrumento de coleta de dados, como aplicação de questionários ou realizando entrevistas. A dimensão que se deseja alcançar, é que irá determinar o instrumento de coleta de dados, ou a combinação deles.

Esses apontamentos sugerem a reflexão para a elaboração de uma proposta, para a construção de um ou mais modelos de avaliação para o RI-UFBA. Os modelos podem ser descentralizados, de acordo com a dimensão de análise exigida, em determinado estágio de funcionamento do repositório. Para Queiroz (2015:53), outro ponto que deve ser levado em consideração é a utilização de indicadores Webométricos adequados na avaliação de um RI. Segundo a autora, “É importante ressaltar que uma das funções dos repositórios institucionais é disseminar a produção acadêmica institucional e a função dos indicadores é avaliar as características e resultados dessa disseminação, favorecendo assim a visibilidade dos trabalhos disponibilizados no RI”. E acrescenta que “Mediante esses indicadores é possível verificar o tamanho do site, a visibilidade, a popularidade e o fator de impacto Web”.

Nesse contexto, Queiroz (2015) detalha como cada aspecto mencionado acima pode contribuir para alavancar o mérito e o reconhecimento do repositório em questão. Desse modo, eles estão respectivamente associados ao acervo do repositório; a quantidade de citações oriundas do RI; ao volume de documentos baixados do repositório e por fim, a relação entre as buscas dos usuários e o retorno de links das páginas dos repositórios, já identificado pela autora, serem de quantidades ínfimas essa taxa de retorno, o que torna o RI menos competitivo frente às outras bases.

Para embasar a avaliação de um repositório institucional, documentos e serviços de avaliação, a exemplo dos que foram utilizados na avaliação do RI da Universidade Federal do Ceará, poderão ser utilizados, tais como o *Directório de Repositórios de Acesso Aberto – Opendoar*<sup>3</sup>, que segundo Chalhub (2012), trata-se de uma iniciativa pioneira para alavancar a visibilidade dos repositórios de vários países, dentre eles, os repositórios brasileiros. Outro serviço importante é o Ranking webometrics,<sup>4</sup> que trata de um indicador webométrico que classifica os repositórios de acordo com a quantidade de conteúdo da instituição disponível através da internet. Segundo Santos e Cardoso (2013:2), “O Ranking tornou-se, com o passar dos anos, uma referência básica para perceber a visibilidade de repositórios científicos na web”.

Diante de tais levantamentos e direcionamento de critérios e serviços citados, acredita-se no sucesso da elaboração de um modelo de avaliação para RI-UFBA. Para exemplificar, refletiremos sobre a avaliação realizada no Repositório Institucional da Universidade

---

<sup>3</sup> Disponível em: <http://v2.sherpa.ac.uk/opendoar/>. Consult. 20 jul. 2019.

<sup>4</sup> Disponível em: [https://www.webometrics.info/en/Latin\\_America/Brazil](https://www.webometrics.info/en/Latin_America/Brazil). Consult. 5 maio 2019.

Federal do Ceará – RI-UFC, para a qual foram utilizados critérios, serviços e documentos, que de certo modo, são perfeitamente viáveis a qualquer gestor de um repositório institucional executar na sua autoavaliação, bastando para isso, disponibilização de tempo e priorização para o gerenciamento da ferramenta. Os dados utilizados para essa avaliação foram, segundo Queiroz (2015), o número de documentos disponibilizados por comunidade e por tipo de documentos; quantidade de visitas/acessos aos repositórios da UFC, por comunidade e áreas de conhecimento; localização geográfica das visitas e *status quo* do RI-UFC em relação aos demais RI da região Nordeste, do Brasil e do Mundo.

Já, em uma segunda etapa da avaliação realizada no RI-UFC, compreendeu a visibilidade interna da ferramenta medida a partir dos programas de pós-graduação, para verificação da percepção interna da comunidade acadêmica. Para isso, a autora Queiroz (2015), utilizou como categorias, a caracterização dos pesquisadores; conhecimento; uso; acesso e grau de satisfação dos pesquisadores em relação ao RI-UFC, e a contribuição e importância do repositório na divulgação científica.

As categorias elencadas acima, que foram utilizadas por Queiroz (2015), associadas à elaboração de formulários de avaliação onde constam as dimensões citadas por Limeira (2016) se complementam, e poderão contribuir para a construção do instrumento de avaliação do RI-UFBA. De acordo com Limeira (2016:166), “É importante saber como avaliar os sistemas de informação, de forma a identificar pontos fracos e fortes, buscando sempre atualizá-lo tanto em informação, quanto em serviços”.

Nesse sentido, em levantamento recente realizado no RI-UFBA, constatamos que as categorias mencionadas por Queiroz (2015) são certamente viáveis e de fácil verificação. Ao realizarmos uma breve avaliação de cinco repositórios institucionais, das IFES que participaram de um edital da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e executado pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), como projeto piloto em 2009, para implantação dos seus repositórios, conseguimos levantar algumas dessas categorias e identificar em que estágio de manutenção e desenvolvimento se encontram.

Fazem parte desse grupo os RI de algumas Instituições que foram observadas: além da Universidade Federal da Bahia; verificamos as seguintes Universidades, Federal de Pernambuco; Federal de Santa Catarina; Federal do Rio Grande do Sul e a de Brasília. No que diz respeito ao RI-UFBA, verificamos que a versão do DSPACE passa por um momento de atualização diferentemente dos demais que já tiveram as suas versões atualizadas. Outro dado levantando diz respeito a tipologia de documento, e identificamos que há uma prevalência de teses e dissertações. Já os artigos em periódicos e em eventos não têm unanimidade na disponibilização nesses repositórios.

Devemos salientar que o RI-UFBA tem disponibilizado todos os tipos de documentos: teses e dissertações; artigos em eventos; artigos em periódicos; capítulos de livros e livros, partituras. Nesse sentido, de certo modo, o RI-UFBA tem procurado se adequar às diretrizes do MAA, que incentiva a disponibilização da produção científica de uma instituição acadêmica em acesso aberto. Faz-se, no entanto, necessário se de fato essa disponibilização vem refletindo a realidade da produção acadêmica, científica e artística da Instituição, em termos de números e de categorias de documentos a serem disponibilizadas e contribuindo para ampliar a sua visibilidade.

Um ponto positivo identificado nesse levantamento, traduz a responsabilidade da gestão do RI-UFBA em disseminar de forma contínua, o conteúdo inserido na ferramenta. Verificamos que a ferramenta possui um serviço de disseminação seletiva chamado de “Alerta”<sup>5</sup>, que se destina a divulgar a produção acadêmica da instituição disponível no RI. Essa divulgação através de um serviço disseminação contribui para ampliar a abrangência e a visibilidade da produção científica e acadêmica produzidas, com envios de Boletins semanais, em formato de *newsletter*, a toda comunidade da UFBA e para outras instituições, tendo no seu primeiro bloco o destaque para a produção científica e acadêmica mais recente inserida no RI.

Esse tipo de avaliação pode ser realizada de forma contínua e ampliada, para fins de atualização e divulgação de boas práticas. Salientamos que, entre os outros repositórios verificados no estudo anterior, não encontramos serviço semelhante, logo, a realização de uma avaliação tende a demonstrar, não somente pontos a serem aperfeiçoados, mas também pontos a serem socializados com organizações semelhantes. A divulgação das boas práticas também se faz através da confecção de um relatório de diagnóstico ou uma avaliação da ferramenta.

Considerando a necessidade da formulação de um instrumento padronizado de avaliação dos repositórios, Palmas, *et al.* (2018:2) se posicionam da seguinte maneira:

A avaliação constante e planejada de sistemas de informação é fundamental para o melhoramento dos serviços, sem a qual o atendimento às necessidades dos usuários pode ficar prejudicada. No caso dos repositórios institucionais, a gestão malfeita ou inexistente prejudica o gerenciamento da produtividade e da visibilidade da produção científica da instituição. Portanto, justifica-se a necessidade de se refletir sobre uma possível padronização ou modelo que sirva de base para avaliar repositórios, tornando sua gestão mais dinâmica e uniforme.

Outro ponto a ser considerado na avaliação do repositório institucional da UFBA, diz respeito ao perfil dos usuários, para adequação de estratégias quanto à participação efetiva do público alvo. Nesse sentido, Rosa, Barros e Meirelles (2016) realizam um levantamento acerca do perfil dos usuários do RI-UFBA, no qual identificam que o maior percentual de usuários se concentra no perfil docente, o que é inversamente proporcional ao quantitativo de docentes e discentes na instituição, visto que a instituição, naquele momento, possuía em termos gerais “cerca de 30 mil alunos de graduação e 5.500 de pós-graduação para cerca de 2500 professores, a quantidade de respondentes confirma que o repositório não tem alcançado os discentes” (ROSA, BARROS e MEIRELLES, 2016:140). Dessa forma, verificamos a necessidade mais acentuada em atingir os membros discentes da comunidade acadêmica, com vistas a fortalecer o acesso e disponibilização de conteúdo por essa parcela do público alvo do RI-UFBA.

---

<sup>5</sup> Disponível em: <https://ndc.ufba.br/>. Consult. 9 maio 2019.

## 5. Considerações finais

O levantamento realizado nos possibilitou verificar a existência de estudos relativos à temática, avaliação de repositórios institucionais, porém ainda incipientes, se analisarmos que a inserção dessa ferramenta no contexto acadêmico e científico já se integra no ambiente universitário há alguns anos, mas ainda com pouco processo avaliativo. Esses resultados revela-nos a urgente necessidade de construção de um instrumento que possa contribuir na avaliação sistemática dos repositórios institucionais, de modo que possam se autoavaliarem, e com isso identificar pontos para melhorias e desenvolvimento, para a disponibilização de um produto ou serviço mais adequado aos usuários e membros da sua comunidade, e aos processos avaliativos mais amplos, contribuindo com dados para serem utilizados por exemplo pelo SINAES.

De modo geral, diante dos estudos que vêm sendo desenvolvidos acerca do tema, há diversas possibilidades para a construção de um instrumento que auxilie na avaliação do RI-UFBA. A utilização de categorias de verificação, semelhantes as já utilizadas por outros dois RI citados, com levantamento de dados através da observação dos portais e análise crítica da disponibilização de conteúdo, é uma opção para o processo avaliativos no RI-UFBA, semelhante ao utilizado no estudo sobre o processo de avaliação no RI-UFC.

Outro processo que pode ser utilizado versa sobre as dimensões que podem ser avaliadas nos repositórios, e que estas, podem ser combinadas entre si, ou mesmo realizadas separadamente, atendendo assim a um propósito pontual. Considerando as duas possibilidades, outras podem surgir, inclusive se adotarmos a união de ambas as possibilidades citadas e construirmos um documento que possa atender a diversas demandas, de modo macro em momentos oportunos, de uma avaliação mais complexa.

Concluimos com o propósito de nos debruçarmos na construção desse instrumentos, embora poucas instituições vêm se dedicando a questão, algumas já começam a discutir o assunto, dada a inexistência de um modelo padronizado para utilização uniforme entres as IFES, considerando inclusive contribuir para a avaliação institucional junto a instâncias superiores da educação.

## Referências bibliográficas

- BELLONI, Isaura; MAGALHÃES, Heitor de; SOUSA, Luzia C.**  
2007 *Metodologia de avaliação em políticas públicas: uma experiência em educação profissional*. São Paulo: Cortez, 2007.
- BRASIL. Leis, decretos, etc.**  
2004 Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004: [Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)]. *Diário Oficial da União*. [Em linha]. 2004. [Consult. 21 jul. 2019]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm).
- BUSTOS-GONZALEZ, Atilio; FERNANDEZ-PORCEL, Antonio; JOHNSON, Ian M.**  
2007 Diretrizes para criação dos repositórios institucionais nas universidades e organizações de educação superior. In *Alfa Network Babel Library*. [Em linha]. 2007. [Consult. 17 maio 2019]. Disponível em: [http://eprints.rclis.org/13512/3/Diretrizes\\_RI\\_portugues.pdf](http://eprints.rclis.org/13512/3/Diretrizes_RI_portugues.pdf).

**CASTREJÓN DIEZ, J.**

1991 *Las Bases filosóficas de la planeación*. México: H. Cámara de Diputados, LIV Legislatura, Comisión de Ciencia y Tecnología, 1991.

**CHALHUB, Tania**

2012 Análise das iniciativas para implementação do acesso livre à produção científica em repositórios de países Americanos e Europeus. In *Múltiplas facetas da comunicação e divulgação científicas*. Org. Lena Vania Ribeiro Pinheiro, Eloísa da Conceição Príncipe de Oliveira. [Em linha]. Brasília, DF: IBICT, 2012. [Consult. 17 maio 2019]. Disponível em: <http://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/711/1/M%C3%BAltiplas%20facetas%20da%20comunicação%20científica%20e%20divulgação%20de%20dados%20de%20países%20americanos%20e%20europeus.pdf>.

**CONTERA, Cristina**

2000 Modelos de la evaluación de la calidad de la educación superior. *Avaliação: revista da avaliação da educação superior*. [Em linha]. 1:5 (mar. 2000) 7-18. [Consult. 21 jul. 2019]. Disponível em: <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/avaliacao/article/view/1086/1082>.

**LAMEIRA, Ana Kelly Alves**

2016 Avaliação de repositórios institucionais brasileiros: uma proposta de método de avaliação. *Cadernos BAD*. [Em linha]. 2 (2016) 153-167. [Consult. 17 maio 2019]. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/61863>.

**MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria**

2011 *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisa, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados*. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

**NASCIMENTO, Aline Vieira do**

2014 *Repositórios digitais: identificando fatores de sucesso para as bibliotecas digitais e repositórios institucionais*. [Em linha]. 2014. [Consult. 15 out. 2018]. Disponível em: [http://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/892/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O\\_A\\_LINENASCIMENTO\\_MAR2013.pdf](http://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/892/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O_A_LINENASCIMENTO_MAR2013.pdf).  
Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação / IBICT.

**PALMAS, Jessica Luciane [et.al.]**

2018 Avaliação de repositórios institucionais: proposta de padronização de critérios. In ENCONTRO REGIONAL DOS ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO, GESTÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DAS REGIÕES SUDESTE, CENTRO-OESTE E SUL, 5º, Belo Horizonte, 2018 - *Anais...* [Em linha]. Belo Horizonte. UFMG, 2018. [Consult. 21 jul. 2019]. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/16895>.

**PRÉVE, Altamiro Damian; MORITZ, Gilberto de Oliveira; PEREIRA, Maurício Fernandes**

2010 *Organização, processos e tomada de decisão*. Florianópolis: UFSC, Departamento de Ciências da Administração; [Brasília]: CAPES, UAB, 2010.

**QUEIROZ, Nirlange Pessoa de**

2015 *Avaliação do Repositório Institucional da Universidade Federal do Ceará na perspectiva da difusão e do acesso à produção científica*. 2015. [Em linha]. 2015. [Consult. 21 jul. 2019]. Disponível em: [http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/11069/3/2015\\_dis\\_npqqueioz.pdf](http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/11069/3/2015_dis_npqqueioz.pdf)  
Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior – Universidade Federal do Ceará.

**RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO...**

2017 *Relatório de avaliação e diagnóstico do Repositório Institucional da Universidade Federal de Santa Catarina*. Coord. Gesmar Kingeski Barbosa. [Em linha]. Santa Catarina: UFSC, 2017. [Consult. 21 jul. 2019]. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/181522/RELATORIO.pdf?sequence=3&isAllowed=y>.

**RIBEIRO, Jorge Lôrdelo de Sales**

2015 SINAES: o que aprendemos acerca do modelo adotado para avaliação do ensino superior no Brasil. *Avaliação: revista da avaliação da educação superior*. [Em linha]. 20:1 (mar. 2015) 143-161. [Consult. 21 jul. 2019]. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/aval/v20n1/1414-4077-aval-20-01-00143.pdf>.

**ROSA, Flávia Goulart Mota Garcia; BARROS, Susane; MEIRELLES, Rodrigo França**

2016 Perfil dos usuários do repositório institucional da Universidade Federal da Bahia. *Cadernos BAD. 7ª Conferência Luso-Brasileira de Acesso Livre, Viseu, 2016*. [Em linha]. 2 (jul.-dez. 2016) 134-144. [Consult. 21 jul. 2019]. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/27464/1/1592-4009-1-PB.pdf>.

**SANTOS, Rafael Antunes dos; CARDOSO, Roberto Carlos**

2013 Avaliação de repositórios institucionais: o Brasil no ranking webométrico. In CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25º, Florianópolis, 2013. *Anais...* [Em linha]. Florianópolis: FEBAB, 2013. [Consult. 21 maio 2019]. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/anais/article/view/1387>.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Gabinete do Reitor**

2010 *Portaria nº 024/2010. Palácio da Reitoria, Salvador, 7 de janeiro de 2010*. [Em linha]. 2010. [Consult. 21 jul. 2019]. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/about/politica%20institucional.pdf>.

**VERHINE, Robert E.**

2015 Avaliação e regulação da educação superior: uma análise a partir dos primeiros 10 anos do SINAES. *Avaliação: revista da avaliação da educação superior*. [Em linha]. 20:3 (nov. 2015) 603-619. [Consult. 21 jul. 2019]. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/aval/v20n3/1414-4077-aval-20-03-00603.pdf>.

**Davilene Souza Santos | [davilenes13@gmail.com](mailto:davilenes13@gmail.com)**

Universidade Federal da Bahia (UFBA), Brasil

**Flávia Goulart Mota Garcia Rosa | [fflaviagoulartroza@gmail.com](mailto:fflaviagoulartroza@gmail.com)**

Universidade Federal da Bahia (UFBA), Brasil

# DESAFIOS DA REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO NAS PLATAFORMAS DIGITAIS DOS ARQUIVOS: o caso do arquivo do jornal *Público Norte*

CHALLENGES IN THE REPRESENTATION OF INFORMATION IN ARCHIVAL DIGITAL PLATFORMS: the case of the newspaper *Público Norte* archives

Maria Isabel de Almeida Ventura

<https://doi.org/10.21747/21836671/pag14a5>

**Resumo:** É nosso objetivo neste estudo analisar, num primeiro momento, que questões da organização e representação da informação têm sido mais debatidas pelos teóricos no novo contexto das plataformas digitais (estrutura da informação, terminologia arquivística, extensão da informação, etc.). Os estudos realizados têm demonstrado que os pressupostos que têm orientado a representação da informação nas plataformas digitais são pressupostos normativo-instrumentais tradicionais, característicos dos tradicionais instrumentos de pesquisa dos arquivos, voltados para a descrição de documentos, mas que escapam ao entendimento do utilizador. Muitos dos instrumentos de pesquisa de arquivos, migraram para o ambiente digital, sem que tenham sido concebidos para esse efeito. Num segundo momento, apresentaremos a plataforma digital do jornal *Público Norte*, onde foram aplicados critérios de organização e representação da informação centrados no utilizador. O ponto de partida deste estudo empírico foi a elaboração de um estudo orgânico-funcional da entidade produtora e a representação dessa estrutura e do fluxo informacional na plataforma digital AtoM. Para o estudo orgânico, foi realizada uma análise documental dos jornais publicados entre 1990 e 2006. Os fundamentos orgânicos e estruturais do sistema de informação foram sustentados pelas editorias que produziram a informação. Por fim, foram aplicados alguns critérios de organização e representação da informação centrados no utilizador. Os resultados demonstraram que uma aproximação ao utilizador foi conseguida através da seleção e simplificação de descrição dos conteúdos e da criação/adaptação de etiquetas de *menus* às preferências ou necessidades dos utilizadores.

**Palavras-chave:** Arquivo do jornal *Público Norte*; Arquivos digitais; Organização e representação da informação; Plataformas digitais para arquivos.

**Abstract:** It is our goal in this study to analyze, in a first step, what issues of information organization and representation have been most discussed by theorists in the new context of digital platforms (structure of information, archival terminology, extent of information, etc.). Studies showed that the assumptions that have guided the representation of information in digital platforms are traditional normative-instrumental, characteristic of traditional archival finding aids, aimed at describing documents, but they escape the user's understanding. Many of the archival finding aids have migrated to the digital environment without being designed for that purpose. In a second step, we will present the digital platform of the newspaper *Público Norte*, where user-centered criteria of organization and representation of information have been applied. The starting point of this empirical study was the elaboration of the producer organic-functional study and the representation of his structure and information flow in the AtoM digital platform. For the organic study, a documentary analysis of newspapers published between 1990 and 2006 was made. The organic and structural foundations of the information system were supported by the publishing houses that produced the information. Finally, some criteria of organization and representation of the information centered on the user were applied. The results showed that an user approach was achieved through the selection and simplification of content description and the creation/adaptation of menu tags to user preferences or needs.

**Keywords:** Archives of the newspaper *Público Norte*; Digital archives; Information organization and representation; Digital platforms for archives.

## 1. Introdução

O desenvolvimento de tecnologias da informação verificado nas últimas décadas tem vindo a transformar as áreas tradicionais da Ciência da Informação como os arquivos, a recuperação da informação, a organização e representação da informação e a mediação do conhecimento. O aumento de plataformas digitais para serviços de arquivos tem conduzido ao aparecimento de abordagens construtivas que visam responder aos desafios impostos por estas ferramentas. Os estudos desenvolvidos mostram-nos que os pressupostos que têm conduzido a representação da informação nas plataformas digitais seguem pressupostos normativo-instrumentais tradicionais, característicos dos instrumentos de pesquisa iniciais em formato analógico, voltados para a descrição de documentos, mas que escapam ao entendimento do utilizador. Daí que seja imperativo haver uma reflexão acerca dos processos e métodos de representação da informação nessas plataformas digitais e sobre a compreensão que o utilizador tem dessas representações.

As circunstâncias da sociedade da informação conduziram a uma nova conjuntura da qual os arquivos emergem como sistemas de informação social cuja complexidade não se reduz às áreas de organização física dos documentos ou ao seu tratamento técnico – produção de guias, inventários, catálogos e índices, destinados aos pesquisadores (historiadores) o que coloca desafios ao profissional da informação. A partir daqui “é essencial estudar e conhecer a organicidade do sistema de informação (a componente estrutural do sistema de informação) e a funcionalidade (*workflow*, uso, organização e representação), como elementos básicos do sistema que gerou a memória informacional” (RIBEIRO, 2005).

O surgimento desta nova realidade tecnológica e informacional preconizada por Castells (1999) introduziu também mudanças na área dos média. Alguns autores chegam mesmo a comparar estes processos de mudança aos da invenção da escrita e da imprensa/tipografia de Gutenberg. Inicialmente, a introdução das novas tecnologias (como o computador) nas redações dos jornais não alterou muito a forma tradicional de produção de notícias; será o surgimento da Internet que trará alterações radicais na forma de produção noticiosa e no acesso às fontes de informação. A informatização das redações aliada ao uso da Internet vão revelar-se as tecnologias com maior impacto na produção, acesso, recuperação, armazenamento e distribuição da informação, alterando profundamente a forma de fazer jornalismo. As novas tecnologias da informação irão revolucionar as notícias e a informação pública essencialmente por introduzirem alterações na relação jornalista/acesso à informação.

Segundo Cerveira, estas alterações refletiram-se também nos “processos de produção noticiosa, que passaram a operar com diferentes linguagens de comunicação, e nos métodos de organização, armazenamento e recuperação de informação que se transformaram num desafio para os responsáveis pela gestão dos sistemas de informação” (CERVEIRA, 2012). Os jornais adotaram o formato digital e a Internet passou a ser um meio privilegiado de difusão onde, a acompanhar a notícia escrita, surgiram outras produções audiovisuais. O aumento do volume de informação conduziu à necessidade de pesquisas rápidas e fidedignas. As bases de dados eletrónicas vieram colmatar essa necessidade proporcionando grandes quantidades de informação sobre variados assuntos, que passaram a estar disponíveis para editores e jornalistas.

Face às alterações introduzidas pelas novas tecnologias da informação, os centros de documentação/arquivos dos setores dos média procuram adaptar-se a novas realidades e

os profissionais da informação reequacionam estratégias que garantam o acesso continuado e a preservação da informação produzida no seio das redações, assegurando a sua utilização e produção de forma eficaz e que se materializa nos repositórios digitais de informação. Estas estratégias passam por processos de digitalização da informação e a criação de instrumentos de pesquisa e acesso/uso da informação, através de sistemas de gestão integrada da informação.

### **2. Desafios da representação da informação nas plataformas digitais**

As plataformas digitais dos serviços de informação tendem a tornar-se cada vez mais híbridas, combinando características de recuperação, representação, gestão, disseminação, agregação e preservação da informação, aliadas a sistemas sociais de informação e às representações semânticas (*tag* social, ontologias, etc.). A prevalência de *itens* que suportam as funções de gestão da informação nas plataformas digitais é um indicador de que os profissionais da informação valorizam muito esta componente.

Para Daines e Nimer, importa considerar nestas ferramentas a separação da gestão da informação e das componentes de acesso, uma vez que a sua confluência confunde os utilizadores e torna-as muito mais difíceis de usar (DAINES e NIMER, 2011:3). Segundo Pitti, a emergência das tecnologias trouxe ao profissional da informação a oportunidade de transformar a descrição arquivística, libertando-a dos limites dos meios impressos na qual foi baseada (PITTI, 2006:3). Por outro lado, um estudo de Wendy Scheir revelou que a estrutura hierárquica, característica da representação da informação nos arquivos, proporciona uma representação útil dos documentos e reflete os valores de arquivo, mas os estudos de utilizadores provaram que estes conteúdos demasiado longos desorientam os utilizadores. A autora concluiu que a raiz deste problema é a assunção, por parte dos profissionais da informação, de que os utilizadores compreendem o ambiente contextual multinível (SCHEIR, 2006:75). Prom também realça a complexidade da representação da informação nos arquivos, reconhecendo que há uma grande atenção dirigida aos instrumentos de pesquisa e às normas de descrição, por parte dos profissionais, e um grande desconhecimento das necessidades dos utilizadores (PROM, 2004:263). Para Chapman os problemas de navegação podem ser superados melhorando os *menus* ou elementos direcionais na *interface* (CHAPMAN, 2010:6).

Tradicionalmente associada à prática de descrição e à criação de instrumentos de pesquisa, a representação da informação assume, agora, formas variadas que constituem caminhos alternativos para ligar a informação existente nos arquivos a outras fontes de informação na *web* semântica. Os novos modelos de representação da informação são considerados sistemas mais flexíveis e extensíveis, podendo ser adaptados a domínios do conhecimento mais concretos. Estes apresentam diversos graus de complexidade e são de manutenção mais fácil do que os sistemas tradicionais de representação da informação.

#### **2.1. Representação normalizada e formatos codificados de meta-informação**

A proliferação de formatos codificados de meta-informação, associados ao processo de representação da informação, veio evidenciar o papel que a *web* semântica ocupa neste processo. Apesar daqueles formatos proporcionarem informação mínima para descrever os recursos, eles não estruturam o conteúdo. Daí ter-se começado a pensar na construção da *web* semântica, como forma de codificação do significado da informação, com o propósito

de se implementar pesquisas de informação mais inteligentes. A *web* semântica surge associada ao estabelecimento e uso de formatos codificados comuns para a partilha de informação.

Para Pastor-Sanchez, os aspetos conceituais como a interoperabilidade, reutilização, metadados e ontologias carecem de tecnologias concretas que os levem à sua implementação. Neste sentido, a evolução da *web* semântica tem por base uma arquitetura na qual se desenvolveram diversas camadas, tendentes a dotar os dados de maior expressividade semântica (PASTOR-SANCHEZ, 2017:200).

Apesar da sua compatibilidade com os formatos tradicionais de meta-informação, a RDA (*Resource Description Framework*) tem como vocação os ambientes *web* e os novos tipos e estruturas de informação surgidos no âmbito da *web* semântica. Assim, esta pode ser usada na descrição de informação em suportes tanto analógicos como digitais. Uma das suas características é, assim, *provide a consistent, flexible, and extensible framework too both the technical and content description of all types of resources and all types of contexts* (JOINT STEERING..., 2009). Oliver destaca que a possibilidade de usar as regras RDA, numa forma abrangente de contextos, está também evidente na sua definição como uma norma vocacionada para o “conteúdo”, e a sua adaptabilidade de uso num contexto internacional (OLIVER, 2010:3). Uma outra característica que é pertinente destacar, é o facto de esta norma ter como objetivo a sua aplicação não só aos recursos tradicionais das bibliotecas, mas a sua adaptação às necessidades específicas de outras instituições detentoras de memória e herança cultural, como os arquivos, museus ou repositórios digitais.

A iniciativa para o desenvolvimento de um modelo conceitual no âmbito dos arquivos, surgiu no final de 2012, quando o International Council on Archives (ICA) criou o Grupo de Especialistas em Descrição Arquivística (EGAD), solicitando a criação de um modelo conceitual de descrição arquivística, baseado nos padrões normativos do ICA (ISAD, ISAAR, ISDF, ISDIAH) e recorrendo a técnicas formais de modelagem de informação. No período de 2012 a 2016, o EGAD ficou especificamente incumbido de desenvolver o novo modelo de descrição arquivística.

A norma, ainda no seu estado inicial de desenvolvimento, foi designada *Records in Contexts* (RiC). O EGAD prevê uma segunda parte da norma: um modelo conceitual para a descrição arquivística (RiC-CM) e uma ontologia (RiC-O). O trabalho do EGAD teve início com o desenvolvimento da RiC-CM pretendendo definir as entidades primárias de descrição e as suas interpelações, que constituem a descrição arquivística. O foco foi a descrição e parte da perspectiva e princípios que representam o mundo dos arquivos. Ainda no seu estágio de desenvolvimento preliminar, a norma RiC-CM está dependente de uma versão mais estável, e o desenvolvimento da ontologia depende de um alinhamento com o modelo conceitual.

A norma RiC-O traduzirá a RiC-CM utilizando o consórcio *web* WC3 e a linguagem OWL. Esta norma RiC-O dotará a comunidade arquivística de capacidade para fazer a descrição com recurso a técnicas de *Linked Data* (LOD), empregando um vocabulário conceitual e uma estrutura específicos da descrição arquivística. Segundo o EGAD, o modelo conceitual arquivístico deve ter em consideração as necessidades dos profissionais, refletir os princípios subjacentes à descrição arquivística e responder aos desafios que a profissão vem encarando. Outro dos objetivos propostos é o de ultrapassar as limitações impostas por

estes quatro padrões de descrição do ICA, ou seja, transpor a dificuldade na definição das entidades arquivísticas e suas relações; conciliar as diversas práticas nacionais; suportar o potencial das novas tecnologias da informação e, por último, resolver problemas de comunicação e colaboração da comunidade arquivística (INTERNATIONAL..., 2017).

Enquanto as atuais normas do ICA emergiram num contexto de registos não digitais, o RiC tem como objetivo a descrição não só dos registos tradicionais, em formato analógico, mas dos registos em formato digital. Ao mesmo tempo, o modelo tem presente as emergentes tecnologias da comunicação e abre novas oportunidades para melhorar práticas descritivas, estabelecer a discussão académica em torno dos princípios, práticas e descrição arquivística. O RiC é um modelo de norma mais detalhado e complexo, que requer o desenvolvimento de métodos que melhorem os desafios intelectuais, tecnológicos e económicos ligados com a criação, representação e manutenção de dados e informação. Este modelo apoia-se numa descrição multidimensional em contraposição com a descrição hierárquica característica das ISAD. A descrição deve tomar a forma gráfica ou em rede, permitindo acomodar a descrição multinível, baseada no fundo das ISAD, permitindo um entendimento mais expansivo sobre a proveniência. Assim, o modelo permite, não só a descrição do fundo, mas também contextualizar todos os fundos existentes de forma geral e a relação que se estabelece entre eles. Permite, ainda, representar as relações com outros fundos, com agentes, funções, atividades, mandatos, etc., como parte integrante de uma rede; representar ambientes nos quais foram produzidos, acumulados, usados, geridos, numa forma que capture de modo completo a complexidade contextual e as diferentes realidades (INTERNATIONAL..., 2014).

Esta norma, ainda em fase de desenvolvimento, vem marcar a transição da prevalecte representação hierárquica e multinível preconizada pelas ISAD, para um modelo de representação mais flexível, aberto, baseado em gráficos ou redes, de forma gradual, sem, no entanto, renegar as formas de descrição em uso. Ainda que novos tipos de instrumentos de pesquisa e sistemas de descrição arquivística, baseados nas quatro normas do ICA, tenham sido desenvolvidos nos últimos dez anos, o modelo predominante de descrição de arquivos permanece baseado na descrição hierárquica dos acervos, prescrita pelas ISAD. Esta estrutura vai ter correspondência nos formatos de codificação da informação de aplicação específica, nas plataformas digitais dos arquivos.

### ***2.2. A organização e representação da informação em arquivos***

As características particulares da descrição da informação nos arquivos decorrem do facto de os documentos não terem significado enquanto entidades individuais, independentes umas das outras, como os livros de uma biblioteca. Pelo contrário, eles fazem parte de unidades arquivísticas mais vastas – as séries – que resultam das atividades de entidades ou indivíduos que produziram a informação. Por sua vez, estas séries integram-se em secções e em subsecções orgânico-funcionais que, de uma forma estruturada, compõem um fundo ou secção de um sistema de informação de arquivo. A estrutura de um arquivo pode ser mais ou menos complexa, com mais ou menos níveis de organização, de acordo com a própria entidade de produção. Através da descrição conhecemos a forma como os documentos foram produzidos dentro da secção/fundo a que correspondem, logo a sua proveniência e ordem de produção. Esta particularidade da informação de arquivo é determinante na organização, na classificação, na ordenação e na descrição. A classificação condiciona a descrição na medida em que o Quadro de Classificação ou o Quadro Orgânico Funcional resultam de um conhecimento dos sistemas de informação e da estrutura

orgânica que os produziu. Cada uma das unidades a ser descritas é ordenada a partir de uma classificação prévia, que pode ter um carácter “artificial” ou resultar de uma ordem natural (estrutura orgânica).

De acordo com a ISAD (G), a “descrição multinível é uma técnica que consiste em descrever um fundo e todas as partes que o integram (secções, séries, expedientes, documentos e todas as categorias intermédias), utilizando os elementos apropriados para cada unidade de descrição e relacionando as descrições resultantes de maneira hierárquica”. Os arquivos estão estruturados em diferentes níveis hierárquicos, cada um dos quais tem a sua própria identidade e relação definidas com os outros.

A representação da informação nos arquivos tende a ser extensa pelos *itens* de descrição que lhe são adicionados, no sentido de ser fornecida informação de contexto, histórico ou individual, complementar à que consta no documento. O mesmo não se verifica na descrição da informação em bibliotecas. A descrição da informação resulta de um processo complexo devido às características dos documentos. Um registo efetuado numa plataforma digital decorre de um processo de sumarização da informação, cujo objetivo é demonstrar o contexto de produção/aquisição dos documentos, assinalar as atividades e funções dos produtores da informação, tal como todo o processo pelo qual os produtores geraram, organizaram e usaram a informação. A estes juntam-se detalhes físicos que podem ser de conservação e de uso. Para Gracy, a descrição arquivística serve três propósitos essenciais: como instrumento para documentar a proveniência; como ajuda para a recuperação da informação; como ferramenta para a gestão da informação (GRACY, 2015:240).

Um dos aspetos mais inovadores da ISAD(G), segundo Bonal Zazo, consistiu em relacionar hierarquicamente as descrições resultantes da classificação. Isto pressupõe uma representação da estrutura da classificação mediante a descrição (BONAL ZAZO, 2001:178-179). As EAD abriram novas possibilidades de representação desta estrutura vinculativa entre diferentes níveis de descrição da informação. A meta-informação veio permitir a representação das principais características dos documentos através de elementos diversos – identificação, conteúdo, preservação, utilização e técnicos.

### **2.3. A abordagem sistémica na representação da informação**

Apesar de haver, em tempos remotos, evidências de abordagens sistémicas em práticas de organização, representação e recuperação da informação, as modernas abordagens sistémicas começaram a criar raízes com autores do início da década de 1950, em particular depois da publicação da Teoria Geral dos Sistemas, de Bertalanffy. O contributo desta teoria tornou-se igualmente fundamental na conciliação da Ciência da Informação com o paradigma pós-custodial, informacional e científico então emergente.

A aplicação generalizada desta teoria viria a resultar num pensamento sistémico vulgarmente visto como um modo de conceber uma dada realidade. As abordagens sistémicas ganharam adeptos, sobretudo, nos autores da área das tecnologias e da informática o que viria a contribuir para uma certa confusão semântica entre o termo “sistema tecnológico de informação” e “sistema de informação”, com este último a ser usado indiferentemente para designar as duas realidades.

Na área da Ciência da Informação, a teoria sistémica tem-se edificado como base fundamentadora de diversos estudos, tendo sido aplicada no conceito de “Sistema de

Informação”, remetendo para um modelo sistêmico e interativo, com uma estrutura orgânica, constante ou não, inerente a qualquer sistema de informação. Estruturalmente e nesta aceção, os sistemas de informação podem ser unicelulares ou pluricelulares, dependendo da sua dimensão e complexidade setoriais. Relativamente ao vetor função/uso, podem ser classificados como centralizados, os que operam a partir de um único centro, e descentralizados, os que contam com vários setores orgânico-funcionais, com autonomia no controlo da informação.

Os equívocos e ambiguidades semânticas verificadas resultam da utilização do mesmo termo, “sistema da informação”, para designar realidades diferentes, ou seja, o “sistema tecnológico de informação” ou a “plataforma digital”, sendo estes apenas uma componente tecnológica do sistema de informação.

Segundo a definição apresentada por Silva, um sistema de informação é um conjunto formado pela interação de todos os seus elementos, englobando uma estrutura (entidade produtora/recetora) duradoura, constante ou não, possuindo informação (registada ou não), em qualquer tipo de suporte (material ou tecnológico). É na estrutura que o sistema de informação estabelece os seus contornos. Com recurso à análise orgânico-funcional da entidade produtora/recetora de informação, levada a cabo através do polo técnico do Método Quadripolar, é possível estabelecer, com precisão, a estrutura de um sistema de informação (SILVA, 2006:162).

A informação e o seu fluxo são, desta forma, o foco dentro da estrutura do sistema, a qual não pode ser concebida sem a informação, uma vez que os elementos produtores/recetores dos fluxos informacionais – pessoas ou instituições - são fulcrais para a existência do sistema. Os sistemas de informação, organicamente estruturados, pressupõem igualmente uma funcionalidade, quer pelo uso interno da informação, quer pelo seu uso externo. A informação entendida como fenómeno humano e social, pelo qual se consuma a comunicação, constitui, desta maneira, a essência do sistema de informação.

Numa visão inclusiva/integrada de um sistema de informação, os utilizadores e as suas necessidades de informação aparecem como uma componente importante do sistema, sendo eles que conduzem à necessidade de interpretar os códigos de representação da informação, as estruturas e mecanismos presentes na tecnologia da informação, a necessidade de informação e o seu uso efetivo. Isto remete-nos para o conceito de serviço de informação que resulta das ações levadas a cabo pela conjugação de pessoas, recursos de informação e meios, articulados para produzir/receber, organizar representar, armazenar, recuperar e difundir informação. Quando se trata de um arquivo ou de uma biblioteca, estes representam tanto serviços de instituições, como sistemas de informação englobando toda a informação produzida, recebida e incorporada no arquivo ou biblioteca.

### ***2.4. Controlo de autoridade em arquivos***

É nos anos 80, com a introdução da automatização dos serviços de informação, que o controlo de autoridade começa a ser assumido e estudado como uma atividade fundamental da representação da informação. Schmierer, um dos primeiros autores a estudar este assunto, concebe o controlo de autoridade como “a operação que consiste em determinar os pontos de acesso e no registo das decisões que se tomam na sua eleição”. No seu estudo, desenvolvido no âmbito dos catálogos das bibliotecas, o autor entendia o controlo de autoridade, segundo três grandes atividades: 1) recolha, registo e manutenção

dos ficheiros de autoridade; 2) verificação dos mesmos; 3) utilização de formas estabelecidas e autorizadas como pontos de acesso ao catálogo da biblioteca (SCHMIERER, 1980). O ponto de acesso consistia no termo que possibilitaria a pesquisa e a localização de um documento no catálogo.

Os pontos de acesso podem referir-se a nomes de pessoas, ao nome de uma entidade, ao título de uma obra, a um termo de um assunto, a um nome geográfico, entre outros. A representação da informação através dos pontos de acesso é fundamental para a sua recuperação célere e eficaz. Para tal acontecer, é necessário que os pontos de acesso estejam devidamente normalizados, unificados e diferenciados, funcionando como um elemento uniforme de pesquisa. Daqui surgiu a necessidade de submeter os pontos de acesso a um processo de controlo – controlo de autoridade – para estabelecer uma forma única e uniforme de representação.

Um autor pioneiro na abordagem do controlo de autoridade em arquivos foi David Bearman. No seu artigo, *Authority control: issues and prospects*, publicado em 1989, Bearman defende que os registos de autoridade seriam indispensáveis para a pesquisa da informação. A perspetiva de Bearman revela-se inovadora para a época, uma vez que valoriza a informação nos arquivos, não relativamente ao seu conteúdo, mas sim, quanto ao contexto da sua produção. O autor argumenta que a recuperação da informação nos arquivos poderia ser incrementada se fosse dada maior ênfase à diversidade de tipos de pontos de acesso. O controlo de autoridade, praticado por arquivos e bibliotecas na altura, consistia na aplicação de vocabulário controlado. Nessa altura, nos arquivos, era comum pensar-se que não era necessário empregar esforços no controlo de autoridade, mas sim na construção de instrumentos de acesso, que conduziam a abordagens mais estratégicas do controlo do vocabulário.

A necessidade de controlo de autoridade na representação das diversas entidades – pessoas, instituições, eventos e locais geográficos, sempre se fez sentir nos arquivos. Contudo, os utilizadores também pesquisavam informação utilizando elementos como ocupação, função, datas de nascimento, etc., mas faziam-no no campo das notas histórico-biográficas. Por isso se considerou que os profissionais deviam preocupar-se mais com a criação das notas histórico-biográficas, do que com o controlo de autoridade, usado para as diversas entidades. A perspetiva de Bearman vem no sentido de se dar maior destaque aos elementos de contexto presentes nas notas histórico-biográficas, transformando-os em pontos de acesso controlados e mais diversificados.

Atualmente o controlo de autoridade constitui uma prática instituída na criação de pontos de acesso à informação e resulta num processo de ligação entre o ficheiro de autoridade e os registos de autoridade correspondentes. Apesar de nos nossos dias a expressão ‘controlo de autoridade’ estar bem consolidada, nas RDA (*Resource Description and Access*) optou-se pela designação “controlo de ponto de acesso”. As autoridades são formas normalizadas e preestabelecidas dos pontos de acesso e são a melhor garantia para a recuperação de informação pertinente. As autoridades aplicam-se a toda a informação existente num sistema e constituem-se em ficheiros de autoridade ou registos de autoridade, normalmente apresentados de forma autónoma, mas interligados com os restantes módulos de gestão da informação – descrição/catalogação, acesso, etc.

Em 1984, Avram havia referido pela primeira vez o termo “consistência”, no sentido de uniformidade e homogeneidade, como resultado do controlo de autoridade: *authority*

*control is a process for ensuring consistency of headings in a library catalog* (AVRAM, 1984:331). Para a autora, os elementos do controlo de autoridade consistem em: a) distinção de nomes (formulação da correta forma do nome seguindo um conjunto de regras); b) demonstração de relações (nomes relacionados, formas variantes); c) documentação das decisões (documentação desta informação via ficheiro de autoridades para guiar o utilizador na identificação das entradas).

Para Rodriguez Bravo, o controlo de autoridades desempenha um papel de filtro e de atividade preliminar indispensável para a construção de um ficheiro de autoridades. Além de proporcionar consistência e integridade aos catálogos bibliográficos e às bases de dados, constitui um meio que conduz à precisão na recuperação da informação (RODRIGUEZ BRAVO, 2011:73).

Para Ribeiro, a constante evolução dos sistemas de informação e a sua avaliação permitiu entender que o uso da linguagem controlada, alicerçada ao controlo de autoridade, constitui um grande benefício, uma vez que um sistema de informação que não possua controlo dos pontos de acesso não oferece ao utilizador a garantia de que este recupera toda a informação que realmente existe e que é relevante para o utilizador (RIBEIRO, 1996:66).

As regras RDA distinguem pontos de acesso autorizados e variantes. Um ponto de acesso autorizado “é um ponto de acesso normalizado representativo de uma entidade”, tal como o título e o autor. Um ponto de acesso variante apresenta uma alternativa para um ponto de acesso, tal como as variantes de título.

Para Pinto Molina, a forma de representação dos pontos de acesso deve refletir os interesses dos utilizadores e seguir o objetivo de sintetizar e clarificar o espaço de pesquisa e individualizar os *itens*. Isto significa que os pontos de acesso devem estar representados de maneira a que o utilizador conheça a sua forma controlada e a sua ordenação nos diferentes índices (PINTO MOLINA, 2002:352).

Uma vantagem associada ao controlo de autoridade é a simplificação da criação e manutenção dos registos de autoridade a uma escala internacional. Bárbara Tillet destaca os benefícios financeiros que o controlo de autoridade pode proporcionar a nível global. Para a autora, a partilha de informação autorizada tem o benefício de reduzir os custos globais associados ao controlo de autoridade, ao mesmo tempo que proporciona um acesso controlado e uma melhor precisão nas pesquisas. Isto implicaria a possibilidade de proporcionar aos utilizadores o acesso à informação na língua, escrita e forma que estes preferem, ou que o seu serviço de informação proporciona (TILLET, 2004:29).

Por outro lado, Gorman realça o papel mediador do profissional na resolução de ambiguidades decorrentes do estabelecimento dos pontos de acesso, o que advém da capacidade de julgamento e experiência do profissional. Para o autor, esta mediação resulta na informação representada e tem por base o conhecimento das regras e normas, na capacidade para avaliar fontes de referência nos casos em que o espírito das regras conduz a ambiguidades e na experiência acumulada do profissional. Estes atributos do profissional conduzem à produção de registos verdadeiramente autoritários (GORMAN, 2004:15).

O controlo de autoridade assume reforçada importância no contexto da *web* semântica. Os resultados alcançados com a uniformização de regras de catalogação e do controlo de autoridade têm reflexos ao nível da interoperabilidade entre os sistemas e na possibilidade de partilha de ficheiros de autoridade. A informação representada nos registos desses

ficheiros – forma autorizada, variantes, *links*, e notas de vária ordem – é de extrema importância, uma vez que vai potenciar a contextualização da informação.

### 2.5. Estudo de caso: o arquivo do jornal *Público norte*

O jornal *Público* é resultado de um projeto editorial fruto da ação concertada de um grupo de jornalistas e da Sonae, cuja ambição era a criação em Portugal de um diário com um nível de exigência e qualidade igualável aos grandes diários europeus de referência. O primeiro número do *Público* saiu para as bancas a 5 de março de 1990 com uma tiragem que ultrapassou os 100 mil exemplares, com edições distintas para o Norte e para o Sul. A redação do Porto estrutura o trabalho jornalístico em torno de áreas temáticas correspondentes a diferentes editorias: Portugal, Economia, Cultura, Desporto, Local, Sociedade e Fotografia. À semelhança de qualquer sistema de redação, e para proceder à contextualização do nosso projeto, destacamos da estrutura orgânica do jornal a existência da direção (responsável pela gestão e administração), do chefe de redação (que coordena o trabalho diário da redação), das editorias (pelas quais se distribuem os jornalistas), da secretaria de redação (presta assessoria administrativa e elabora a agenda) e de um centro de documentação ou arquivo (presta assessoria aos jornalistas na pesquisa de informação, classificação e arquivo da informação).

Em 2010 foi estabelecido um protocolo entre a direção do jornal *Público* do Porto e a Universidade do Porto, que resultou num acordo para o “acesso, guarda, conservação e digitalização do arquivo”, entre as duas entidades, ficando o arquivo à guarda da Universidade.

## 3. Metodologia

Começámos por analisar que questões da representação da informação em arquivos digitais têm sido mais debatidas pelos teóricos no novo contexto das plataformas digitais (estrutura da informação, terminologia arquivística, extensão da informação, etc.). De seguida fizemos a análise orgânico-funcional da entidade produtora e representaremos essa estrutura e o fluxo informacional na plataforma digital AtoM. Por fim, aplicámos alguns critérios de organização e representação da informação centrados no utilizador. Para o estudo orgânico foi feita uma análise de todos os jornais publicados entre 1990 e 2006. Para tal utilizámos uma tabela onde foi registada informação sobre alterações ao nível das editorias/secções, diretores, novos produtos de informação (suplementos, etc.), e algumas observações que considerámos pertinentes para o estudo. Este estudo foi realizado no mês de agosto de 2016 nas instalações da redação do jornal, onde foram consultados os jornais publicados entre os anos 1990 e 2006.

Numa fase anterior, no âmbito de uma tese de mestrado, havia sido feita a inventariação, estudo orgânico provisório, classificação e descrição dos documentos (até ao nível de documento composto) num protótipo da plataforma (MENDES, 2016). O estudo orgânico efetuado neste trabalho foi considerado provisório porque foi elaborado com base em entrevista feita ao diretor da redação à época e não houve estudo com base documental. Foi ainda feito o controlo de autoridades, nomeadamente da série de fotografias de personalidades, resultado de outro projeto de mestrado. Este consistiu na elaboração de uma política de controlo de autoridade, elaboração de um guia de boas práticas para uso

neste projeto. Além do guia, resultou um trabalho prático de inserção na plataforma dos pontos de acesso (nomes) para cerca de 1.750 personalidades retratadas nas fotografias existentes no acervo (RODRIGUES, 2017).

### 4. Resultados

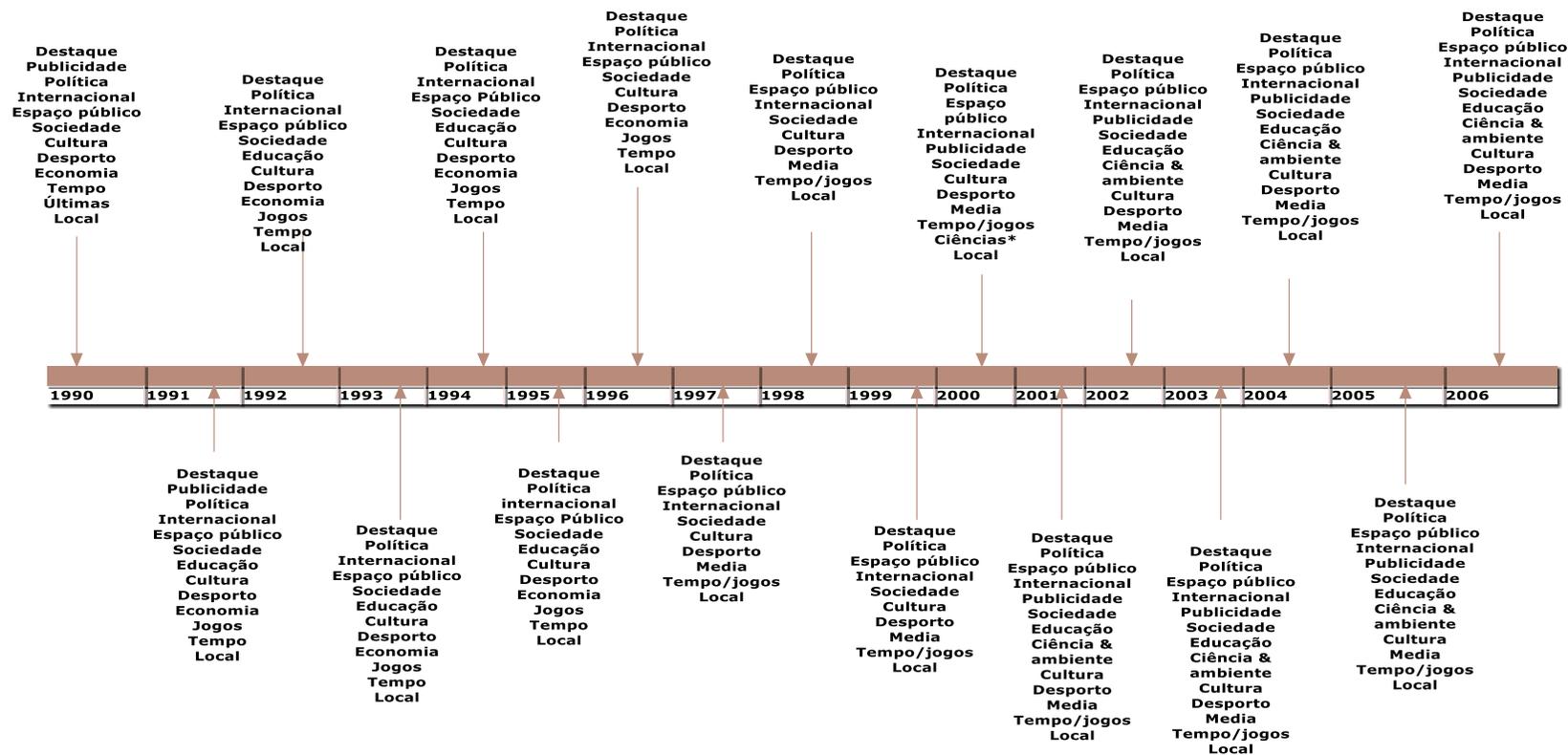
#### 4.1. Estudo orgânico-funcional

O modelo sistêmico e interativo aqui abordado remete para uma estrutura orgânica inerente a qualquer sistema de informação. No caso do jornal *Público* remete para a estrutura da sua redação e para as editorias que dela fazem parte. Uma editoria também pode ser uma seção de um jornal e coincide com a editoria que produziu a informação.

Numa definição retirada do *Dicionário de Comunicação* de Carlos Rabaça e Gustavo Barbosa (1987), “uma editoria corresponde a cada uma das seções de uma empresa editorial, de um órgão de imprensa, de uma obra de referência etc., sob a responsabilidade de um editor especializado. Ex.: editora de economia, editora de política, editora de artes/cultura, editora de desporto etc.” (RABAÇA e BARBOSA, 1987:227).

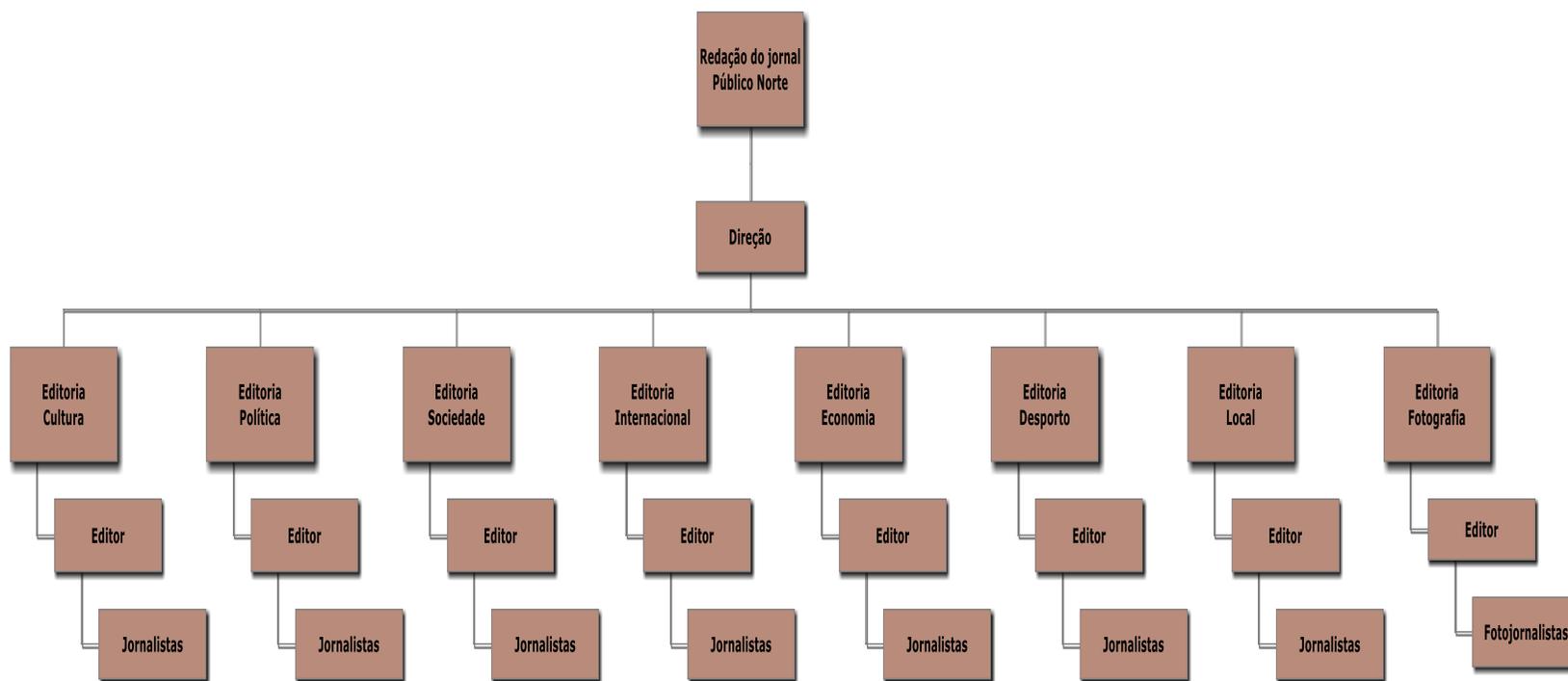
A informação recolhida para fazermos o nosso estudo orgânico-funcional teve por referência os jornais produzidos entre 1990 e 2006. Depois de analisados os resultados, foram selecionadas as editorias que se mantiveram constantes ao longo do tempo e que constituíram as seções a representar na plataforma (Cultura, Sociedade, Local, Economia, Desporto, Política, Internacional). A “editoria” fotografia, apesar de não existir formalmente como tal nas seções dos jornais, foi adicionada à estrutura uma vez que existia um grande número de documentos fotográficos no arquivo e pela importância do fotojornalismo com junção das duas estruturas de informação que são o texto e a imagem. Neste caso, a adoção do modelo sistêmico pretende representar a estrutura que originou a produção de informação representando de uma forma mais rigorosa o fluxo informacional.

Fig. 1 – Editorias/Secções do jornal Público entre 1990 e 2006



Fonte: Ventura, 2019

Fig. 2 – Organograma da redação do jornal Público



Fonte: Ventura, 2019

A representação desta estrutura no sistema AtoM está submetida a um conjunto de regras descritivas normativas, que atribuem uma uniformidade descritiva a toda a informação. No entanto o modelo sistémico aplicado exigiu algumas adaptações e ajustamentos das normas de descrição ISAD(G), nomeadamente na adaptação ao nível dos conceitos, através da substituição de fundo e subfundo por secção e subsecção e criando-se etiquetas correspondentes a sistema de informação, subsistema.

A estrutura orgânica e funcional do sistema de informação foi representada seguindo os níveis normativos da ISAD(G), com as devidas adaptações à teoria sistémica: o produtor, ou produtores, as secções e subsecções, séries e subséries que lhes são subjacentes e o documento simples - nível mais específico da descrição da informação arquivística.

Neste caso prevalece uma estrutura orgânica sustentada pelas editoriais – cultura, sociedade, local, economia, desporto, política, internacional e fotografia - num nível superior de descrição e as séries, subséries, os documentos compostos ou simples encaixam-se debaixo de cada secção ou subsecção que lhes deu origem.

Fig. 3 – Página do [Arquivo do Jornal Público no AtoM](#)

The screenshot displays the AtoM interface for the 'Arquivo do Jornal Público Norte'. The main content area shows a preview of newspaper pages with the title 'Congressos e colóquios'. Below the preview, the metadata is organized into sections:

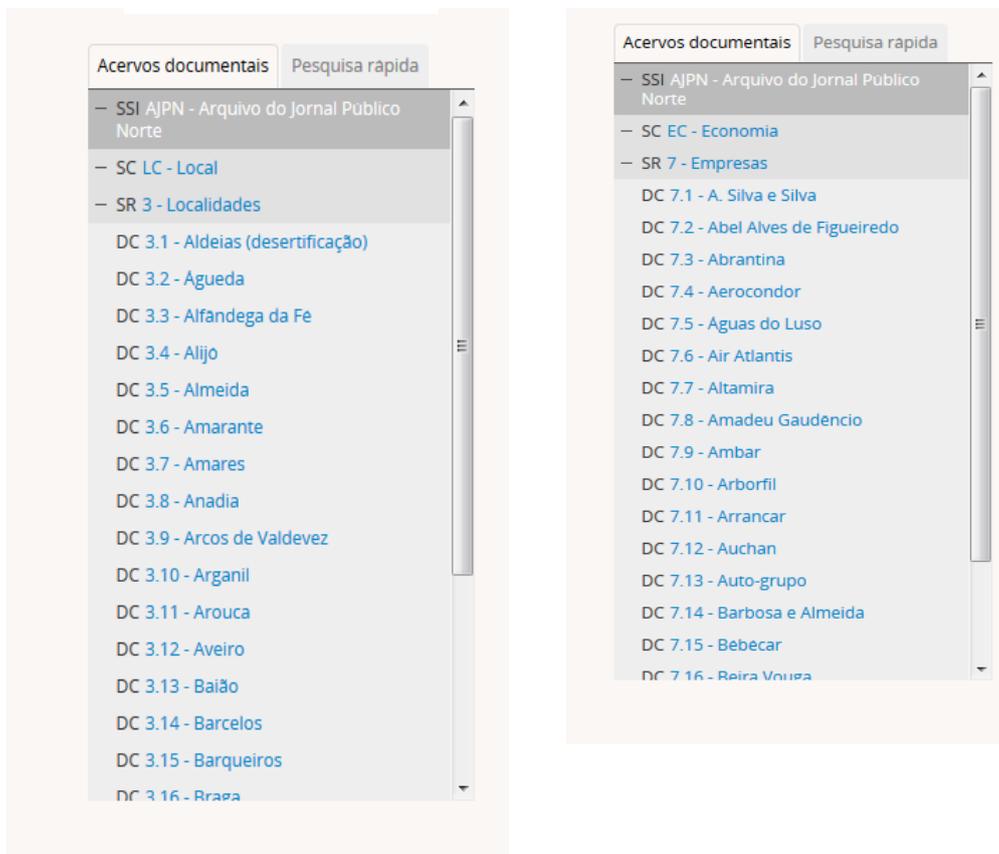
- Zona de identificação:**
  - Código de referência: PT MIL AJPN
  - Título: Arquivo do Jornal Público Norte
  - Data(s): 1990 - 2006 (Produção)
  - Nível de descrição: SSI
  - Dimensão e suporte: O acervo do jornal Público Norte é constituído por cerca de 60 caixas contendo cada uma, em média, 31 pastas ordenadas alfabeticamente por assuntos. A tipologia documental de conteúdo destas pastas inclui: artigos de jornais (cópias, artigos de revistas).
- Zona do contexto:**
  - Nome do produtor: jornal Público (1990-2006)
  - História administrativa: O jornal Público é resultado de um projeto editorial fruto da ação concertada de um grupo de jornalistas e da Smae, cuja ambição era a criação em Portugal de um diário com um nível de exigência e qualidade igualvel aos grandes diários europeus de ...
  - Entidade detentora: Media Innovation Labs
- Zona das notas:**
  - Nota: Equipa
  - Coordenação e revisão: Isabel Ventura (MIL)
  - Inventariação e descrição: Fábio Mendes (MCI)
  - Controlo de autoridades: Joana Gonçalves (MCI)
  - Apoio técnico: Pedro Graça (UP Digital)
- Pontos de acesso:**
  - Pontos de acesso - Normes: jornal Público (Produtor)

On the right side, there are options for 'Relatórios', 'Exportar' (Dublin Core 1.1 XML, EAD 2002 XML), and 'Pessoas e organizações relacionadas' (jornal Público (Produtor)).

Fonte: <https://arquivoatom.up.pt/index.php/arquivo-do-jornal-publico-norte>

Ao nível do *software* AtoM, este foi desenvolvido dentro do quadro de normalização arquivística internacionalmente adotada e é suficientemente flexível para se poder adaptar à estrutura orgânica do nosso sistema de informação. Depois de elaborado o estudo a sua representação torna-se facilitada pelas características do *software* AtoM. Após a atribuição da notação a cada uma das séries e documentos o Quadro Orgânico-Funcional toma forma de um modo muito intuitivo.

**Fig. 4 – Representação temática das séries e documentos**



Fonte: <https://arquivoatom.up.pt/index.php/arquivo-do-jornal-publico-norte>

#### 4.2. Escolha de elementos de descrição centrados no utilizador

Neste ponto pretendeu-se uma aproximação ao utilizador pela criação de meta-informação simplificada, utilizando menos campos de representação da informação, cingindo-se àqueles que proporcionam informação sobre identificação, contexto de produção, conteúdo/estrutura e pontos de acesso à informação. Considerou-se que estes eram suficientes para garantirem a recuperação da informação pelo utilizador e a sua inteligibilidade. De salientar que houve uma necessidade de separar os elementos de descrição relativos à gestão da informação pelos profissionais (notas, normas ou outra informação técnica) daquela que interessa ao utilizador. Essa informação de interesse para o profissional fica disponível internamente e não para o utilizador.

Relativamente à personalização das etiquetas dos *menus* de pesquisa, a alteração verificou-se nas etiquetas dos níveis de descrição e adicionaram-se as etiquetas para “Sistema” “Subsistema” “Secção” e “Subsecção”. Ao nível da sumarização de notas biográficas e resumos, utilizou-se uma linguagem acessível.

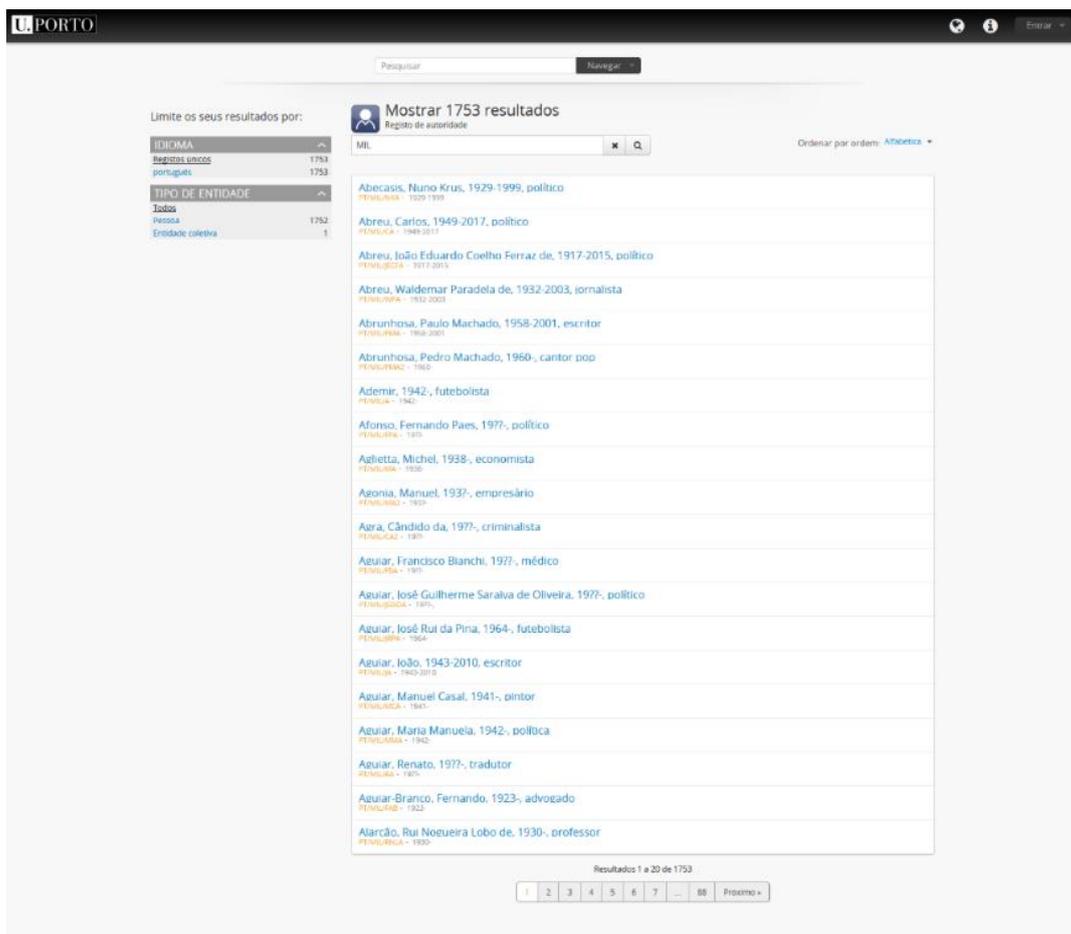
Para um melhor entendimento da informação pelo utilizador, usámos como auxiliar a nota explicativa da estrutura orgânica da redação do *Público* que contextualiza a produção da informação presente na caracterização do produtor e na página de apresentação.

### 4.3. Controlo dos pontos de acesso

O controlo dos pontos de acesso como forma de contornar as limitações e confusões decorrentes da terminologia arquivística e limitações impostas pelas etiquetas (nomeadamente relativamente a autorias, produtor, autor, fotógrafo, etc.) veio facilitar acesso aos documentos.

Ao nível dos nomes de pessoas, foi realizado o controlo de autoridade para as cerca de 1.750 personalidades retratadas no acervo fotográfico.

Fig. 5 – Ficheiro de autoridade nomes de pessoas



Fonte: <https://arquivoatom.up.pt/index.php/arquivo-do-jornal-publico-norte>

O estabelecimento de uma política de controlo de autoridade para nomes de pessoas surgiu através de um guia com diretrizes para a criação deste tipo de pontos de acesso e resultou na elaboração de uma lista controlada inserida na plataforma digital AtoM (RODRIGUES, 2017).

Fig. 6 – Notas biográficas dos registos de autoridade

The screenshot shows a web interface for the AtoM platform. At the top, there is a search bar and a navigation menu. The main content area displays a record for 'Abecasis, Nuno Krus, 1929-1999, político'. The record is organized into several sections:

- Zona de identificação:** Includes 'tipo de entidade' (Pessoa) and 'Forma autorizada do nome' (Abecasis, Nuno Krus, 1929-1999, político).
- Área de descrição:** Contains 'datas de existência' (1929-1999) and a detailed 'História' section. The history text describes Nuno Krus as the son of Duarte Monteiro Abecasis and Maria Amélia Krus, born on October 24, 1929, in Faro. It details his education at the Technical University of Lisbon, his political involvement with the PSD and CDS, his role as a deputy in the Portuguese Republic's assembly, and his various professional and social positions, including his death on April 14, 1999, in Lisbon at the age of 69.
- Zona de controlo:** Lists the 'identificador da descrição' (PTML/NWA) and 'Fontes' (Portal da Assembleia da República and Aveniar).

Fonte: <https://arquivoatom.up.pt/index.php/arquivo-do-jornal-publico-norte>

Fig. 7 – Controlo dos pontos de acesso

The screenshot displays a record for 'DS 2.2.2.1 - Cavaco Silva com Valente de Oliveira'. The record includes a thumbnail image of the two men and a detailed metadata section:

- Zona de identificação:** Shows 'Código de referência' (PT ML APN-FT-2-2.2.2.2.2.2.1), 'Título' (Cavaco Silva com Valente de Oliveira), 'Data(s)' (1990 - 2006 (Produção)), 'Nível de descrição' (DS), and 'Dimensão e suporte' (1 rec. pbb, 21x16cm).
- Zona do contexto:** Identifies the 'Nome do produtor' as 'Jornal Público (1900-2006)' and provides a 'História administrativa' explaining the journal's origin and its commitment to high-quality journalism.
- Zona do conteúdo e estrutura:** Specifies the 'Âmbito e conteúdo' as 'Fotografia a preto e branco de Aníbal Cavaco Silva com Luís Valente de Oliveira'.
- Pontos de acesso:** Lists 'Pontos de acesso - Nomes' including 'Jornal Público (Produtor)', 'Silva, Aníbal António Cavaco, 1939, político (Assunto)', 'Rica, Paulo, 1957, fotopermalista (Assunto)', and 'Oliveira, Luís Francisco Valente de, 1937, político (Assunto)'.

Fonte: <https://arquivoatom.up.pt/index.php/arquivo-do-jornal-publico-norte>

O registo de autoridade estabeleceu os pontos de acesso segundo uma forma definida pelas regras e interesses da instituição e teve como objetivo a identificação das entidades (pessoas) e respetivas notas biográficas, o que proporcionou uma representação da informação mais completa e unívoca das personalidades.

Os resultados obtidos com a adoção do modelo sistémico, na plataforma digital do jornal *Público*, remetem para a estrutura da redação e para as editorias que produziram a informação. Neste caso, a adoção do modelo sistémico, tal como em qualquer outro sistema de informação, pretende representar a estrutura que originou a produção de informação, neste caso as editorias (Cultura, Sociedade, Local, Economia, Desporto, Política, Internacional, Fotografia) e representar de um modo mais preciso possível, o fluxo informacional do sistema. A elaboração do estudo orgânico, a partir da análise dos jornais publicados no período 1990-2006 (datas limites correspondentes aos documentos em papel existentes no arquivo), permitiu a construção do Quadro Orgânico-Funcional e a sua representação na plataforma digital AtoM. No entanto, o modelo sistémico aqui aplicado exigiu algumas adaptações e ajustamentos das normas de descrição ISAD(G) nomeadamente na adaptação ao nível dos conceitos, o que se refletiu na alteração das etiquetas dos *menus*.

Por outro lado, os critérios de representação da informação aplicados tiveram como objetivo uma aproximação ao utilizador e refletiram-se na personalização das etiquetas dos *menus*, no recurso a linguagem acessível, no preenchimento dos campos de informação considerados os mais relevantes para o utilizador (contexto de produção, conteúdo/estrutura e pontos de acesso à informação). O controlo dos pontos de acesso, como forma de contornar as limitações e confusões decorrentes da terminologia arquivística e as limitações impostas pelas etiquetas (nomeadamente relativamente a autorias, produtor, autor, fotógrafo, etc.), pretende facilitar o acesso aos documentos.

## 5. Conclusões

A complexidade inerente aos documentos típicos dos sistemas de informação arquivo, isto é, a sua estrutura e organização, e as metodologias usadas na representação da informação multinível conduziram à construção de ferramentas de pesquisa para responderem às necessidades dos profissionais da informação e para serem entendidas no quadro da mediação tradicional de cariz custodial.

Os estudos empíricos têm mostrado que o utilizador reconhece na representação da informação um critério fundamental para a sua recuperação. Utilizando critérios de qualidade, o processo de representação da informação com enfoque no utilizador mitiga aquelas questões que lhes são difíceis de entender, como terminologia, estruturas da informação multinível, normalização, funções de pesquisa, etc.

Ao aceder à plataforma, o utilizador deveria ser capaz de interpretar a informação representada e os seus fluxos, de forma intuitiva, sem necessidade de conhecimento prévio da sua organização, estrutura, terminologia ou normas aplicadas. Quanto às opções de pesquisa, é manifestamente clara a preferência dos utilizadores pela pesquisa por assunto e nomes de pessoas. Este problema remete para a necessidade de controlo de autoridade no estabelecimento de pontos de acesso à informação.

A representação da informação dos contextos de produção deve assumir uma forma sintética, analítica e relacional, pela sumarização de contextos de produção, pelo estabelecimento de pontos de acesso e de relações interativas entre informação. O utilizador conhece e usa os diferentes pontos de acesso, distingue os nomes dos autores, produtores, colecionadores, colaboradores, etc., relaciona-os e obtém informação precisa e contextualizada.

O estudo orgânico realizado materializou-se na representação da informação na plataforma digital com recurso ao *software* AtoM segundo o critério de produção e respeitando os fluxos de informação. Os fundamentos orgânicos e estruturais do sistema de informação foram sustentados pelas editorias que produziram a informação. O recurso à normalização multinível, imposto pelas ISAD(G), imprimiu uma certa uniformidade ao sistema de informação, mas foi necessário fazer ajustamentos à teoria sistémica o que tem repercussões no acesso e recuperação de informação pelo utilizador. A aproximação ao utilizador foi feita pela seleção e simplificação de descrição dos conteúdos e da criação/adaptação de etiquetas de *menus* às preferências ou necessidades dos utilizadores. Isto permitiu que a informação representada se tornasse mais inteligível para os utilizadores e fossem mitigadas as questões de representação de informação formal e tecnicista imposta pela normalização internacional.

Por último, importa referir que para uma melhor validação dos resultados seria importante, numa fase mais avançada do projeto (após digitalização de todos os documentos), proceder a um teste com utilizadores.

### *Referências bibliográficas*

**AVRAM, H. D.**

1984 Authority control and its place. *Journal of Academic Librarianship*. 9:6 (1984) 331-335.

**BEARMAN, D.**

1989 Authority control issues and prospects. *The American Archivist*. 52 (1989) 286-299.

**BONAL ZAZO, J. L.**

2001 *La Descripción archivística normalizada: origen, fundamentos, principios y técnicas*. Gijón: Trea, 2001.

**CERVEIRA, E.**

2012 Gerir e recuperar a informação noticiosa. In CONGRESSO DA SIPCOM, 7º, Porto, 2011 – *Meios digitais e indústrias criativas: os efeitos e os desafios da globalização: atas*. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Centro de Estudos das Tecnologias e Ciências da Comunicação - CETAC.MEDIA, 2011, p. 2.067-2.079.

**CHAPMAN, J. C.**

2010 Observing users: an empirical analysis of user interaction with online finding aids. *Journal of Archival Organization*. 8 (2010) 4-30.

**DAINES, G. J.; NIMER, C. L.**

2011 Re-imagining archival display: creating user-friendly finding aids. *Journal of Archival Organization*. 9 (2011) 4-31.

**GORMAN, M.**

2004 Authority control in the context of bibliographic control in the electronic environment. *Cataloging & Classification Quarterly*. 38:3/4 (2004) 11-22.

**GRACY, K. F.**

2015 Archival description and linked data: a preliminary study of opportunities and implementation challenges. *Archival Science*. 15 (2015) 240.

**INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. Experts Group on Archival Description**

2017 *RiC - Records in Contexts: an archival description draft standart*. Mexico: Internacional Council on Archives, 2017.

**INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. Experts Group on Archival Description**

2014 *Experts Group on Archival Description: interim group*. Paris: International Council on Archives, 2014.

**JOINT STEERING COMMITTEE FOR DEVELOPMENT**

2009 *Strategic plan for RDA, 2005-2009*. [Em linha]. 2009. Disponível em: [www.rda.jsc.org](http://www.rda.jsc.org).

**MENDES, F. J. C.**

2016 *O Centro de documentação da redação do jornal Público - edição Porto: do físico ao digital*. Porto, 2016.

Dissertação de mestrado em Ciência da Informação – Universidade do Porto, Faculdades de Engenharia e de Letras.

**MORAIS, H. A. R.; ZAFALON, Z. R.; BARROSO, T. B.**

2019 Descrição arquivística, Records in Contexts (RiC) e Access to Memory (AtoM): análise exploratória da literatura científica. *RDBCI: revista digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*. [Em linha]. 17 (2019) e019009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8652807>.

**OLIVER, C. T.**

2010 *Introducing RDA: a guide to the basics*. Chicago: American Library Association, 2010.

**PASTOR-SHANCHEZ, J. A.**

2017 La Evolución de la complejidad tecnológica de la web semántica. In *Una Mirada a la Ciencia de la Información desde los nuevos contextos paradigmáticos de la post modernidad*. Ed. M. J. Vicentini Jorente, D. Llanes Padrón. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017, p. 197-224.

**PINTO MOLINA, M.; GARCÍA MARCO, J. F.; AGUSTÍN LACRUZ, M. del C.**

2002 *Indización y resumen de documentos digitales y multimedia: técnicas y procedimientos*. Gijón: Trea, 2002.

**PITTI, D. V.**

2006 Technology and the transformation of archival description. *Journal of Archival Organization*. 3:2/3 (2006) 9-22.

**PROM, C. J.**

2004 User interactions with electronic finding aids in a controlled setting. *American Archivist*. 67:2 (2004) 234-268. Disponível em: <https://meridian.allenpress.com/american-archivist/article/67/2/234/23992/User-Interactions-with-Electronic-Finding-Aids-in>.

**RABAÇA, Carlos Alberto; BARBOSA, Gustavo**

1987 *Dicionário de Comunicação*. São Paulo: Ática, 1987.

**RIBEIRO, F.**

1996 *Indexação e controlo de autoridade em arquivos*. Porto: Câmara Municipal do Porto, Arquivo Histórico, 1996.

**RIBEIRO, F.**

2005 Organizar e representar informação: apenas um meio para viabilizar o acesso? *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património*. Porto. 4 (2005) 83-100.

**RODRIGUES, J. P. de S.**

2017 *O Controlo de autoridade por assuntos do acervo fotográfico do jornal Público*. Porto, 2017.  
Dissertação de mestrado em Ciência da Informação – Universidade do Porto, Faculdades de Engenharia e de Letras.

**RODRÍGUEZ BRAVO, B.**

2011 *Apuntes sobre representación y organización de la información*. Gijón: Ediciones Trea, 2011.

**SCHEIR, W.**

2006 First entry: report on a qualitative exploratory study of novice user experience with online finding aids first entry. *Journal of Archival Organization*. 3:4 (2006) 49-85. Disponível em: <https://doi.org/10.1300/J201v03n04>.

**SCHMIERER, H.**

1980 The Relationship of authority control to the library catalog. *Illinois Libraries*. 62 (1980) 599-603.

**SILVA, A. M. da**

2011 O Impacto do uso generalizado das TIC (Tecnologias da Informação e Comunicação) no conceito de documento: ensaio analítico-crítico (II). *Prisma.com: revista de Ciências e Tecnologias de Informação e Comunicação*. [Em linha]. Porto. 18 (2012) 25-49. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/prismacom/article/view/1955>.

**SILVA, A. M. da**

2010 Mediações e mediadores em Ciência da Informação. *Prisma.com: revista de Ciências e Tecnologias de Informação e Comunicação*. [Em linha]. Porto. 9 (2009) 68-104. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/prismacom/article/view/2057>.

**SILVA, A. M. da**

2006 *A Informação: da compreensão do fenómeno e construção do objeto científico*. Porto: Edições Afrontamento; Cetac.com, 2006.

**TILLET, B. B.**

2004 Authority control: state of the art and new perspectives. *Cataloging & Classification Quarterly*. 38:3/4 (2004) 23-41.

**VENTURA, M. I. A.**

2019 *A Representação nas plataformas digitais dos serviços de arquivo: estudo comparativo e proposta de modelo*. Porto, 2019.

Tese de doutoramento em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais – Universidade do Porto, Faculdade de Letras e Universidade de Aveiro.

**VENTURA, M. I. A.**

2015 A Representação da informação nas interfaces dos arquivos digitais. In ENCuentro IBÉRICO EDICIC 2015, 7º, Madrid, 2015 - *Desafios y oportunidades de las ciencias de la información: actas...* Madrid: Universidad Complutense, 2015, p. 1-33.

Maria Isabel de Almeida Ventura | [mventura@reit.up.pt](mailto:mventura@reit.up.pt)

Universidade do Porto - Reitoria / CITCEM, Portugal

**Resumo:** Pesquisa sobre os arquivos pessoais e familiares, desenvolvida com base na literatura publicada em língua portuguesa e em visitas técnicas realizadas em dezembro de 2019 no Arquivo e Biblioteca da Fundação Eugénio de Almeida, em Évora, e no Arquivo de Documentação Fotográfica da Direção Geral do Património Cultural, em Lisboa, com o objetivo de verificar como o tratamento técnico das fotografias se apresenta nesse panorama. Busca examinar como os autores conceituam os arquivos pessoais e familiares e qual a inserção das fotografias nesses arquivos. Constatou-se que não existe um consenso entre os autores sobre a terminologia utilizada nesse âmbito e que, apesar das fotografias estarem presentes em grande parte dos arquivos pessoais, a literatura da área não reflete essa realidade.

**Palavras-chave:** Arquivo de família; Arquivo fotográfico; Arquivo pessoal.

**Abstract:** Research about personal and family archives that was developed based on the literature published in Portuguese language and on technical visits carried out in December 2019 at the Archive and Library of the Eugénio de Almeida Foundation, in Évora, and at the Photographic Documentation Archive of the General Directorate of Cultural Heritage, in Lisbon, with the objective of verifying how the archival processing of photographs presents itself in this panorama. It seeks to examine how the authors conceptualize personal and family archives and how is the photographs presentation in these archives. It was found that there is no consensus among the authors on the terminology used in this area and that, although photographs are present in most personal archives, the literature in the area does not reflect this reality.

**Keywords:** Family archives; Photographic archives; Personal archives.

## 1. Introdução

Uma vez que os arquivos pessoais nem sempre foram considerados como uma entidade de natureza arquivística, os estudos sobre o assunto e a sua inclusão no referencial teórico da Arquivologia se deu tardiamente. As investigações voltadas para o tema não eram frequentes e a literatura da área aponta essa lacuna, bem como o consenso da área que os arquivos pessoais ficaram relegados a segundo plano em relação aos arquivos institucionais. Esse panorama começou a ser modificado em torno do final do século XX, ainda de forma discreta e vem se intensificando no século XXI. Os arquivos pessoais tornaram-se um campo na Arquivologia que tem despertado bastante interesse, o que está acontecendo relativamente há pouco tempo.

Com o crescimento do interesse pelos arquivos pessoais, o cenário da área se altera, tanto no que diz respeito aos usuários e pesquisadores que buscam esses acervos, quanto em relação aos profissionais que se dedicam a tratá-los e estudar seu tratamento técnico. Nota-se um aumento no número de acervos que estão sendo doados e aceitos por instituições de memória e informação, algumas que nem incluíam os arquivos pessoais em sua política

de acervo. Com isso também percebe-se o aumento de acervos pessoais sendo abertos à consulta e o crescimento de estudos e publicações sobre o assunto, impulsionando um desenvolvimento da literatura na área.

Sobre o que causou esse maior interesse, os autores apontam algumas alternativas. A principal é a possibilidade de conhecer realidades que não estão presentes nos arquivos institucionais e de Estado.

Rosa (2012:15-16) destaca a importância dos arquivos de família como valor patrimonial e testemunho de memória, que se revelam um objeto de análise particularmente rico para o conhecimento da sociedade atual e das passadas. Na sua opinião, o que trouxe para ribalta os arquivos de comunidades, e evidenciou o interesse destas em conservarem e valorizarem as suas memórias, foi a valorização dos suportes de memória não estatais, não oficiais, em conjunto com todas as tentativas teóricas de encontrar a voz dos subalternos, dos marginalizados, dos passivos.

Assim, este trabalho tem como objetivo verificar como se dá na literatura a abordagem sobre o tratamento técnico das fotografias nos arquivos pessoais. Uma vez que tal tratamento apresenta especificidades, cumpre saber se a literatura da área reflete o crescimento desses acervos em quantidade e em importância. Este artigo é parte integrante de pesquisa de pós-doutoramento em Ciência da Informação cujo objeto de estudo são os documentos fotográficos em arquivos pessoais e familiares. Após uma etapa de investigação no cenário brasileiro, ampliou-se o universo da pesquisa para a compreensão da abordagem de tratamento dos documentos fotográficos em arquivos pessoais e familiares de Portugal, origem da cultura gerencial (e burocrática) de documentos do Brasil devido às relações históricas dos dois países. Apresentam-se aqui os resultados das pesquisas realizadas em Portugal no período de outubro de 2019 a fevereiro de 2020.

Esta fase do estudo foi desenvolvida a partir de pesquisa bibliográfica realizada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto na área da Ciência da Informação, em que examinou-se a literatura portuguesa e em especial os trabalhos que enfocam questões no âmbito arquivístico. A pesquisa foi feita em artigos e trabalhos acadêmicos (teses e dissertações) disponíveis na biblioteca, de forma presencial e no seu catálogo *online*. Foram examinados 28 textos sobre arquivos pessoais e familiares e, destes, 11 mencionavam os documentos fotográficos (40%). Destaca-se um livro organizado por Rosa (2012) sobre arquivos de família que reúne textos delineando um amplo panorama sobre a situação destes arquivos em Portugal.

Analisou-se também o tratamento arquivístico dos documentos fotográficos que integram arquivos pessoais em algumas instituições de Portugal, através de visitas técnicas realizadas em dezembro de 2019 no Arquivo e Biblioteca da Fundação Eugénio de Almeida, em Évora, e no Arquivo de Documentação Fotográfica da Direção Geral do Património Cultural, em Lisboa.

## **2. A título de conceituação**

Com o desenvolvimento dos estudos sobre os arquivos mencionados e tema desta pesquisa, foi imperativo delimitá-los, conceituá-los e definir parâmetros para sua organização, o que

não é uma tarefa fácil, principalmente em uma área recente, onde alguns aspectos ainda estão sendo discutidos e amadurecidos.

Diferentemente do Brasil, durante a revisão teórica constatou-se uma maior incidência de uso do termo arquivos familiares, em vez de arquivos pessoais. A fronteira ou a diferença entre os arquivos pessoais e familiares não é simples de ser determinada. Alguns autores portugueses utilizam as expressões como se fossem sinônimos, outros utilizam um termo ou o outro e em alguns casos aparece como um termo composto: pessoais e familiares, como será exposto a seguir.

Para Guimarães (1997:107) um arquivo de família é

*um conjunto de documentos acumulados num processo natural, ao longo dos tempos, pelos elementos de uma família, no desempenho das suas actividades quer públicas quer privadas, e por eles conservados com o objectivo de servir de testemunho, informação ou fonte histórica.*

Portanto, os arquivos de família configuram-se em um conjunto que reúne documentos de várias pessoas que têm relações de parentesco entre si, filhos, pais, irmãos, cônjuges, fazendo uma rede de relações. Por esse motivo, pode ser difícil delimitar arquivos pessoais em um conjunto de documentos pertencentes a uma família, pois parte considerável dos documentos é comum a todos e os pessoais podem ser uma seleção artificial, perdendo assim a ligação com o conjunto, o vínculo e o contexto. Especialmente quando se trata de documentos fotográficos.

Silva (2004:68) afirma que um arquivo, ou um sistema de informação (S. I.) familiar alude a uma estrutura orgânica, como todos os S. I. gerados pelos seres humanos, e é “a combinação dinâmica do vector biológico da reprodução humana com a inserção sócio-económica do agregado familiar” (2004:69).

Este autor, com o propósito de conceituação, citou (1997:60) a autora francesa Ernestine Lejour, que afirma que a diversidade dos papéis de família reflete a personalidade dos indivíduos a que eles pertencem, mas apesar de qualquer originalidade, todo homem é levado a acumular, ao longo da vida, em geral os mesmos escritos, registros de nascimentos, de casamento, óbito, relações de bens, recibos, títulos de propriedade, testamento, além de papéis profissionais. E assim os papéis familiares dividem-se em dois grandes polos, as pessoas e os bens. Silva (1997) acrescenta que os documentos se acumulam, crescem em quantidade e são transmitidos por gerações, servindo de prova.

Ainda nesse empenho em delimitar conceitos, Silva (1997) cita Olga Gallego que:

*teve o cuidado de precisar as características estruturais que diferenciam os arquivos de família e os pessoais. Sendo aqueles ‘o reflexo da evolução de uma ou várias famílias ao largo de gerações e através de muitos séculos, durante os quais se produzem uniões de famílias distintas por matrimónio, uniões de património por heranças de outras famílias mais afastadas no seu parentesco, reduções de património por causas diversas (dotes, quebras etc) e, por último, a sua eventual extinção.’ Enquanto os pessoais na perspectiva exposta andam ligados a individualidade que por determinado motivo se destacam da respectiva família originando fundos próprios. (GALLEGO apud SILVA, 1997:66)*

Silva (1997:89) afirma que os arquivos pessoais implicam sempre alguma relação, maior ou menor, com a entidade familiar e por isso partilham com ela afinidades estruturais, mas também se distinguem pois resultam exclusiva ou predominantemente das atividades de uma pessoa, membro destacado de determinada família, com sua ação individual.

Segundo o autor:

A família é uma unidade biológica, sócio-econômica e simbólica que se compõe de pessoas articuladas pela genética, pelo parentesco e pelas relações interpessoais tecidas dentro de cada geração, ao longo de sucessivas gerações e ao longo do processo histórico com as suas diversas conjunturas (SILVA, 1997:89).

E complementa:

a organicidade de uma família repousa, assim, na sucessão geracional e no elo linhagístico dos diferentes membros, distribuídos pelos ramos colaterais e pelos respectivos graus de parentesco e de sucessão, enquanto a de uma pessoa radica nos seus estádios psicossomáticos de desenvolvimento genericamente justapostos aos ciclos de existência activa: infância = estudante; adolescência = estudante e/ou pessoa activa profissionalmente; juventude = estudante e/ou pessoa activa profissional e culturalmente; adulto = pessoa activa com uma ou mais profissões, com ou sem intervenção física, política, social, económica, etc.; e idoso = pessoa reformada, mas polarizada ou não por uma ou mais atividades cívicas, políticas, culturais, etc. (SILVA, 1997:89-90).

O indivíduo, portanto, ao longo da vida, ao mesmo tempo em que produz e acumula documentos que registram atividades e acontecimentos que envolvem, um ou mais, indivíduos de sua família - os arquivos familiares; também produz e acumula documentos que registram atividades e acontecimentos que envolvem indivíduos ou instituições sem relação de parentesco - os arquivos pessoais. E a tentativa de separação do Arquivo Pessoal de um indivíduo do seu Arquivo Familiar, além de difícil, é crítica. Por tratar-se de uma ação artificial e parcial que, inevitavelmente, prejudica o contexto de produção de um ou de outro.

### *2.1. Os arquivos familiares ligados à questão patrimonial*

Uma das características importantes nos arquivos de família observados em Portugal, tanto na literatura quanto em visitas técnicas, é a questão patrimonial e financeira. A constituição dos arquivos familiares, seja por motivos culturais ou gerenciais, tem como uma tônica importante os registros das atividades financeiras desenvolvidas pela família, e o acervo serve de prova e de base para a tomada de decisões em relação aos negócios. Isso faz com que os arquivos sejam mais familiares do que pessoais, uma vez que o patrimônio e os negócios não são de uma pessoa isoladamente, mas passem para outros membros da família por herança, matrimônio, doação, entre outros, através de gerações. Essa característica presente nos arquivos familiares é identificada em vários textos da literatura consultada, como se vê a seguir.

Vasconcelos (2012:109) afirma que quando o sistema da prova escrita e documental se sobrepôs ao da prova oral e testemunhal, os arquivos passaram a ser, cada vez mais, um

instrumento essencial para a administração das casas e para comprovar seus títulos e brasões. Cada casa nobre, desde as menores até os grandes senhores, tinham o meio de prova para defender os seus rendimentos agrícolas e/ou senhoriais, e também as suas qualificações ou títulos nobiliárquicos, acadêmicos ou militares. Mas observa que a “sede de memória e fome de passado que caracterizam as sociedades atuais, deram uma segunda vida aos arquivos privados”.

Lima (2012:35), referindo-se ao Arquivo Benito Maçãs afirma que

o conjunto documental incorporado no Arquivo Histórico da Santa Casa de Misericórdia de Lisboa, representando apenas uma parcela da documentação criada e recebida pela família Benito Maçãs, é um fundo documental familiar, não porque os produtores estão ligados entre si por relações de parentesco, mas porque possui documentação que representa a unidade da família, com as suas conexões, dinâmicas, funções e participações sociais. A existência de documentos não passíveis de individualização, ou seja, de identificação com um único produtor, porque provêm de atividades ou interesses coletivos, fundamenta a distinção entre fundos familiares e fundos pessoais e é, no nosso entendimento, a única justificação válida para o arquivo Benito Maçãs ser considerado um fundo familiar e não um conjunto de vários fundos pessoais, ou um único fundo pessoal, reunido pela ação da última representante da família, Delmira Maçãs.

Macedo (2012:267-268) aponta que a formação do Arquivo da Casa do Avelar partiu da necessidade de gerir os negócios da Casa no seu todo, daí a predominância dos documentos de carácter patrimonial e genealógico, em sua opinião, tal como acontece na generalidade dos arquivos de família.

Há também, no entanto, todo um outro conjunto de fontes que dizem respeito ao domínio biográfico, social, familiar e pessoal. Referimo-nos aos pequenos livros de notas particulares, registos diários de receitas e despesas, registo de dívidas, ou ainda os cadernos pessoais de poesias, poemas de amor, livros de lembranças e diários, receitas de cozinha, formulários medicinais, uma variedade de correspondência privada, enfim, de uma maneira geral, factos íntimos da vida sentimental e afectiva, quer emanados do espaço doméstico, quer projectados no espaço mais alargado da vida social, política e religiosa.

Pode-se constatar um outro exemplo no Arquivo Pombal, conforme relatam Martins, Silva e Ferreira (2012:529-531) em razão do quadro de classificação estabelecido para o arquivo obedecer a um critério orgânico-funcional direcionado sobretudo para duas vertentes: a patrimonial e a financeira. Na gestão patrimonial estão os Livros de Tombo das propriedades, Títulos, Livros de Foros e Rendas, entre outros. Na documentação sobre a gestão financeira encontram-se as despesas relacionadas com a vida doméstica, despesas pessoais, entre outras. No entanto, o arquivo também inclui documentos de índole pessoal, por exemplo, correspondências, e ainda a documentação de carácter privado de outros membros da família Pombal, o Diário Pessoal do 5º Marquês, entre outros.

Sobre o Arquivo Ficalho, Silva e Assis (2012:67) ponderam sobre os motivos que justificaram a sua organização de 1815, e formulam a hipótese de que surgiu como promotora da funcionalidade do arquivo enquanto instrumento de gestão da Casa, afirmam

que só para isto se organiza o Arquivo e por esse motivo “as ‘cartas missivas’, sem interesse para a gestão, foram agrupadas em monte, e não descritas”.

Em relação ao Arquivo da Quinta das Lágrimas, Júdice e Borges (2012:99) relatam um acontecimento que demonstra não apenas o principal uso para os documentos, mas a importância que se dava ao arquivo:

O arquivo da Quinta das Lágrimas, assim chamado, não só por ser esta Casa a confluência de todas as outras casas da Família Osório Cabral de Alarcão, mas, e essencialmente, como homenagem a Miguel Osório Cabral de Castro, 5º Senhor da Quinta das Lágrimas, a quem se deve não só a organização do arquivo que chegou até nós, mas também a sua existência, já que no incêndio de 21 de dezembro de 1879 que destruiu a maior parte do edifício não descansou enquanto não salvou todo o arquivo, os documentos que poderiam servir de prova dos bens da sua família.

As autoras complementam: “Outro factor interessante neste arquivo é a percepção da sua utilização pela família, que assim sente necessidade de o manter organizado, e mesmo de o aumentar com recurso a públicas-formas obtidas noutros arquivos” (2012:104).

No caso do Arquivo da Casa do Avelar, Macedo (2012:270) expõe:

Um arquivo de família, como o que estudámos, contém uma variedade de fontes documentais, que vão do domínio genealógico (inquirições, memórias, atestações de parentesco...) ou da gestão do património (prazos, arrendamentos, doações, heranças, inventários, dívidas, empréstimo...) à documentação de carácter mais subjectivo e individualizado de cariz autobiográfico como são os diários, os cadernos de notas pessoais ou a correspondência privada.

Essa é outra característica importante e muito presente nos arquivos familiares e pessoais, a diversidade de documentos encontrados. O que é pontuado também por diversos autores que se dedicam ao tema.

Guedes (2017:519) aponta o consenso na área de que a diversidade é uma das características que mais determinam os arquivos pessoais e familiares, e acredita que essa diversidade advém da singularidade das condições humanas e da sua existência, além do fato de não serem gerados em contexto administrativo, logo, desprovidos de normas ou regulamentos que determinem a produção, gestão e a acumulação das espécies documentais.

Farelo (2012:201), descrevendo sobre o acervo dos Nogueira demonstra que a documentação permanece sob a tutela de quem tem ou teve a responsabilidade pela gestão e administração do património, e acrescenta que, de um modo geral assiste-se nestes arquivos à primazia de documentos ligados à gestão patrimonial e à titulação de bens, e infere que isso inviabiliza o acesso à documentação ligada ao que chama de atividade funcional dos membros da família, por exemplo algumas ocupações assumidas por determinados membros da família ligadas aos seus exercícios profissionais próprios, na igreja, embaixada, entre outros.

Ainda assim, Farelo (2012:201) acrescenta:

é certo que a unicidade do acervo propiciado pela pertença a uma família ou a mais famílias relacionadas entre si, tornam esta documentação essencial para um estudo de natureza social. De facto, além de todas as virtudes já enunciadas, estes arquivos permitem uma visão dos indivíduos em estudo muito mais ‘familiar’ do que aquela proporcionada pela documentação régia e eclesiástica utilizada geralmente pela medievalística. Nestas últimas impera, praticamente de forma omnipresente, uma mediação que refracta e subordina muitas das vezes o conhecimento das acções destes homens à dimensão do relacionamento com as demais instituições. A diferença é que a utilização de uma documentação proveniente de arquivos de família permite, não raras vezes, ir mais além desta mera mediação e atingir o âmago do funcionamento da estrutura familiar, patrimonial e mesmo simbólica de alguns grupos de poder nas sociedades políticas locais, regionais e mesmo centrais do nosso país em tempos idos.

Em relação ao Arquivo da Casa de Mateus, Rodrigues e Silva relatam que D. José Maria de Sousa era um homem de Letras, cosmopolita, que viveu no exterior a maior parte de sua vida, tendo ocupado diversos cargos diplomáticos em vários países, entre os quais Suécia, Dinamarca, França, Rússia. Por morte de seu pai regressou a Portugal em 1799 para tratar de assuntos familiares. Empreendeu um conjunto de medidas de gestão da Casa, sendo a mais significativa a reorganização do arquivo. Ele dizia a seu filho, D. José Luís, que uma das obrigações de um pai era deixar em ordem os bens que assegurassem a sua independência e que por isso, voltou a Portugal por morte de seu pai, tomou posse da Casa e passou o inverno a ordenar, melhorá-la e segurá-la tanto quanto possível. Entre o fim de 1799 e o início de 1800, teria dedicado cinco meses à organização da Casa, e em suas palavras (*apud* RODRIGUES e SILVA, 2012:629-630) fica clara a importância do Arquivo:

Principiei em Lisboa, e aqui, por liquidar contas com meu cunhado, de maneira a não deixar-te embaraços para o futuro, e segurar-te a tua propriedade. A escritura de transação em Lisboa, e o Inventário que se seguiu a ella, com a quitação do resto que se lhe devia de legitima, consolidou o Vinculo, que já era o mais seguro, e determinou os Bens livres com huma clareza, qual não se achará facilmente em Casa alguma. Estes títulos são o monumento deste breve benefício. A propriedade em todo o Paiz, sobretudo em Portugal, depende de dos títulos que a segurão e dão este direito assim o Archivo de huma casa he o objecto da maior importância, muito particularmente para a nossa, que formada de pequenas peças, que se forão reunindo, e de muitos pequenos foros, exige a revisão contínua, e conhecimento dos títulos de cada um para defendêr e sustentar os seus direitos. Os Tonbos mesmo não são sufficientes a suppri-los. À mania forense do nosso Paiz, à inexecução das Leis, à corrupção das Justiças só se pode oppôr, e ainda às vezes de balde, a validade e clareza dos Documentos. Por estes motivos o meu segundo cuidado foi pôr na melhor ordem os papeis immensos da casa.

Nos artigos analisados vê-se com frequência os autores abordando a organização dos acervos no que se refere aos documentos textuais, tanto sobre a disposição original, dada pelos produtores, quanto sobre a organização feita posteriormente por outros herdeiros, ou a da atualidade, empreendida por profissionais após o recolhimento. O que não ocorre em relação aos documentos fotográficos.

Chamando a atenção para a utilização dos documentos pelas próprias casas, Rosa (2012:574) afirma que a elaboração de inventários não era um ato técnico nem muito menos tinha o objetivo de dar acesso a historiadores, mas nascia de propósitos contingentes e com o escopo, em primeiro lugar, da utilização interna, da recuperação da informação para benefício próprio dos proprietários.

Silva (2012:439) assinala que os arquivos pessoais “resultam de tal forma de critérios incontroláveis – de arbitrariedade ou de intencionalidade – que faz todo o sentido que, mesmo antes do seu conteúdo, seja na compreensão de sua natureza que o investigador deva deter-se”. A autora indaga se os arquivos de família seriam pessoais (uma acumulação de arquivos pessoais) ou se seriam institucionais, entendendo a família como uma instituição, entre outros motivos por suas atividades de negócios.

Esse é um outro ponto de vista pouco comum entre os autores que estudam o assunto, mas que deve ser mencionado, uma vez que estamos considerando arquivos de família que possuem atividades de negócios: de empresários, de proprietários agrícolas, entre outros. Famílias com atividades institucionais, por assim dizer.

### **3. Como as fotografias são apresentadas**

De um total de 28 textos analisados, 11 (40%) mencionam as fotografias nos arquivos pessoais; nos que o fazem, o assunto aparece em diferentes níveis de detalhamento e de abordagem. Na maioria das vezes, os autores apenas mencionam ou indicam que o acervo contém fotografias, sem detalhes sobre o que contêm, como se apresentam e/ou sua organização.

Como exemplos dessas ocorrências temos o Arquivo Pessoal de Hintze Ribeiro, o arquivo pessoal do Conselheiro Camelo Lampreia, arquivos de família/pessoais nos Arquivos Regionais nos Açores, bem como o Arquivo Ficalho, e os que se encontram no Arquivo da Universidade de Coimbra, como vê-se a seguir.

*O Arquivo Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro foi depositado pelos seus herdeiros na Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada em maio de 1987. É um Arquivo com um volume documental estimado em cerca de 50.000 documentos distribuídos por inúmeras tipologias. O conjunto de documentos que o compõe é bastante eclético, identificando-se a presença de impressos, desde livros a folhas volantes, álbum de fotografias (documentando a construção do caminho de ferro de Lourenço Marques), mapas, desenhos, dactiloscritos e manuscritos, nomeadamente de discursos políticos, notas pessoais e, sobretudo, uma correspondência volumosa (GAMEIRO, 2012:751).*

Neste caso, a autora aponta pelo menos o assunto do álbum, trata-se de fotografias documentando a construção de uma ferrovia, entretanto, esta é a única menção, sobre o conteúdo informacional das fotografias, encontrada no texto.

Silva (2012:444) a respeito do arquivo pessoal do Conselheiro Camelo Lampreia, relata a sua busca pelos documentos do referido arquivo, incluindo o contato com os descendentes em Vila Nova de Gaia e no Rio de Janeiro. A autora descreve a caracterização dos documentos e menciona que contém fotografias na parte do acervo que se encontra em

Portugal, porém limita-se a essa menção, sem detalhar do que se tratam, quantidade, características, ou qualquer outro pormenor.

Viveiros (2012:766) analisa a situação dos arquivos de família/pessoais à guarda de três Arquivos Regionais nos Açores, e observa que um deles (Horta) tem a guarda de três fundos pessoais e refere-se a eles como arquivos fotográficos, porém sem esclarecer o porquê ou como se configuram.

No Arquivo Ficalho, Silva e Assis (2012:70), ao exporem os objetivos e desafios futuros em relação ao acervo, dizem: “Seria ainda de todo o interesse proceder à organização de toda a documentação iconográfica (pintura e fotografia, sendo que a última abrange já seis gerações)”.

Guedes (2017), sobre os arquivos familiares e pessoais que se encontram no Arquivo da Universidade de Coimbra, discorre que existem muitas coleções reunidas pelo produtor, que revelam interesses, projetos de investigação académica ou meros passatempos. Acrescenta que são díspares:

manuscritas ou impressas, variando entre apontamentos sobre um determinado tema, referências bibliográficas, transcrição de documentos reunidos, quer por uma temática específica, quer pelo âmbito territorial, recortes de imprensa, coleções de cartões, estampas, gravuras, postais, fotografias, panfletos, marcas-de-água, retratos, livros, entre outras.

Esses dois últimos exemplos também não mencionam mais nenhum detalhe sobre as fotografias e em que se constituem, como em exemplos anteriores. Em alguns outros textos pode-se ver um espaço um pouco maior para as fotografias, como nos exemplos a seguir.

Azevedo (2012:138) escreveu sobre o Arquivo da própria família, os Charters d’Azevedo, e expõe que adotou uma estrutura por ramos de famílias, de pessoas e locais, “no fundo, organizá-lo como ele foi sendo produzido; como ele foi crescendo”. Relata que em sua pesquisa por documentos da família, em visita a familiares, eles por vezes “têm caixas de fotografias antigas, ou bonitos álbuns do século XIX, onde se encontram dezenas de fotos de cor sépia, muitas vezes bem conservadas, mas sem qualquer nome que identifique quem lá figura, ou a data em que foi feita a foto” (AZEVEDO, 2012:133). Esta é uma circunstância muito comum em acervos de fotografias, grande quantidade de fotos sem identificação como pode-se averiguar, a título ilustrativo, em dois arquivos a seguir relatados.

No Arquivo de Benito Maçãs vê-se um caso um pouco mais detalhado. Lima (2012:52-53) apresenta e explica sobre as fotografias do fundo:

O arquivo em análise engloba, ainda, um núcleo documental, de base tipológica, acumulado pelos diversos elementos da família, referente ao universo familiar, mas não passível de enquadramento, nem nas secções transversais, nem nas secções representativas de cada membro. É o grupo dos documentos fotográficos, não de todas as fotografias do fundo, mas das que formavam uma agregação geral, dispostas em álbuns de família, em álbuns pessoais ou em unidades de instalação constituídas por tipo de suporte e por formato, como as caixas de negativos em vidro, as caixas de diapositivos em acetato de celulose ou os envelopes de provas. Predominam as representações de diversos membros e da vida quotidiana da família Benito Maçãs, do

património familiar, de paisagens rurais, de cenas da vida campestre e dos inúmeros locais visitados sobretudo por Delmira Maçãs e seus pais. A desagregação deste grupo e a possível integração dos documentos nos respetivos contextos de produção não foi equacionada, pela seguinte ordem de razões: a primeira está diretamente ligada às evidências da utilização. A disposição das fotografias nos álbuns e a identificação de cada uma das unidades de instalação demonstram que era desta forma que os documentos eram utilizados. Em segundo lugar, o critério orgânico revelou-se de aplicação impossível, pois os criadores ou responsáveis pela acumulação não estão identificados e são inúmeras as fotografias de grupo em que estão representados vários membros da família, por vezes de gerações diferentes. Por fim, o critério funcional facilmente se confundiria com o temático e geraria um incomensurável número de hipóteses de classificação.

Especialmente neste caso é mencionada de forma específica a questão do contexto de produção, apresenta a forma em que as fotografias aparecem no arranjo intelectual e é explicado o motivo pelo qual o contexto de produção não foi respeitado. Alega também a existência de muitas fotografias sem identificação e o problema que acarreta.

Portela e Queiroz (2012:748-749) apresentam uma reflexão sobre o espólio fotográfico familiar mais antigo, desde os velhos álbuns fotográficos do final do século XIX e início do século XX. Chamam a atenção para a quantidade de imagens em álbuns antigos com retratos em formato de cartão de visita não passíveis de serem identificadas hoje, nem mesmo pelos atuais possuidores, ou amigos e parentes destes antepassados. Era comum não colocar no verso o nome dos retratados quando estes eram conhecidos, porém já se passaram muitas décadas, e sem conseguir identificar os antepassados, os possuidores tendem a desligar-se afetivamente dos mesmos. Podem negligenciá-los, desmembrá-los para vender ou destruir, guardando somente algumas com identificação, por exemplo. Perde-se a compreensão da lógica de preenchimento desses álbuns e gera um problema quando são depositados em algum arquivo público. Desse modo, constituem um tipo de documentação familiar que requer maior cuidado na eventual incorporação ou depósito em arquivos públicos.

Os autores sugerem um estudo sistemático destes álbuns, a elaboração de “uma espécie de inventário fotográfico familiar”, que pode ser feito por zonas geográficas delimitadas, em função de relações de amizade e parentesco em estratos sociais que, à época, tinham acesso à fotografia. No caso das pesquisas sobre Leiria, os autores afirmam que estão tentando “cruzar” os antigos álbuns de família, uns com os outros, para tentar identificar os retratados “o cruzamento permite identificar, a partir de um álbum, os retratados não identificados noutro álbum, e vice-versa”. Eles julgam verdadeiramente necessário fazer esse inventário fotográfico a partir dos álbuns mais antigos, com os quais a ligação afetiva dos proprietários já não é tão forte, sendo eles cada vez mais um património comum e não só um mero património familiar. Ainda, Portela e Queiroz (2012:748-749) mencionam as fotografias sem identificação, problema para o qual os autores apresentam uma proposta de solução.

O arquivo da família Espírito Santo Silva encontra-se no Centro de História do Banco Espírito Santo, e Cruz (2012:737) relata sobre os documentos que fazem parte do acervo, explicando em relação às fotografias:

Actualmente, o Centro de História do Banco Espírito Santo dispõe de mais de 1500 registos no sistema de gestão de arquivo fotográfico relacionados com a família Espírito Santo Silva. Estas colecções fotográficas encontram-se organizadas segundo os princípios da proveniência e descritas de acordo com as normas de descrição internacionais, através de uma solução de interface web, que disponibiliza o acesso à imagem. Paralelamente à descrição arquivística procede-se em muitos dos casos à transferência dos documentos em formato analógico para o formato digital através da digitalização. Neste processo de meta-informação, a conversão digital tende na sua generalidade a assumir uma resolução no mínimo de 300 dpi e os formatos JPEG e TIFF.

Silva (1997:67-69) apresenta uma proposta de organização de Olga Gallego para os arquivos da nobreza espanhola que enfatiza a organicidade, porém, para as famílias contemporâneas, a autora acaba por sugerir um quadro de classificação genérico, o que Silva entende ser uma grave e inaceitável contradição. Nesta proposta de “quadro de organização de arquivos familiares”, que aparece em anexo ao Manual de Gallego, ela propõe uma subdivisão “fotografias” dentro de “coleções”, que está em uma classe “arquivos anexos à família”. No mesmo nível das fotografias, outras subdivisões são: biblioteca; documentos manuscritos; mapas, planos e desenhos; recortes de imprensa.

Silva (1997), neste mesmo texto, menciona dois outros casos em arquivos pessoais: o de António Braz de Oliveira, onde as fotografias estão destacadas em classes próprias, e o de Sidónio Pais, no qual foi aplicado o método quadripolar<sup>1</sup>, e as fotografias aparecem nas respectivas classes orgânicas e não destacadas em uma única classe (1997:83-85, 103-106). O primeiro caso não considera o contexto de produção e o segundo leva em conta.

Silva (2004:74) menciona outra funcionalidade da fotografia em arquivos pessoais:

No momento inicial do trabalho de estudo e disponibilização ao acesso público é obrigatória uma reportagem fotográfica completa do estado da documentação, partindo-se de imagens de conjunto (do mobiliário, ou dos recipientes onde foram encontrados os documentos) até imagens de pormenor (para cada dossier e documentos individualizados).

Adverte também sobre ser “inevitável encontrar uma tipologia documental diversificadíssima”, entre as citadas menciona as fotografias, e acrescenta “que faz parte de um único e polifacetado sistema” (SILVA, 2004:74).

Não são muitos os textos que fazem referências às fotografias nos arquivos pessoais, e entre os que os fazem, a abordagem é muito diferenciada entre eles, em alguns com mais detalhes em outros apenas mencionando. Ou seja, ainda não há consenso na literatura sobre as diretrizes a serem aplicadas na organização dos documentos fotográficos em arquivos

---

<sup>1</sup> Método quadripolar - método de investigação que utiliza quatro polos: epistemológico, teórico, técnico e morfológico, concebido para conhecer/interpretar, explicar/gerir informação (ver SILVA, Armando Malheiro da, et al. - *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. Porto: Edições Afrontamento, 1998, p. 226.

peçoais e familiares, e muitos arquivos recolhidos aguardam tratamento técnico que os torne possíveis de pesquisar e acessíveis.

#### 4. A título de exemplo: o arquivo de Eugénio de Almeida

O acervo da família Eugénio de Almeida se traduz em um exemplo rico de arquivo de família. O primeiro titular do acervo, José Maria Eugénio de Almeida, dava extremo valor aos registros de suas atividades e à acumulação desses registros, gerando assim um arquivo que refletia as suas atividades de negócios. José Almeida chegou a ser um dos maiores proprietários agrícolas do país e desenvolveu também atividades em outras áreas. Sempre tomava suas decisões com base nas informações que produzia e acumulava. Em uma correspondência escrita por ele pode-se ler: “O que se tratou há de estar escrito, segundo o hábito invariável que eu sigo (...)” (*apud* CARRETEIRO, 2019).

Carreteiro (2019) destaca que o que há de mais notável neste sistema de informação é o fato de sua estrutura não ter sido aprimorada ou desenvolvida com o passar dos anos como resultado de experiência cotidiana e das necessidades que ela determina, mas ter sido concebido *a priori*. José Maria viajou por toda a Europa e estudou os sistemas de administração públicos de outros países, teve acesso a livros e informação sobre procedimentos administrativos, além de modelos de formulários para sistematizar a produção da informação. Adaptava esses formulários à realidade dos seus negócios e determinava que fossem produzidos por seus colaboradores. Carreteiro (2019:69-70) acrescenta que a documentação do arquivo é prolífera em exemplos sobre a importância que o titular atribuía à informação. Um deles é a própria localização física na casa e o espaço que lhe foi destinado. Os escritórios, o arquivo e a biblioteca foram instalados em toda a ala sudoeste do Palácio de São Sebastião da Pedreira, a residência principal da família em Lisboa (2019:73).

A preocupação com a boa administração do seu “império”, levou José Maria a criar um rigoroso sistema de gestão baseado na escrituração contabilística, na correspondência, em relatórios técnicos, pareceres e todo um corpo diversificado de tipologias documentais, devidamente padronizadas, com recurso às quais mantinha contacto regular não só com as diversas administrações regionais da Casa, mas também com todo o universo de pessoas com quem, pela via dos negócios ou da política, se relacionava (2019:69).

O arquivo não reflete apenas a documentação de caráter empresarial produzida a partir das atividades econômicas, mas também o universo cotidiano e as vivências da família, o que permite reconstituir o estilo de vida de uma família burguesa ao longo dos séculos XIX e XX com base, por exemplo na análise das despesas com o ensino, o vestuário e a alimentação das crianças, com as atividades de lazer, tais como a compra de livros, as viagens transatlânticas, a aquisição de um camarote no teatro, além de custos com alimentação, vestimentas e salários dos empregados da casa: cozinheiro e ajudantes, cocheiro, moço das cavalariças, guarda livros, jardineiro, entre outros que asseguravam o funcionamento da casa e o bem estar dos seus moradores.

A integridade do arquivo da família Eugénio de Almeida foi preservada pelas sucessivas gerações, não apenas como reconhecimento da sua importância de suporte ao exercício das suas atividades, mas também como um repositório da memória familiar.

A família é considerada como o fundo, os acervos pessoais são considerados como subfundos o que parece significar a intenção do mediador/arquivista de separar a atividade patrimonial e econômica da família da vida de seus membros individuais - uma solução descritiva que, claramente, evita relacionar, para o potencial utilizador do arquivo, esses dois vetores. Porém uma das vertentes mais fortes do arquivo era servir de prova para as atividades econômicas, e os bens passavam de um membro da família para outro, mudando de titularidade: a esposa de José Maria passou a gerir os bens quando o marido faleceu.

Um exemplo disto é o processo relativo ao palacete em Cascais referido como “Casa Branca”. Esta propriedade adquirida por Vasco Maria Eugénio de Almeida nos anos 40 e vendida na primeira década desta centúria por sua esposa, Maria Teresa Burnay de Almeida Bello após longos anos de aluguéis a terceiros. Esta documentação encontra-se no arquivo arrumada e identificada numa única pasta que inclui as escrituras de compra, os contratos de aluguer e algumas fotografias recentes da habitação, entre outros (RAGAGELES, 2016:49).

As fotografias estão presentes no acervo, em maior quantidade em alguns subfundos e menor em outros. O que as fotografias registram também varia de acordo com o titular, alguns exemplos: Vasco Maria não gostava de ser fotografado, portanto não existem muitas fotografias dele, mas são encontradas fotografias de suas atividades filantrópicas. Carlos Maria Eugénio de Almeida, seu avô, fazia muitas viagens, assim em seu subfundo existem fotografias em maior quantidade, referentes às suas viagens.

Encontra-se também no acervo fotografias do Convento Cartuxa, num álbum – que foi restaurado pela família – com fotos anteriores, da restauração, e posteriores, entre 1948 e 1952. Este álbum inclui desenhos, plantas, indicando a localização do que aparece nas fotografias, além de fotos do Pátio de São Miguel, dos funcionários da casa, entre outros. Há um álbum com fotografias do Palacete de Lisboa antes de ser vendido, encomendadas ao fotógrafo e arquiteto Horácio Novaes. Essas fotografias têm reproduções digitais, o que facilita o acesso e também a preservação.

Os documentos fotográficos do acervo integram os subfundos. Apesar de separados fisicamente, para fins de guarda, mantêm o vínculo intelectual com os demais, por exemplo: por vezes na correspondência recebida, o remetente enviava fotografias junto à carta para documentar o respectivo texto. Assim, as fotografias são destacadas da carta para atender aos requisitos de conservação, mas continuam a fazer parte do documento composto, constituído pela carta mais as fotografias, para fins de organização intelectual.

### **5. Considerações finais**

Os arquivos pessoais tornaram-se objeto de estudo entre os profissionais da área na segunda metade do século XX e o volume de estudos sobre o tema vem crescendo neste início de século XXI. Entretanto, isso ainda representa pouco tempo em comparação aos estudos sobre arquivos institucionais. Destacam-se a importância e o papel que os arquivos

personais têm no sentido de complementar e permitir conhecer realidades que não estão representadas nos arquivos institucionais e de estado.

A fotografia existe há mais de cem anos e seu uso foi crescendo desde a sua invenção, democratizou-se e tornou-se popular. Ainda no meio analógico, o acesso à produção de fotografias já permitia que os arquivos pessoais tivessem esse gênero entre os seus documentos. A partir da transição para o meio digital e a convergência entre os aparelhos fotográficos e outros aparelhos, principalmente os telefones móveis, a facilidade de produzir registros fotográficos aumentou exponencialmente. Com essa crescente facilidade em produzir fotografias, passou-se a encontrar entre os documentos dos arquivos pessoais as fotografias em número cada vez maior. Daí o interesse em verificar se a literatura da área acompanha essa tendência.

As fronteiras e as possíveis diferenças entre os arquivos pessoais e os familiares não são simples e nem fáceis de se determinar. Os arquivos familiares remetem a uma estrutura orgânica - a relação entre os membros da família. Afinal, se Arquivo é vínculo, contexto, como determinar uma fronteira entre os documentos de uma pessoa e os da sua família? Os arquivos pessoais acabam implicando em alguma relação com a família, partilham conexões estruturais, mas se diferenciam pelas ações e atividades individuais de cada pessoa. Portanto, a separação de um arquivo pessoal do arquivo de família é crítica e difícil, pois resulta de escolhas arbitrárias e/ou intencionais. É ação artificial e prejudica o contexto de produção de ambos os conjuntos.

Entre os autores analisados, ficou evidente uma preferência pela denominação “arquivos familiares”. Termo menos utilizado no Brasil, apesar de estar previsto no *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* (2005). Isso parece ter relação com o fato de em Portugal haver uma maior incidência de arquivos familiares produzidos e até organizados com função administrativa na vida profissional/gerencial dessas pessoas/famílias. O arquivo acumula os registros das atividades econômicas e patrimoniais, com objetivo de servir de base para a tomada de decisões em relação aos negócios das famílias.

Poucos textos tratam do assunto das fotografias nos arquivos pessoais e o fazem com diferentes níveis de abordagens, alguns de forma superficial, outros se dedicando um pouco mais. Contudo, um consenso entre os que apresentam o assunto é a dificuldade de identificação dos documentos fotográficos. Na maioria das vezes, o que se encontra nos acervos são fotografias sem identificação e não há como preencher essas lacunas por vários motivos. O tempo decorrido, a perda da ordem original, a falta de pessoas que conheçam as informações, o antigo costume de separar documentos fotográficos dos documentos textuais sem fazer a referência entre eles, são alguns dos motivos da falta de identificação dos registros. Entre os textos analisados, somente um menciona o contexto de produção no âmbito das fotografias e explica o porquê da impossibilidade de respeitá-lo no caso do arquivo apresentado. Verificou-se também que ainda não há um consenso na literatura sobre os princípios para tratamento técnico a ser dado aos documentos fotográficos nos arquivos pessoais e familiares.

Além dos documentos fotográficos, os arquivos pessoais e familiares contêm uma enorme diversidade de documentos, e eles não são gerados em contexto administrativo, logo, são desprovidos de normas. A falta de padronização também dificulta a sua organização. O fato dos arquivos pessoais só terem sido considerados como entidade arquivística já tardiamente implicou em que os conjuntos documentais tenham recebido tratamentos

diversos, sem considerar o contexto de produção dos acervos, provocando perdas, lacunas, fragmentações. Entre essas perdas poderiam estar documentos que auxiliassem na identificação das fotografias, por exemplo.

As fotografias, em muitos dos casos citados, não receberam o tratamento arquivístico adequado porque, por muito tempo, não eram consideradas nem documentos de arquivo, menos ainda de Arquivos Familiares. E a recuperação dessa informação atualmente só será possível nos casos em que o contexto foi preservado. Para o futuro, fica a esperança de que o atual *status* da fotografia na Arquivologia permita que o seu tratamento técnico enriqueça as relações informacionais dos acervos a que pertencem.

### Referências bibliográficas

**AZEVEDO, Ricardo Charters de**

2012 Histórias de um arquivo. In *Arquivos de família, séculos XIII-XX: que presente, que futuro?* Org. Maria de Lurdes Rosa. Lisboa: IEM; CHAM; Caminhos Romanos, 2012, p.131-139.

**CARRETEIRO, Rui**

2019 Arquivos e Casas-Museu: as vivências e as memórias como «objeto museológico». In *10 anos de reflexão sobre casas-museu em Portugal*. Portugal: Direção Geral de Cultura do Norte, 2019, vol. 1, p. 66-80.

**CRUZ, Ana Margarida da Costa**

2012 O Arquivo da Família Espírito Santo Silva observado na perspectiva das funções arquivísticas: organização, descrição e difusão. In *Arquivos de família, séculos XIII-XX: que presente, que futuro?* Org. Maria de Lurdes Rosa. Lisboa: IEM; CHAM; Caminhos Romanos, 2012, p. 733-741.

**FARELO, Mário**

2012 Os Morgadios dos Nogueiras: entre a estratégia de poder e a lógica documental. In *Arquivos de família, séculos XIII-XX: que presente, que futuro?* Org. Maria de Lurdes Rosa. Lisboa: IEM; CHAM; Caminhos Romanos, 2012, p. 185-203.

**GAMEIRO, Odília Alves**

2012 O Arquivo pessoal de Hintze Ribeiro. In *Arquivos de família, séculos XIII-XX: que presente, que futuro?* Org. Maria de Lurdes Rosa. Lisboa: IEM; CHAM; Caminhos Romanos, 2012, p. 751-759.

**GUEDES, Gracinda Maria Ferreira**

2017 Fundos pessoais e familiares do Arquivo da Universidade de Coimbra: ponto de partida para questões e reflexões. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*. 30 (2017) 517-546.

**GUIMARÃES, Paulo Mesquita**

1997 Organização de arquivos de família: particularidades técnicas subjacentes. In *Arquivos de família e pessoais: seminário*. Vila Real: APDAB, 1997, p.107-115.

**LIMA, Luis Fernando Horta**

2015 *Estratégias de classificação dos arquivos familiares e pessoais contemporâneos: o exemplo do arquivo da família Benito Maçãs*. Lisboa, 2015.  
Dissertação de Mestrado em Ciências da Informação e da Documentação - Universidade Nova de Lisboa.

**JUDICE, Assunção; BORGES, Leonor Calvão**

Arquivo da Quinta das Lágrimas: quando a história social se junta a local. In *Arquivos de família, séculos XIII-XX: que presente, que futuro?* Org. Maria de Lurdes Rosa. Lisboa: IEM; CHAM; Caminhos Romanos, 2012, p. 99-105.

**MACEDO, Ana Maria Costa**

2012 O Arquivo da Casa do Avelar (Braga): da construção da memória familiar à (re)construção da história social. In *Arquivos de família, séculos XIII-XX: que presente, que futuro?* Org. Maria de Lurdes Rosa. Lisboa: IEM; CHAM; Caminhos Romanos, 2012, p. 265-279.

**MARTINS, Lígia de Azevedo; SILVA, Ana Cristina de Santana; FERREIRA, Teresa Duarte**

2012 O Arquivo Pombal no âmbito dos arquivos de família da Biblioteca Nacional de Portugal: modelo arquivístico para o conhecimento de uma grande Casa nobiliárquica. In *Arquivos de família, séculos XIII-XX: que presente, que futuro?* Org. Maria de Lurdes Rosa. Lisboa: IEM; CHAM; Caminhos Romanos, 2012, p. 523-533.

**PORTELA, Ana Margarida; QUEIROZ, Francisco**

2012 O Arquivo da Casa do Terreiro de Leiria. In *Arquivos de família, séculos XIII-XX: que presente, que futuro?* Org. Maria de Lurdes Rosa. Lisboa: IEM; CHAM; Caminhos Romanos, 2012, p. 743-749.

**RAGAGELES, Liliana**

2016 *O Fundo casa Eugénio de Almeida: classificação e descrição da documentação de Vasco Maria Eugénio de Almeida*. Lisboa, 2016.  
Relatório de Estágio do Mestrado em Ciências da Informação e Documentação - Universidade Nova de Lisboa.

**RODRIGUES, Abel; SILVA, Armando Malheiro da**

2012 A Criação das Gavetas na Casa de Mateus: um modelo iluminista de gestão da informação. In *Arquivos de família, séculos XIII-XX: que presente, que futuro?* Org. Maria de Lurdes Rosa. Lisboa: IEM; CHAM; Caminhos Romanos, 2012, p. 597-650.

**ROSA, Maria de Lurdes**

2012 Apresentação: arquivos de família: para um roteiro de temas e problemas. In *Arquivos de família, séculos XIII-XX: que presente, que futuro?* Org. Maria de Lurdes Rosa. Lisboa: IEM; CHAM; Caminhos Romanos, 2012, p. 15-27.

**ROSA, Maria de Lurdes**

2012 Os Espelhos e os seus outros lados: inventários e gestão da informação documental do Viscondado de Vila Nova de Cerveira/Marquesado de Ponte de Lima e família Brito-Nogueira, séculos XV-XIX. In *Arquivos de família, séculos XIII-XX: que presente, que futuro?* Org. Maria de Lurdes Rosa. Lisboa: IEM; CHAM; Caminhos Romanos, 2012, p. 571-595.

**SILVA, Armando Malheiro da**

1997 Arquivos de família e pessoais: bases teórico-metodológicas para uma abordagem científica. In *Arquivos de família e pessoais: seminário*. Vila Real: APDAB, 1997, p. 51-106.

**SILVA, Armando Malheiro da**

2004 Arquivos familiares e pessoais: bases científicas para aplicação do modelo sistémico e interativo. *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património*. 3 (2004) 55-84.

**SILVA, Isabel Correia da**

2012 Arquivo Pessoal do Conselheiro Camelo Lampreia. In *Arquivos de família, séculos XIII-XX: que presente, que futuro?* Org. Maria de Lurdes Rosa. Lisboa: IEM; CHAM; Caminhos Romanos, 2012, p. 437-447.

**SILVA, Matilde de Mello Gago da; ASSIS, António Maria de**

2012 O Arquivo Ficalho: a sua história e perspectivas de futuro. In *Arquivos de família, séculos XIII-XX: que presente, que futuro?* Org. Maria de Lurdes Rosa. Lisboa: IEM; CHAM; Caminhos Romanos, 2012, p. 61-69.

**VASCONCELOS, Francisco de**

2012 O Arquivo dos Vasconcelos de Vila do Conde. In *Arquivos de família, séculos XIII-XX: que presente, que futuro?* Org. Maria de Lurdes Rosa. Lisboa: IEM; CHAM; Caminhos Romanos, 2012, p. 107-112.

**VIVEIROS, Ana Cristina Moscatel Pereira**

2012 Arquivos de família/pessoais em instituições públicas de Arquivo nos Açores: um ponto de situação. In *Arquivos de família, séculos XIII-XX: que presente, que futuro?* Org. Maria de Lurdes Rosa. Lisboa: IEM; CHAM; Caminhos Romanos, 2012, p. 761-772.

**Anna Carla Almeida Mariz** | [annacarla@unirio.br](mailto:annacarla@unirio.br)

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Brasil

**Armando Malheiro da Silva** | [armando.malheiro@gmail.com](mailto:armando.malheiro@gmail.com)

Universidade do Porto - Faculdade de Letras / CITCEM, Portugal

**Rosa Inês de Novais Cordeiro** | [rosanovais@id.uff.br](mailto:rosanovais@id.uff.br)

Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil

# IDENTIFICAÇÃO E INSERÇÃO DE TIPOS DOCUMENTAIS FOTOGRÁFICOS NA ELABORAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE GESTÃO DE DOCUMENTOS: estudo sobre a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Rio Claro (SP)

ARCHIVAL IDENTIFICATION OF TYPE PHOTOGRAPHIC AND YOURS INSERTION RECORDS AT ELABORATION OF INSTRUMENTS OF RECORDS MANAGEMENT: study on the Municipal Environment Secretariat of Rio Claro (SP)

Luiz Antonio Silva | Noemi Penha | Telma Madio | Bruno Machado

<https://doi.org/10.21747/21836671/pag14a7>

**Resumo:** O texto tem por objetivo trazer os estudos e estratégias do Arquivo Público e Histórico Municipal de Rio Claro (SP), destacando a identificação de tipos fotográficos da Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Para tanto, além de um levantamento bibliográfico, apresentou-se a constituição do objeto empírico, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMA). Foi realizado um diagnóstico da produção documental pela equipe do Arquivo Público e Histórico de Rio Claro, com elaboração de uma Ficha de Avaliação de Documentos. Com o levantamento da legislação do órgão e dos dados das fichas de avaliação foi possível a compreensão das funções e rotinas dos documentos fotográficos. Procedeu-se a inserção das fotografias nos instrumentos de pesquisa, mas se constatou a complexidade de identificação de documentos fotográficos, na produção documental, assim como sua gestão e métodos de arquivamento para esses documentos no âmbito da Administração Pública Municipal.

**Palavras-chave:** Gestão de documentos; Identificação arquivística; Tipo fotográfico.

**Abstract:** The text aims to bring the studies and strategies of the Public and Historical Archive of Rio Claro (SP), highlighting the identification of photographic types of the Municipal Environment Department. For this purpose, in addition to a bibliographic survey, the constitution of the empirical object, the Municipal Environment Secretariat (SEMA), was presented. A diagnosis of documentary production was carried out by the team from the Public and Historical Archives of Rio Claro, with the elaboration of a Document Evaluation Form. With the survey of the agency's legislation and the data from the evaluation forms, it was possible to understand the functions and routines of the photographic documents. The photographs were inserted in the research instruments, but the complexity of identifying photographic documents in document production was found, as well as their management and recordkeeping methods for these documents within the scope of the Municipal Public Administration.

**Keywords:** Records management; Archival identification; Photographic type.

## 1. Introdução

Este artigo teve motivação a partir do desenvolvimento do Programa de Gestão Documental promovido pelo Arquivo Público e Histórico de Rio Claro “Oscar de Arruda Penteadó” (APHRC), resultando na elaboração do *Plano de classificação – PC* e as *Tabelas de temporalidade de documentos e acesso – TTDA* dos órgãos da Administração Direta, Indireta e Fundacional do município de Rio Claro, no Estado de São Paulo. A instituição arquivística foi criada por meio da Lei Municipal nº 1.573, de 11 de outubro de 1979. Posteriormente, a Lei Municipal nº 1.883, de março de 1984, dispõe sobre o Sistema Municipal de Arquivos, onde delimita o escopo de atuação em relação ao fluxo documental do município.

Nesse sentido, tem-se como objetivo nesse artigo apresentar os estudos e estratégias do Arquivo Público e Histórico Municipal de Rio Claro (SP), destacando os processos de identificação dos tipos fotográficos da Secretaria Municipal do Meio Ambiente do município.

Apontam-se as principais questões relacionadas aos documentos fotográficos, conceituando o que são esses documentos, entretanto, sem a pretensão de esgotar as discussões e ações metodológicas, mas sim, apresentar as proposições materializadas nos instrumentos da gestão documental. Por este motivo, optou-se por partilhar as concepções e percepções oriundas do projeto, evidenciando a construção de um método de trabalho que pode amparar outras instituições e também favorecer os profissionais arquivistas na missão de desenvolver e promover a gestão documental que contemple esses documentos.

Para tanto, privilegiou-se as informações expostas pelos servidores produtores, pois estes são os maiores conhecedores do registro em si, isto é, estão próximos da produção documental e/ou produzem tais registros. Assim sendo, cabe ao APHRC apenas a função de contribuir com os preceitos arquivísticos, colocando as sugestões de modificações em procedimentos que, geralmente, são conflitantes com os processos de gestão documental.

Dessa maneira, a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, define a gestão de documentos como “[...] o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente” (BRASIL, 1991).

Conforme postulado por Bernardes (2015), a gestão documental é o passaporte da gestão pública para a modernidade democrática, tendo em vista a qualidade da transferência da informação para sociedade. Nesse sentido,

A gestão documental no setor público é, sobretudo, um dever legal e uma ação governamental com finalidade social: o direito à informação. Por essa razão, deve ser concebida e praticada como política pública, mesmo porque o acesso à informação antecede e viabiliza o exercício de outros direitos sociais, como a participação popular e o controle social (BERNARDES, 2015:165).

Dessa forma, o desenvolvimento das funções arquivísticas de classificação e avaliação originam os instrumentos da gestão de documentos: plano de classificação e tabela de temporalidade de documentos. As funções arquivísticas são: produção/criação, avaliação/seleção, aquisição, conservação, classificação, descrição e difusão, conforme apresentadas por Rousseau e Couture (1998). Entende-se por classificação arquivística “a sequência das operações técnicas que visam a agrupar os documentos de arquivo relacionando-os ao órgão produtor, à função, subfunção e atividade responsável por sua produção e acumulação” (SÃO PAULO, 2004:4).

Quanto à classificação, há dois tipos de métodos, segundo o *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística* (2005), a saber: o método funcional que é aquele cujos eixos são as funções desempenhadas pelo órgão produtor; e o método estrutural, que é aquele ligado à estrutura administrativa do órgão produtor. Ambos revelam resultados diferentes, sobretudo quanto às mudanças administrativas, por este motivo, acredita-se que o método funcional seja eficaz porque não se prende a estrutura do órgão, que é facilmente alterável pelas instituições.

O processo de avaliação de documentos de arquivo é uma atividade complexa e exige um trabalho interdisciplinar da instituição, tendo como objetivo apresentar os valores primários e secundários para esses documentos. Schellenberg (2006) destacou que o valor primário é a própria entidade produtora que o estabelece, seguindo parâmetros administrativos, jurídicos e fiscais, ou seja, os documentos de cunho probatório; o valor secundário foi apresentado como mais duradouro pelo autor, pois é atribuído pela capacidade do documento ser consultado como fonte de pesquisa, direito das pessoas e da entidade produtora.

Entende-se por avaliação arquivística o “processo de análise de documentos de arquivo que estabelece os prazos de guarda e destinação, de acordo com os valores que lhes são atribuídos” (BRASIL, 2005a:41). Nesta fase, a análise dos prazos de guarda se baseia nas tipologias definidas no Plano de Classificação, sobretudo nos aspectos provenientes da legislação vigente sobre as possíveis implicações se esses documentos forem eliminados antes do previsto e as suas consequências. Outro ponto de destaque no momento da análise na avaliação arquivística é o escopo atribuído aos documentos considerados importantes para memória coletiva dentro do contexto socioeconômico, político e cultural considerando-os como documento histórico.

Destaca-se, neste contexto de análise, a vivência profissional dos funcionários responsáveis pela produção dos documentos porque são capazes de explicarem as multiplicidades de motivos para recorrerem ao registro documental, tanto para atividades administrativas quanto para manutenção de direitos. Quando encerrado o processo de classificação dos documentos, os produtos dessa função são representados no Plano de Classificação e apontam o referido material para outro levantamento

(...) que consolida o estudo dos valores de cada tipo documental produzido, recebido ou acumulado pelo órgão ou entidade no exercício de suas atividades e que, uma vez devidamente oficializada, permitirá ao órgão ou entidade preservar os documentos que possuam valor probatório, informativo ou histórico e que sejam considerados de guarda permanente, ou ainda, eliminar com segurança e dentro da legalidade documentos públicos que sejam desprovidos de valor (BERNARDES, 2008:47).

Dessa forma, “a avaliação deixou de ser descoberta de fontes históricas e passou a incorporar uma noção mais pluralista que embasa o conceito de responsabilidade e que também examina a ideia de arquivo” (TRACE, 2016:91). Assim, os direitos e deveres resguardados pelos documentos, relativos à prova, a responsabilidade e a memória são questões norteadoras para a execução da atividade de avaliar.

## **2. Articulações teóricas**

Apresentam-se neste item as concepções teóricas que fundamentam e balizaram, as ações e propostas realizadas pela equipe do APHRC, juntamente com toda a legislação específica ao tema.

### 2.1. Abordagem conceitual de identificação arquivística

O termo identificação no âmbito da Arquivística surge na década de 1980, primeiramente como orientações de grupos de arquivistas consumidos pelo seu fazer, criando métodos para os obstáculos encontrados na acumulação documental em países ibero-americanos. Neste cenário, desponta-se o Grupo Ibero-americano de Gestão de Documentos Administrativos formado pelos seguintes países: Espanha, Brasil, Costa Rica, Cuba, México, Colômbia e Portugal.

Destaca-se que, antes do conhecimento desenvolvido e propagado pelo Grupo Ibero-americano de Gestão de Documentos Administrativos a respeito da identificação, Vicenta Cortés Alonso, juntamente com o Grupo de Arquivistas de Madrid em 1981, apresentam um modelo de análise tipológica estabelecendo parâmetros voltados para normalizar os procedimentos de classificação e avaliação. A partir da exposição desse modelo, a aplicação da metodologia estendeu-se para outros grupos de arquivistas que atuavam na administração pública espanhola” (PENHA e RODRIGUES, 2013:31).

Nesse trajetória, notou-se apenas no ano de 1991, que o conceito foi apresentado por Conde Villaverde nas Primeiras Jornadas de Metodologia para a Identificação e Avaliação de Fundos Documentais das Administrações Públicas, realizadas em Madrid. O Grupo Ibero-americano de Gestão de Documentos Administrativos, desenvolveu um conceito para identificação, definindo-a como: “fase do tratamento arquivístico que consiste na investigação e sistematização das categorias administrativas e arquivísticas em que se sustenta a estrutura de um fundo” (CONDE VILLAVARDE *et al.*, 1992:18).

No cenário brasileiro, os estudos de identificação arquivística foram disseminados pelo Arquivo Nacional (AN) com a implantação do Programa de Modernização Institucional, Administrativa na identificação dos fundos. A partir desse programa, o Arquivo Nacional criou em 1985 o Grupo de Identificação de Fundos Internos – GIFI, o Grupo de Identificação Externo – GIFE e o Projeto de Gestão de documentos (1986). Esses grupos divulgaram, por meio de publicação de manuais técnicos, os entendimentos e assimilações desencadeados na aplicabilidade dessa metodologia.

Posteriormente ao desenvolvimento da metodologia de identificação de fundos<sup>1</sup> pelo AN, o termo de identificação é apresentado no *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística* (BRASIL, 2005a:94) como o “processo de reconhecimento, sistematização e registro de informações sobre arquivos, com vistas ao seu controle físico e/ou intelectual”.

De início, o método foi elaborado para tratamento documental na fase permanente, mas com passar do tempo os arquivistas perceberam que conhecer o contexto do órgão produtor é uma ferramenta valiosa para assimilar também os “procedimentos e operações técnicas [...] referentes à produção, tramitação, uso e avaliação na fase corrente e intermediária [...]” (BRASIL, 2005a:100), prevista pela gestão documental. Contudo, percebe-se que a

---

<sup>1</sup> Aqui compreendido como: “Unidade constituída pelo conjunto de documentos acumulados por entidade que, no arquivo permanente passa a conviver como arquivos” (BELLOTTO e CAMARGO, 2012:51).

identificação arquivística apresentou contribuições no campo das funções arquivísticas de classificação e avaliação.

Constata-se que o conhecimento produzido na aplicação da metodologia de identificação “(...) informam as características dos tipos documentais e do vínculo que mantém com o contexto onde são produzidos, base para a classificação e avaliação das séries documentais”<sup>2</sup> (RODRIGUES, 2013:78). Dessa forma, o conjunto de documentos visto como resultado do exercício da função, subfunção, atividade correspondem a série documental. Aqui tipo documental é compreendido como a “configuração que assume espécie documental de acordo com a atividade que gerou” (CAMARGO e BELLOTTO, 2012:80).

Na atual conjuntura, a identificação arquivística integra as discussões de padronização da produção documental, deslocando-se para a fase de manifestação da vontade da administração na concepção do documento de arquivo. Nesse sentido, a identificação pode auxiliar no estudo a respeito da produção de documentos fotográficos institucionais que compõem os conjuntos documentais.

## **2.2. Documentos fotográficos sob a perspectiva da identificação arquivística**

Uma visão preponderante é que a fotografia surgiu da ciência e da arte (CLAYTON, 2019). Por sua vez, Madio (2016) aponta que as características de cientificidade e de neutralidade configuraram à fotografia um caráter de controle, prova e registro. Pois, os processos fotográficos requerem diretrizes básicas, tais como: aspectos técnicos e estéticos além da qualidade de imparcialidade (POZZEBON, FREITAS e TRINDADE, 2017).

Porém, as fotografias enquanto registros oficiais são engrenagem de um processo que os governos e as empresas legislam, implementam políticas, e as fotografias transmitem de maneira não verbal um contexto ideológico de valores e crenças institucionais (SCHWARTZ, 1995). O trabalho dos arquivistas é de verificar e autenticar a origem e o propósito da produção desta fotografia institucional e confirmá-la para seu produtor (PARINET, 1996).

Para que as ações sobre o mapeamento da sua produção sejam conhecidas e que seja mantida a origem desses documentos institucionais devem “ter sua própria cadeia de custódia para lhe garantir insuspeição. Requer, indispensável, exatidão através de uma gama de conhecimento prático-detalhista, que desta feita mensuram a real dimensão do assunto retratado” (POZZEBON, FREITAS e TRINDADE, 2017:16).

Monitorar o contexto de produção é essencial para a compreensão sobre os reais motivos que levaram a geração das fotografias. Sob esta premissa, de que as fotografias nos Arquivos têm a capacidade probatória *evidential value* de uma rotina burocrática, ficam evidentes ao se constatar que foram inseridas no final do século XIX, e ratificado no início

---

<sup>2</sup> “Série documental: é o conjunto de documentos do mesmo tipo documental produzido por um mesmo órgão, em decorrência do exercício da mesma função, subfunção e atividade e que resultam de idêntica forma de produção e tramitação e obedecem à mesma temporalidade e destinação” (BERNARDES e DELATORRE, 2008:30).

do século XX, por diferentes setores das administrações no âmbito público e privado (LACERDA, 2012).

Heredia Herrera (1993) afirma que permanecem diferentes aspectos que necessitam ser esclarecidos a respeito das fotografias institucionais, tais como os elementos das esferas terminológicas, de conservação, e das possibilidades informacionais, dos modos de organização, do tratamento processual, e da classificação e análise.

Assim, as funções arquivísticas de identificação, classificação, avaliação/descarte e guarda permanente devem ser aplicadas nos documentos fotográficos institucionais, desde a sua geração sempre considerando o fluxo documental, ou seja, procurando especificar a atividade geradora para com isso evidenciar as ações realizadas pela instituição (MADIO, 2012).

Dessa maneira, nota-se que a Arquivologia, como campo teórico, ainda carece de aprofundamento sobre a compreensão desses documentos e os estudos sobre espécies e tipos documentais podem auxiliar, não no sentido da crítica diplomática aplicada para documentos de gênero textual, mas sim para analisar os elementos internos e externos, uma vez que ele está em um contexto específico de produção que é parte inerente das funções, atividades e tarefas administrativas.

Nesta tentativa, Delmas (2015) apresenta a dificuldade de identificar e nomear os documentos produzidos em novos suportes e isso inclui a fotografia. Pois, segundo o autor muitas vezes o processo da técnica de registro é utilizado para que se nomeie o documento, como, por exemplo, usar registro fotográfico, como sinônimo de espécie ou tipo documental. Todavia, ao pensar nos estudos sobre tipologia documental esse procedimento não é somente limitá-lo a forma de registro e transmissão, mas necessita-se relacioná-lo ao contexto em que está inserido.

Assim, para ser científica, a definição diplomática de um documento contemporâneo não pode, na maior parte dos casos, limitar-se a uma única palavra. Ela precisará ser uma expressão que concilie o **estatuto jurídico, a função, e a ação** - e, muitas vezes, a natureza do suporte (DELMAS, 2015:40 grifo nosso).

Contudo, o principal aspecto a ser analisado na identificação do tipo documental é a abordagem contextual e as relações, independentemente do gênero documental, restando ao arquivista analisar e estudar junto com os produtores estabelecendo essa amplitude de atuação “além dos nexos internos entre os documentos do arquivo, cumpre caracterizar os elementos que lhe são exteriores” (CAMARGO e GOULART, 2007:42).

Por muito tempo os documentos fotográficos, foram negligenciados por parte dos arquivistas bem como pelo manuais de Arquivologia pelo fato de não serem classificados e nem avaliados, uma vez que não eram entendidos como documento que precisassem passar por uma avaliação, mas considerados sempre de guarda permanente, independentemente da função original. Neste sentido,

O documento fotográfico é, em inúmeros casos, uma das partes que compõem um arquivo, independentemente do conhecimento que este expõe ou da área que representa. Como unidades de informação que são, os arquivos desempenham um papel fundamental na relação entre os utilizadores, o

arquivo e os serviços que este possui, tendo, ainda, como motivação a resposta a todas as necessidades de informação que lhes são apresentadas” RODRIGUES, 2017:57-58).

Porém, esses documentos são produtos de atividades administrativas passíveis de análise no ato de identificar, classificar e avaliar com os mesmos critérios de quaisquer documentos, independente de sua linguagem visual. Contudo, contemporaneamente as fotografias digitais são produtos criados por softwares e hardwares, por esse motivo, é importante identificar aspectos relacionados à desmaterialização, aqui compreendida como ausência de uma estrutura física da imagem, seja quanto aos aspectos morfológicos, relacionado à química, composição, quanto aos fatores de conservação e preservação a longo prazo, entre outros (IGLÉSIAS I FRANCH, 2008). Dessa maneira, os profissionais e as instituições devem levar em consideração ao abordar a fotografia digital no ambiente arquivístico, ressaltando:

a necessidade do conhecimento e compreensão dos aspectos formais e tecnológicos, além dos atributos de ordem social das fotografias digitais; [...]. A metodologia arquivística e os princípios que devem apresentar uma visão geral que vai além da natureza física e lógica dos documentos produzidos e por fim, [...]. O problema da preservação a longo prazo, a principal premissa é a obrigação de trabalhar com padrões e formatos não proprietários (IGLÉSIAS I FRANCH, 2004, tradução nossa).

Isto posto, apresenta-se uma proposição de ações realizadas visando contribuir na árdua tarefa da identificação da função geradora de documentos fotográficos para elaboração do Plano de Classificação e na Tabela de Temporalidade de Documentos de uma instituição pública.

### **3. Procedimentos metodológicos**

A pesquisa é de natureza qualitativa, caracterizada como descritiva e exploratória cujo o universo é a efetivação do Programa de Gestão Documental do Município de Rio Claro, Estado de São Paulo. Especialmente na elaboração do Plano de Classificação e Tabela de temporalidade de documentos e acesso. Apresenta-se o delineamento em três etapas: arcabouço teórico-metodológico; constituição do objeto empírico a Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMA; e a análise e interpretação dos resultados.

Na primeira etapa, realizou-se o levantamento do referencial teórico-metodológico dos principais autores da temática abordada no artigo, no que diz respeito ao campo da Arquivologia: identificação arquivística; tipo documental; gestão de documentos; fotografia no ambiente arquivístico e pesquisa documental legislativa sobre a Administração Municipal do cidade de Rio Claro, interior do Estado de São Paulo, com ênfase na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, objeto da pesquisa.

Na segunda etapa, apresenta-se o diagnóstico da produção documental da SEMA. Trabalho realizado pela equipe do Arquivo Público e Histórico de Rio Claro, com uma Ficha de Avaliação de Documentos, porém, se notou que não mencionava o tipo fotográfico, surgindo o questionamento do motivo por que não foi relacionado. Diante do exposto, analisamos a Lei Complementar nº 122, de agosto de 2017 (RIO CLARO, 2017), que trata

da Estrutura da Administração da Prefeitura de Rio Claro objetivando encontrar os procedimentos administrativos para produção dos documentos, incluindo os tipos fotográficos. Observa-se que a lei não tem a pretensão de definir os atos administrativos ou regulatórios dos órgãos da Administração Pública, assim sendo, a equipe do APHRC verificou se existiam decretos, portarias ou instruções normativas delimitando atos de caráter eminentemente normativos balizadores das atividades institucionais da SEMA.

Como resultado dessa pesquisa foi a inexistência dos atos normativos importantes para o desenvolvimento da rotina administrativa a partir das funções e atividades do órgão. Consequentemente, essa ausência indicou a necessidade de seguir outra lógica para compreensão das atividades da secretaria estudada, por sua vez direcionamos o olhar para o conhecimento empírico, ou seja, o como fazer do corpo técnico dos setores pois inferimos que tais normas gerais foram estabelecidas pelos funcionários, uma vez que desempenham o seu trabalho, no entanto não foram objeto de análise ou validação dos gestores, a fim de estabelecerem a regulamentação dos feitos administrativos implementando procedimentos internos, bem como a padronização dos documentos.

As consequências da ausência de normas administrativas na análise do órgão produtor para entendimento do contexto de origem dos documentos fotográficos fez com que a equipe do APHRC revisse o método de levantamento da produção de documentos, concluindo que no exame dos dados coletados há incoerência de informações a respeito da produção de documentos fotográficos, sendo necessário reuniões com a Gerência de Unidades de Conservação, do Departamento de Manejo Florestal da Secretaria Municipal de Meio Ambiente a fim de compreender sua elaboração e produto de um órgão finalístico da Administração Pública de Rio Claro. A terceira fase do projeto, sobre a análise e interpretação dos resultados, apresenta com os detalhes a elaboração dos instrumentos de Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade de Documentos e Acesso.

#### ***4. Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMA): histórico administrativo***

A Lei Complementar nº 122, de agosto de 2017, trata da Estrutura da Administração da Prefeitura de Rio Claro, onde a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMA) é um dos órgãos finalísticos. No parágrafo único da lei “Os Órgãos Estratégicos, de Suporte Administrativo e os Finalísticos diferem-se pelo perfil das atividades desempenhadas e em razão do quantitativo de cargos de direção, chefia e assessoramento que integram sua estrutura”. De modo a compreender a extensão de atuação da SEMA relacionamos as competências (Quadro 1).

Em síntese, as competências basicamente são a essência da atuação dos Departamentos e Gerências da SEMA, o que repercutirá diretamente nas rotinas administrativas provocadas pelas solicitações dos munícipes e entidades privadas. Importante salientar a probabilidade de determinadas demandas internas dos órgãos da Administração requerer o posicionamento da SEMA antes de deliberar permissões nas atividades na área ambiental.

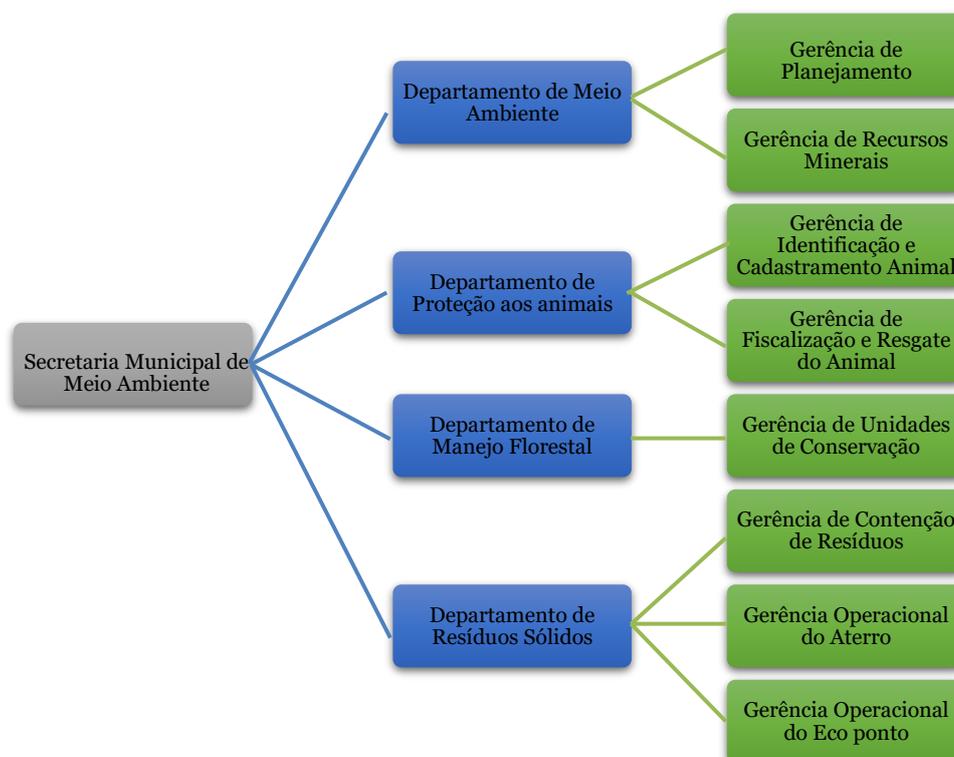
**Quadro 1 – Competências da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMA)**

Competências
Definir a política municipal de meio ambiente, coordenando o seu processo de formulação, aprovação, execução, avaliação e atualização;
Analisar, acompanhar e fiscalizar as políticas públicas setoriais que tenham impacto no meio ambiente;
Realizar o controle e a fiscalização ambiental, visando ao desenvolvimento sustentável do Município;
Promover ações para regularização, proteção, conservação e recuperação dos recursos naturais;
Definir política de limpeza municipal, através do planejamento, da gestão e fiscalização da coleta, reciclagem e disposição dos resíduos sólidos, por administração direta ou através de terceiros;
Coordenar a elaboração e implementação da política municipal de proteção aos animais.

**Fonte:** Adaptado da Lei Complementar nº 122, de agosto de 2017

Em conformidade com a Lei Complementar nº 122, de agosto de 2017, apresenta-se a estrutura da SEMA, porém não se faz uso da hierarquia das secretarias para elaboração dos instrumentos de gestão, devido a possibilidade de modificação dos órgãos, oportunamente oriundas de mudança de função e atividades repassadas para outro área da administração pública e também aqueles que são alvo de supressão ou mesmo extinção.

**Fig. 1 – Organograma da SEMA**



**Fonte:** Adaptado da Lei Complementar nº 122, de agosto de 2017

Portanto, a Secretaria analisada possui capilaridades com outras secretarias, primordialmente com a Secretaria Municipal de Obras, cuja atribuição é a de: “Coordenação e execução das obras municipais, sejam patrimoniais ou de domínio público, além de fiscalizar a execução de obras contratadas a terceiros pelo regime de empreitada global ou não e agir diretamente nas obras executadas pela Administração Municipal” (RIO CLARO, 2017).

Embora os órgãos da Administração Pública sejam independentes no desenvolvimento de sua atribuição podem atuar de formas consultivas ou deliberativas de outros setores, dependendo da solicitação de serviço, denúncia do munícipe ou da própria administração. Para tanto, o instrumento primordial para a SEMA são as diretrizes e objetivos da Política de Meio Ambiente descritas no Plano Diretor (PD), segundo a Lei Complementar nº 128, de 4 de dezembro de 2017, que institui o *Plano Diretor de Desenvolvimento do Município de Rio Claro*. O art. 1º da lei define:

O Plano Diretor de Desenvolvimento de Rio Claro é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana e rural do Município, orientando o ordenamento físico e territorial do município, promovendo o desenvolvimento sustentável, garantindo a função social da cidade e o bem-estar de seus habitantes (RIO CLARO, 2017).

Dentro dos princípios do Plano Diretor, no art. 4º “O planejamento municipal é representado, entre outros instrumentos, pelo Plano Diretor de Desenvolvimento, conforme previsto no artigo 184 da Lei Orgânica do Município, destacando o “[...] Meio ambiente ecologicamente equilibrado para as atuais e futuras gerações” (RIO CLARO, 2017). Dessa maneira, após compreender as competências e a estrutura administrativa foi iniciada a tentativa de identificar os tipos fotográficos produzidos pela SEMA.

### **5. Apresentação dos resultados: estabelecendo os tipos documentais fotográficos**

A primeira percepção acerca da inconsistência do preenchimento da Ficha de Avaliação de Documentos foi em relação ao documento fotográfico, que não foi reconhecido como documento de arquivo pelo corpo técnico da SEMA.

Na conferência que fizemos para nos certificar de quais documentos integravam efetivamente as relações listadas pelos setores, verificamos a existência destes documentos nomeados: fotos, fotografia aérea e ortofoto, que integram uma parte na elaboração dos seguintes documentos: Processo de solicitação de uso do solo para mineração; Processo de licença de diretrizes para uso e ocupação do solo e Processo de licença de diretrizes para uso e ocupação do solo.

Assim, foi detectada as dificuldades dos servidores não incluírem os documentos fotográficos no levantamento da produção documental, desta maneira, retomamos as conversas com a Gerência de Unidades de Conservação, do Departamento de Manejo Florestal da Secretaria Municipal de Meio Ambiente na tentativa de descobrir o motivo de não repassarem esse dado. Apesar da inexistência desses documentos no preenchimento da Ficha de Avaliação de Documentos do órgão produtor não o desclassifica como menos

importante, pelo contrário, enfatiza o não reconhecimento desses documentos como sendo documentos de arquivo.

Por este motivo, constata-se a necessidade de inseri-los no Índice alfabético, remissivo e permutado, como mostraremos no quadro abaixo.

**Quadro 2 – Identificação dos tipos documentais na TTD-SEMA**

<b>Tipo documental</b>	<b>Compõe documento</b>	<b>Atividade</b>	<b>Subfunção</b>	<b>Função</b>
Fotografia aérea do terreno para uso do solo	Processo de solicitação de uso do solo para mineração	Planejamento e autorização ambiental	Promoção, fiscalização, acompanhamento, permissão e proteção ambiental	Gestão da política ambiental
Fotografia aérea do terreno vistoriado	Processo de licença de diretrizes para uso e ocupação do solo			
Ortofoto de área destacada	Processo de licença de diretrizes para uso e ocupação do solo			

**Fonte:** Adaptação do Decreto nº 11.699, de 20 de dezembro de 2019

Na identificação do tipo documental aparece outra inquietação: qual o gênero documental desses documentos? A partir dessa pergunta buscamos no *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística* (BRASIL, 2005a:73) a definição de gênero documental, “é a reunião de espécies documentais que se assemelham por seus caracteres essenciais, particularmente o suporte e formato, e que exigem processamento técnico específico e, por vezes, mediação técnica para acesso”.

O grande desafio no momento de atribuir a qual gênero documental os documentos do Quadro 2, exigindo uma reflexão sobre o processamento técnico oriundos de tecnologia específica, portanto documentos digitais. O processo de criação desses documentos não se origina do suporte papel, entretanto para sua tramitação são impressos e incorporados fisicamente aos processos visando subsidiar as ações administrativas, ou seja, eles são reproduzidos em parte não digital, até mesmo por uma questão de facilitar a visualização do documento composto durante a tramitação, por este motivo consideramos como documentos híbridos<sup>3</sup>. Importante salientar que se for necessário os funcionários do setor poderão consultar os documentos originais.

<sup>3</sup> Documento constituído por parte digital e parte não digital. A Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos - CTDE, no *Glossário de Documentos Arquivísticos Digitais*, apresenta o **Processo**

As fotografias aéreas no *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística* (BRASIL, 2005a:95) são descritas como, “fotografia obtida com a utilização de câmara aerotransportada, com eixo perpendicular ao solo, aplicada na elaboração de mapas”, considerando-as como documentos cartográficos. Dessa forma, o que até então consideramos como fotografia, ou seja, imagem fixa, é colocado como documento cartográfico. Ademais, no mesmo dicionário encontra-se a definição de documento cartográfico como “Gênero documental integrado por documentos que contêm representações gráficas da superfície terrestre ou de corpos celestes e desenhos técnicos, como mapas, plantas, perfis e fotografias aéreas” (BRASIL, 2005a:95).

Assim, o tipo documental proposto pela SEMA, “Ortofoto de área destacada” também foi acrescentado ao Índice alfabético, remissivo e permutado, devido ao fato de integrar o Processo de licença de diretrizes para uso e ocupação do solo. No que tange a esse tipo de documento cartográfico, segundo Wolf (1983), as ortofotos são geometricamente equivalentes a mapas convencionais planimétricos de linhas e símbolos, os quais também mostram as posições ortográficas verdadeiras dos objetos.

Entretanto, é um mapa fotográfico obtido por meio de captação de imagens aéreas com uma representação detalhada do terreno para o qual o projeto se destina, neste caso para licença de uso e ocupação do solo. Embora ainda seja uma cópia, serve de base para análise do processo administrativo. O *Dicionário Cartográfico* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) classifica o mapa como

Representação no plano, normalmente em escala pequena, dos aspectos geográficos, naturais, culturais e artificiais de toda a superfície (Planisfério ou Mapa Mundi), de uma parte (Mapas dos Continentes) ou de uma superfície definida por uma dada divisão político-administrativa (Mapa do Brasil, dos Estados, dos Municípios) ou por uma dada divisão operacional ou setorial (bacias hidrográficas, áreas de proteção ambiental, setores censitários). (INSTITUTO..., 1993).

Pode-se, então, identificar que a ortofoto trata-se de uma representação por imagem com aspectos geográficos, porém, enquanto se levantava o arcabouço teórico dos documentos percebemos a indicação de mapa no *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*, remetendo a documento cartográfico.

As distorções causadas anteriormente, sobretudo na identificação do gênero documental (cartográfico, iconográfico e etc.) dificultaram o entendimento se é documento cartográfico ou iconográfico. A medida que o projeto avançava tais questionamentos também nos acompanhavam, mas decidimos enquadrá-los como documentos de arquivo inserindo-os no PC, TTD e Índice.

Na próxima etapa da fase de identificação de tipos documentais agrupamos os documentos pelas espécies documentais. A fixação da espécie documental é delimitada pelo *Dicionário*

---

**híbrido** constituído de documentos digitais e não digitais de natureza diversa, oficialmente reunidos no decurso de uma ação administrativa ou judicial, formando um conjunto conceitualmente indivisível.

*brasileiro de terminologia arquivística* (BRASIL, 2005a) como uma “Divisão de gênero documental que reúne tipos documentais por seu formato. São exemplos de espécies documentais ata, carta, decreto, disco, filme, folheto, fotografia memorando, ofício, planta, relatório” (BRASIL, 2005a:85).

Já no *Dicionário de terminologia arquivística* (CAMARGO e BELLOTTO, 2012:46), a “espécie documental é a configuração que assume um documento de acordo com a disposição e a natureza das informações nele contidas”. Neste escopo, como designar a espécie documental adentrando na análise dos elementos internos preconizados pela análise diplomática, de documentos fotográficos com representação em imagens fixas?

Revisamos a literatura de Arquivologia, principalmente no que tange a identificação de tipos documentais, com o intuito de identificar documentos iconográfico (imagens fixas, imagens impressas, desenhadas ou fotografada). Essa pesquisa suscitou considerações teóricas e metodológicas sobre o tratamento de documentos iconográficos no cenário internacional e nacional, porém sentimos falta de publicações e relatos da aplicação de procedimentos de organização documental na produção do PC e TTD.

Almejando prosseguir com o projeto, direcionamos para outro caminho a pergunta: como os Planos de Classificação e Tabelas de Temporalidade de Documentos e Acesso fizeram a identificação dos tipos fotográficos? Nesse sentido, vamos restringir o campo de análise apenas aos instrumentos publicados no Estado de São Paulo. Desse modo, no *Plano de classificação e Tabela de temporalidade de documentos da administração pública do Estado de São Paulo: atividades-meio*, verificamos o tipo documental “Registro Fotográfico”, e criamos um quadro.

**Quadro 3 – Identificação dos tipos documentos no PC e TTD**

Função	Subfunção	Atividade	Tipo documental
Comunicação Institucional	Assessoria de Imprensa	Editoração e programação visual	Registro fotográfico
Gestão de Recursos Humanos	Coordenação de atividades de convivência infantil	Realização de atividades recreativas e pedagógicas	Registro fotográfico de evento infantil

**Fonte:** Adaptação do *Plano de classificação e Tabela de temporalidade de documentos da administração pública do Estado de São Paulo: atividades-meio* (2018)

No *Plano de classificação e Tabelas de temporalidade de documentos para as administrações públicas municipais*, publicado em 2007, também se utiliza “Registro fotográfico”. Tendo como objetivo de torná-los visíveis elaboramos um quadro com os tipos documentais fotográficos a seguir.

**Quadro 4 – Identificação dos tipos documentais no PC e TTD da Administração Pública Municipal**

<b>Grupo funcional</b>	<b>Subgrupo funcional</b>	<b>Função</b>	<b>Série</b>
Serviços públicos	Gestão territorial e ambiental	Transporte público / serviços de trânsito / sistema viário	Registros fotográficos de infrações cometidas no trânsito
Serviços públicos	Educação	Integração da educação com outras áreas	Registros fotográficos de eventos, programas e projetos da Secretaria de Educação
Serviços públicos	Ações sociais e cidadania	Coordenação de ações de proteção social às famílias em situação de vulnerabilidade e risco social	Registro fotográfico de projetos (arquivo fotográfico)
Serviços públicos	Segurança pública	Coordenação de ações relativas às políticas públicas na área de segurança do cidadão - em cooperação com os órgãos do estado e da união	Registros fotográficos de infratores/ indiciados

**Fonte:** Adaptação do *Plano de classificação e Tabela de temporalidade de documentos da administração pública municipal* (2007)

Por este motivo, decidimos utilizar a nomenclatura “Registro Fotográfico” adotada pelas publicações exemplificadas acima, mas concordamos que precisamos expandir o conhecimento sobre o tema, buscando artigos, livros ou experiências de outras instituições arquivísticas acerca de identificação de tipos documentais do gênero fotográfico.

Separamos o tipo documental ‘Registro fotográfico’ do levantamento de campo em áreas verdes porque esse documento foi inserido no PC e TTD. De acordo com o Termo explicativo dos tipos documentais da Tabela de Temporalidade de Documentos (TTD) da Secretaria Municipal de Meio Ambiente o “tipo documental” Registro fotográfico do levantamento de campo em áreas verdes, “Trata-se de registro fotográfico digital de áreas públicas ou privadas, com caracterização das interferências de possível supressão de vegetação ou degradação do meio ambiente” (RIO CLARO, 2019).

No Relatório de visita técnica nº 2, do Arquivo Público e Histórico de Rio Claro, a gestora da Gerência de Unidades de Conservação contextualizou o significado da supressão de vegetação:

Quanto a supressão, estas se dividem em exóticas e nativas. As exóticas que se encontrarem em situação fitossanitária emite-se o laudo de supressão e o pedido é encaminhado à Secretaria Municipal de Agricultura para realização da retirada. Se tratando de espécies nativas, o laudo de supressão é emitido juntamente com o Termo de Compensação Ambiental (para cada árvore

retirada, deverão ser replantadas quinze), além do processo ficar na secretaria pelo período de um ano a partir do pedido (ARQUIVO PÚBLICO..., 2019a:2).

Destaca-se, no trecho, que para a obtenção de permissão para supressão de árvore exótica ou nativa, se produzirão outros documentos, além de alternância do fluxo documental devido às atribuições de cada órgão. Para isto é preciso ter conhecimento da competência e atividade dos órgãos fronteiriços com a SEMA, a fim de se visualizar o que realmente é de responsabilidade da entidade. A análise da supressão de vegetação exige a produção de fotografias, sendo assim no relatório técnico de visita nº 2 do APHRC, os funcionários da Gerência de Unidades de Conservação “explicaram que as fotografias, podem ou não compor o documento, cabendo aos mesmos verificar a pertinência de inserirem imagens caso seja necessário”.

A gerência expõe a criação das fotografias, mas o termo não diz muita coisa sobre o objetivo dos documentos, por isso temos a necessidade de especificar qual a motivação administrativa para originá-los. No *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística* (BRASIL, 2005a:96) documento iconográfico é o, “gênero documental integrado por documentos que contêm imagens fixas, imagens impressas, desenhadas ou fotografadas, como fotografias e gravuras”.

Como especificado pela gerência da SEMA, a origem desse documento faz parte da rotina do corpo técnico para conferir no local a demanda apontada no requerimento do solicitante junto ao Processo de solicitação de supressão de árvore exótica. No pedido terá a indicação da supressão de árvores exóticas ou nativas, o qual referencia o lugar e espécies arbóreas possivelmente suprimidas. Desse modo, os itens arbóreos serão conferidos na localidade, se utilizando dos registros fotográficos pelo corpo técnico da SEMA incumbido de deferir ou indeferir a solicitação mediante a concepção pré-definida pelo Plano Diretor e pela Política Nacional de Meio Ambiente. O registro fotográfico é digital e fica alocado no servidor da SEMA, nomeado com o número interno referenciando o Laudo de avaliação técnica que vai compor o Processo de solicitação de supressão de árvore exótica.

Neste contexto administrativo, a princípio, a equipe do APHRC examinou se o documento fotográfico não fazia parte do Laudo de avaliação técnica; contudo, em conversa com o produtor, enfatizaram a funcionalidade do documento gerado sem fotografias, porém fundamentado nas imagens e análise do território. Assim, o documento fotográfico possui a finalidade de auxiliar o corpo técnico com atribuição de autorizar ou negar um pedido no âmbito de conservação de áreas verdes, dentro da função de regularização, conservação e recuperação dos recursos naturais, e além disso também visa confrontar as informações até então expostas na solicitação.

Quando os funcionários do setor foram interpelados pela equipe do APHRC sobre a possibilidade do documento fotográfico ser incorporado ao Laudo de avaliação técnica, o produtor reforçou a total independência desse documento do laudo, pois sua produção foi determinada pela atividade de averiguar a veracidade de informação na solicitação do serviço de supressão de árvore exótica e nativa. Todavia, o produtor não descartou a possibilidade do documento fotográfico incorporar o Laudo de avaliação técnica, apesar de dizer que isto raramente acontece.

Logo em seguida, “Os funcionários aproveitaram para enfatizar que estes documentos não precisam ser de guarda permanente, [...], uma vez emitido não teria por que guardá-los por

longo prazo” (ARQUIVO PÚBLICO..., 2019b). Surpreendentemente, na contramão do imaginável pela equipe, o gestor afirmou que o documento fotográfico deverá ser eliminado após o cumprimento da sua função, devido ao fato de simplesmente ter cumprido o seu propósito de averiguação da vegetação em questão, afirmando que posteriormente não terá nenhuma utilidade administrativa para o setor.

Assim sendo, o Registro fotográfico do levantamento de campo em áreas verdes é incluso no Plano de Classificação da SEMA em: função - Gestão da política ambiental; subfunção - Regularização, conservação e recuperação dos recursos naturais e atividade - Autorização e controle da conservação das áreas verdes. Na Tabela de Temporalidade de Documentos e Acesso da SEMA, o prazo na unidade produtora esgota-se com a emissão da avaliação por meio do Laudo de avaliação técnica, na unidade de arquivo ficará por cinco anos e a destinação é a eliminação.

### 6. Considerações finais

Buscou-se evidenciar neste estudo de caso a complexidade na elaboração do *Plano de classificação e Tabela de temporalidade de documentos: atividade-fim*, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Rio Claro, no que tange a identificação de documentos fotográficos, reconhecendo sua produção, legitimando o uso e tratamento e definindo sua guarda.

Um fator de extrema relevância relacionado aos tipos fotográficos é a identificação do tipo documental, portanto, qual espécie documental utilizar para esses documentos dentro dos preceitos da análise diplomática na metodologia proposta neste projeto de elaboração do Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade de Documentos e Acesso da SEMA, principalmente no que se refere aos elementos internos das imagens.

Para a continuidade do processo de identificação de tipo fotográfico, buscaram-se metodologias e aportes teóricos na literatura arquivística para se conhecer soluções, mas observou-se as incongruências acerca do tema e os apontados de uma realidade que perpassa por alteração no ambiente administrativo de fotografia analógica para digital. Na atualidade, o processo de produção de fotografias digitais efetuadas pelos funcionários ocorre de maneira pontual na representação de um dado, para auxiliar a administração no desempenho de suas atividades.

Esses problemas e impressões levantados e identificados durante o processo de elaboração do *Plano de classificação e da Tabela de temporalidade de documentos* são reflexos também das lacunas teórico-metodológicas oriundas da literatura arquivística, pois há uma defasagem considerável na produção de aportes que visam propor procedimentos adequados de gestão documental contemplando os documentos fotográficos.

Por conta dessas e demais questões, como, por exemplo, os atos normativos, a legislação pertinente e tradição arquivística e institucional de como lidar com documentos fotográficos, esses documentos são identificados e inseridos inadequadamente nos instrumentos de gestão documental, sendo eximidos do processo de avaliação e sendo postulado, na maioria das vezes, sua guarda permanente. Além do mais, não são, como detectado na SEMA, compreendidos como documentos de arquivo e, sendo assim, não recebem o tratamento adequado. Por isso, deve-se estender a reflexão para os métodos de

arquivamento nos procedimentos de organização na fase corrente e as inter-relações originárias do contexto de produção importantes para conexões com as atividades que lhes deram origem.

Promover uma alteração nos procedimentos arquivísticos e administrativos que estão ligados a produção documental requer grande esforço dos profissionais, da instituição e demais equipes envolvidas direta ou indiretamente com produção documental. Criar uma cultura organizacional que lance um olhar mais refinado e adequado para que tais documentos possam ser inseridos nos processamentos de gestão documental e, assim, fazerem parte dos instrumentos de gestão, demanda tempo e mudança de procedimentos.

Tal mudança nesses processos deve ser refletida nos instrumentos normativos institucionais para que a nova cultura de fato seja implantada na instituição e possa refletir no bom funcionamento dos órgãos, bem como no processo de gestão documental e transparência pública. Nesse mesmo sentido, deve haver uma interlocução entre a teoria e a prática na área dos arquivos com o intuito de alinhar essas questões, amenizando as problemáticas existentes no que tange a inserção desses documentos no processo de gestão documental. Elaborar novos referenciais teórico-metodológicos que contemplem esses documentos, seja em qual forma, suporte ou formato, é de extrema valia para as instituições que lidam com esse gênero documental.

### **Referências bibliográficas**

#### **ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, Brasil**

2018 *Plano de classificação e tabela de temporalidade de documentos da administração pública do Estado de São Paulo: atividades-meio*. 2ª ed. [Em linha]. São Paulo: Arquivo Público do Estado, 2018. [Consult. 15 out. 2019]. Disponível em: [http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/gestao/pdf/2019\\_PUBLICACAO\\_PC\\_E\\_TTDMEIO\\_PARA%20DIVULGACAO.pdf](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/gestao/pdf/2019_PUBLICACAO_PC_E_TTDMEIO_PARA%20DIVULGACAO.pdf).

#### **ARQUIVO PÚBLICO E HISTÓRICO DE RIO CLARO, Brasil**

2019 *Relatório de visita técnica nº 2*. Rio Claro, 2019.

#### **ARQUIVO PÚBLICO E HISTÓRICO DE RIO CLARO, Brasil**

2019 *Relatório de visita técnica nº 13*. Rio Claro, 2019.

#### **BERNARDES, Ieda Pimenta**

2015 *Gestão documental e direito a acesso: interfaces. Acervo: revista do Arquivo Nacional*. [Em linha]. 28:2 (jul-dez. 2015) 164-179. [Consult. 15 out. 2019]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/107980>.

#### **BERNARDES, Ieda Pimenta; DELATORRE, Hilda Souza**

2008 *Gestão documental aplicada*. São Paulo: Arquivo Público do Estado, 2008.

#### **BERNARDES, Ieda Pimenta [et al.]**

2008 *Manual de elaboração de planos de classificação e tabelas de temporalidade de documentos da administração pública do Estado de São Paulo: atividades-fim*. [Em linha]. São Paulo: Arquivo Público do Estado, 2008. [Consult. 15 out. 2019]. Disponível em: [http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/publicacao/anexo/manual\\_de\\_elaboracao\\_de\\_planos\\_de\\_classificacao\\_e\\_tabelas\\_de\\_temporalidade\\_da\\_administracao\\_publica\\_do\\_estado\\_de\\_sao\\_paulo\\_atividades\\_fim.pdf](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/publicacao/anexo/manual_de_elaboracao_de_planos_de_classificacao_e_tabelas_de_temporalidade_da_administracao_publica_do_estado_de_sao_paulo_atividades_fim.pdf).

**BRASIL. Arquivo Nacional**

2005a *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: [A. N.], 2005.

**BRASIL. Arquivo Nacional**

2005b *Proposta para um programa de modernização dos sistemas arquivísticos dos países latino-americanos*. Rio de Janeiro: [A. N.], 1988.

**BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos**

2014 *Glossário de documentos arquivísticos digitais*. [Em linha]. 2014. [Consult. 15 out. 2019]. Disponível em:

[http://www.conarq.gov.br/images/ctde/Glossario/2014ctdeglossario\\_v6\\_public.pdf](http://www.conarq.gov.br/images/ctde/Glossario/2014ctdeglossario_v6_public.pdf).

**BRASIL. Leis, decretos, etc.**

1991 *Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991*: [Dispõe sobre a Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados e dá outras providências]. [Em linha]. 1991. [Consult. 20 jun. 2020]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8159.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8159.html).

**CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloísa Liberalli**

2012 *Dicionário de terminologia arquivística*. São Paulo: ARQ-SP, 2012.

**CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana**

2007 *Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais: procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos dos documentos de Fernando Henrique Cardoso*. São Paulo: IFHC, 2007.

**CLAYTON, Lewis**

2019 Photography and other media in the nineteenth century. *The American Archivist*. 82:1 (Spring/Summer 2019) 210-213.

**CONDE VILLAVERDE, Maria Luisa [et al.]**

1992 La Identificación y valoración de los fondos documentales de la administración estatal: problemas y metodología: Iberoamérica: idéntico tratamiento para una misma realidad. In JORNADA SOBRE METODOLOGIA PARA LA IDENTIFICACIÓN E VALORACIÓN DE FONDOS DOCUMENTALES DE LAS ADMINISTRACIONES PUBLICAS, 1ª, Madrid, 1992 - *Actas...* Madrid: Ministerio de Cultura, Dirección General de Bellas Artes y Archivos, 1992, p. 13-19.

**DELMAS, Bruno**

2015 Por uma Diplomática contemporânea: novas aproximações. In ARDAILLON, Danielle - *Dar nome aos documentos: da teoria à prática*. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2015, p. 31-56.

**DITADI, Carlos**

2018 O Papel da gestão de documentos no processo de desburocratização e transparência: um olhar sobre as iniciativas governamentais. In VI SEMINÁRIO DO SISTEMA DE GESTÃO DE DOCUMENTOS DE ARQUIVOS (SIGA), 6º, Brasília, 2018 – *Apresentação*. [Em linha]. Brasília: Ministério da Justiça, 2018. [Consult. 20 jun. 2020]. Disponível em: <http://siga.arquivonacional.gov.br/index.php/encontro-tecnico-dos-integrantes-do-siga/450-vi-seminario-do-siga-2>.

**GONÇALVES, Janice**

1998 *Como classificar e ordenar documentos de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998. (Projeto como fazer; 2).

**HEREDIA HERRERA, Antonia**

1993 La Fotografía y los archivos. In *Foro Iberoamericano de la Rábida: Jornadas Archivísticas, nº 2*. Palos de la Frontera, Huelva: Diputación Provincial, 1993.

**IGLÉSIAS I FRANCH, David**

2008 *La Fotografía digital en los archivos: que es y como se trata*. Gijón: Editora Trea, 2008.

**IGLÉSIAS I FRANCH, David**

2004 La Gestión de la imagen digital. *Hipertext.net*. [Em linha]. 2 (2004). Disponível em: [https://www.upf.edu/hipertextnet/numero-2/imagen\\_digital.html](https://www.upf.edu/hipertextnet/numero-2/imagen_digital.html).

**INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA**

2020 *Dicionário Cartográfico*. [Em linha]. 2020 [Consult. 10 maio 2020]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/metodos-e-outros-documentos-de-referencia/vocabulario-e-glossarios/16496-dicionario-cartografico.html?=&t=sobre>.

**LACERDA, Aline Lopes de**

2012 A Fotografia nos arquivos: produção e sentido de documentos visuais. *História, Ciências, Saúde*. 19:1 (2012) 283-302.

**MADIO, Telma Campanha de Carvalho**

2016 *Documento de arquivo: fotografia*. Marília: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2016. Tese (Livre-Docência).

**MADIO, Telma Campanha de Carvalho**

2012 Uma Discussão dos documentos fotográficos em ambiente de arquivo. In *Estudos avançados em Arquivologia*. Org. Marta Lígia Pomim Valentim. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012, p. 55-68.

**OLIVEIRA, Daise Aparecida**

2007 *Planos de classificação e tabelas de temporalidade de documentos para as administrações públicas municipais*. [Em linha]. São Paulo: Arquivo Público do Estado, 2007. [Consult. 15 out. 2016]. Disponível em: [http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/publicacao/anexo/planos\\_de\\_classificacao\\_e\\_tabelas\\_de\\_temporalidade\\_de\\_documentos\\_para\\_as\\_administracoes\\_publicas\\_municipais.pdf](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/publicacao/anexo/planos_de_classificacao_e_tabelas_de_temporalidade_de_documentos_para_as_administracoes_publicas_municipais.pdf).

**PARINET, Elisabeth**

1996 Diplomatic and institutional photos. *The American Archivist*. 59 (1996) 480-485.

**PENHA, Noemi Andreza; RODRIGUES, Ana Célia**

2013 A Noção de identificação arquivística na Espanha e no Brasil nas décadas de 1980-1990. *Prisma.com: revista de Ciências e Tecnologias da Informação e Comunicação*. [Em linha]. 21 (2013) 28-55. [Consult. 20 jun. 2020]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/67911>.

**POZZEBON, Bruna Regina da Silva; FREITAS, A. C.; TRINDADE, M. B.**

2017 Fotografia forense: aspectos históricos: urgência de um novo foco no Brasil. *Revista Brasileira de Criminologia*. [Em linha]. 6:1 (2017) 14-51. [Consult. 20 jun. 2020]. Disponível em: <http://www.abcperitosoficiais.org.br/ojs/index.php/rbc/article/view/144>.

**RIO CLARO. Prefeitura Municipal. Leis, decretos, etc.**

2019 *Decreto nº 11.699 de 20 de dezembro de 2019*: [Dispõe sobre a aprovação do Plano de classificação de documentos e Tabela de temporalidade de documentos das atividades-fim da Secretaria Municipal de Meio Ambiente]. Edição 1.044. 2019, p. 1-85.

**RIO CLARO. Prefeitura Municipal. Leis, decretos, etc.**

2017 *Lei Complementar nº 122, de 25 de agosto de 2017*: [Dispõe sobre alterações na Lei nº 89 de 22 de dezembro de 2014, que trata da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Rio Claro e dá outras providências]. [Em linha]. 2017. [Consult. 15 jun. 2020]. Disponível em:

<https://cespro.com.br/geraPDF.php?pasta=9320/2017/Lc0122>.

**RODRIGUES, Ana Célia**

2013 Identificação como requisito metodológico para a gestão de documentos e acesso a informações na administração pública brasileira. *Ciência da Informação*. 42:1 (jan./abr. 2013) 64-80.

**RODRIGUES, Joana Sousa**

2017 O Papel do documento fotográfico nos arquivos. *Páginas a&b: arquivos e bibliotecas*. [Em linha]. 3ª série, 8 (2017) 55-65. [Consult. 20 out. 2020]. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasueb/article/view/3336>.

**ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol**

1998 *Os Fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

**SÃO PAULO. Estado. Leis, decretos, etc.**

2004 *Decreto nº 48.897, de 27 de agosto de 2004*: [Dispõe sobre os arquivos públicos, os documentos de arquivo e sua gestão, os planos de classificação e a tabela de temporalidade de documentos da administração pública do Estado de São Paulo, define normas para a avaliação, guarda e eliminação de documentos de arquivo]. *Diário Oficial: Executivo*. (28 ago. 2004) 1.

**SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de**

2006 O Arquivista e as políticas públicas de arquivo. In CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 2º, Porto Alegre, 2006 – *Anais*. [Em linha]. 2006. [Consult. 20 out. 2019]. Disponível em: [http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/948/2/ARTIGO\\_ClassificacaoDocumentoArquivistico.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/948/2/ARTIGO_ClassificacaoDocumentoArquivistico.pdf).

**SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt**

2006 *Arquivos modernos: princípios e técnica*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

**SCHWARTZ, Joan M.**

1995 We make our tools and our tools make us: lessons from photography for the practice, politics and poetics of Diplomats. *Archivaria*. 40 (1995) 40-74.

**TRACE, Ciaran. B.**

2016 Dentro ou fora do documento?: Noções de valor arquivístico. In *Correntes atuais do pensamento arquivístico*. Org. Terry Eastwood, Heather Macneil. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016, p. 77-106.

**WOLF, Paul. R.**

1983 *Elements of Photogrammetry*. Singapore: McGraw-Hill Books Company, 1983.

**Luiz Antonio Santana da Silva | santana\_luizo6@yahoo.com.br**  
**Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Brasil**

**Noemi Andreza da Penha | noemiandreza10@gmail.com**  
Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil

**Telma Campanha de Carvalho Madio | telma.madio@unesp.br**  
Universidade Estadual Paulista (UNESP), Brasil

**Bruno Henrique Machado | machadobrunohenrique@gmail.com**  
Universidade Estadual Paulista (UNESP), Brasil

# AÇÕES DE COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO VOLTADAS PARA AS BIBLIOTECAS ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE VILA VELHA (ES)

INFORMATION LITERACY ACTIONS FOR SCHOOL LIBRARIES IN THE MUNICIPAL NETWORK OF VILA VELHA (ES)

Eliana Terra Barbosa | Marta Leandro da Mata | Gleice Pereira

<https://doi.org/10.21747/21836671/pag14a8>

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo analisar as contribuições da rede de bibliotecas escolares de Vila Velha (ES) no que se refere às ações para o desenvolvimento de competência em informação nos estudantes. Trata-se de uma pesquisa descritiva, em que se realizou uma pré-análise dos projetos desta rede de bibliotecas, selecionando-se uma amostra com seis, que abarcavam ações de competência em informação. Em seguida, foi empreendida uma análise a partir das quatro dimensões da competência em informação. Como resultados, verificou-se que os projetos apresentam aspectos referentes às dimensões técnica, estética, ética e política. Considera-se que essas ações possibilitam aos alunos da Educação Básica o acesso e uso às informações, bem como a capacidade para realizar uma análise crítica de seus conteúdos. Também podem-se oferecer subsídios para o planejamento de futuros projetos pela biblioteca supramencionada e para outras que tenham interesse pela temática.

**Palavras-chave:** Biblioteca escolar; Competência em informação; Rede de bibliotecas escolares; Vila Velha, Espírito Santo, Brasil.

**Abstract:** This article aims to analyze the contributions of the school library network in Vila Velha (ES) with regard to actions for the development of information literacy in students. It is a descriptive research, in which a pre-analysis of the projects of this network of libraries was carried out, selecting a sample with six, which included actions of information literacy. Then, an analysis was undertaken from the four dimensions of information literacy. As a result, it was found that the projects have aspects related to the technical, aesthetic, ethical and political dimensions. It is considered that these actions enable Basic Education students to access and use information, as well as the ability to perform a critical analysis of its contents. It is also possible to offer subsidies for the planning of future projects by the aforementioned library and for others that are interested in the theme.

**Keywords:** School library; Information literacy; School library network, Vila Velha, Espírito Santo, Brazil.

## 1. Introdução

A informação aliada às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) é empregada como base para conexão com o mundo. Percebe-se que a explosão da disponibilização de recursos informacionais, nos mais variados formatos, como os impressos, eletrônicos e audiovisuais, tem dificultado a organização do conhecimento e ampliado o acesso à informação. Sendo assim, torna-se um desafio preparar o aluno da Educação Básica para viver nesse cenário, de modo a proporcionar um aprendizado ao longo da vida.

Nesse contexto da sociedade contemporânea, as ações e/ou programas de competência em informação podem auxiliar os indivíduos a aprimorar e/ou desenvolver habilidades concernentes aos processos de busca, avaliação, uso crítico e comunicação da informação, respeitando seus aspectos éticos e legais, assim como possibilitar uma interação

permanente com os recursos informacionais. A International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA) expressa que:

Um cidadão competente, seja um estudante, um profissional ou um trabalhador, é capaz de reconhecer suas necessidades de informação, saber como localizar a informação necessária, identificar o acesso, recuperá-la, avaliá-la, organizá-la e utilizá-la. Para ser uma pessoa competente em informação, deve saber como se beneficiar do mundo de conhecimentos e incorporar a experiência de outros em seu próprio acervo de conhecimentos (LAU, 2008:8).

A American Association of School Librarians (1998), por meio do documento, *Information power: guidelines for school libraries media programs*, aponta a função pedagógica do bibliotecário e a importância da parceria entre docentes e equipe técnica nas ações de competência em informação nas bibliotecas escolares. Essa instituição criou os parâmetros voltados para o ensino fundamental, divididos em três eixos: competência para lidar com a informação, informação para a aprendizagem independente e informação para responsabilidade social.

Acredita-se que ações e/ou programas de competência em informação na biblioteca são fundamentais para a educação de crianças, jovens e adultos. Em outros países, como por exemplo, Estados Unidos, Espanha e Nova Zelândia, a competência em informação está inserida nas políticas pedagógicas nas instituições de ensino fundamental e superior, tendo a biblioteca participação ativa no processo de planejamento, implementação e aplicação de programas desta natureza.

A Declaração de Maceió (2011:2) discorre que “[...] as bibliotecas e outras instituições relacionadas com a informação devem estabelecer parcerias para ações estratégicas e políticas públicas envolvendo o sistema de educação obrigatória”, complementando que a biblioteca escolar é um centro de recursos para aprendizagem e desenvolvimento da competência em informação, sendo considerada a base inicial para a preparação no uso da informação.

A biblioteca escolar é considerada um espaço potencial e rico para mobilização do desenvolvimento de competência em informação, onde os alunos podem e devem experienciar vivências, aprendizados em seu cotidiano e preparar-se para inserção social e profissional. Dudziak (2003) pontua que as bibliotecas são instituições multiculturais, pluralistas e aprendentes, isto é, são locais adequados para possibilitar transformações nos aspectos educacionais, culturais e sociais.

Diante do exposto, este artigo teve como objetivo analisar as contribuições da biblioteca escolar no que se refere às ações de desenvolvimento de competência em informação na rede de bibliotecas escolares de Vila Velha (ES). Destaca-se que essas ações possibilitam aos alunos da Educação Básica o acesso e uso às informações, bem como a capacidade para realizar uma análise crítica de seus conteúdos. Também se podem oferecer subsídios para o planejamento de futuros projetos pela biblioteca supramencionada e para outras que tenham interesse pela temática.

A seguir, discute-se como o desenvolvimento de ações relacionadas à temática pode auxiliar no processo de ensino-aprendizagem e, ainda, o papel da biblioteca escolar para que os alunos sejam cidadãos autônomos e críticos.

## 2. Biblioteca escolar: espaço potencial de desenvolvimento da competência em informação

A biblioteca é considerada um espaço dinâmico, com potencial para a formação do leitor crítico, para o aprendizado acerca do universo informacional e de seus processos e formas de estruturação, bem como para a transformação social, cultural e educacional de todo cidadão. Diante do cenário atual, a biblioteca escolar tem como desafio ser um espaço potencial difusor, mediador da informação e educativo.

Em 2016, a IFLA publicou as *Diretrizes da IFLA para a biblioteca escolar* com orientações de suma importância para balizar os profissionais de bibliotecas escolares, gestores e educadores, tendo como objetivo garantir que toda comunidade escolar tenha acesso a programas e serviços eficazes, prestados por pessoal qualificado. A instituição apresenta um conceito de biblioteca escolar em uma perspectiva que envolve tanto o ambiente tradicional como aquele calcado nas TIC:

[...] um espaço de aprendizagem físico e digital na escola onde a leitura, pesquisa, investigação, pensamento, imaginação e criatividade são fundamentais para o percurso dos alunos da informação ao conhecimento e para o seu crescimento pessoal, social e cultura (INTERNATIONAL..., 2016:19).

Esse espaço vem sendo designado de variadas formas como “[...] centro de media, centro de documentação e informação, biblioteca/ centro de recursos, biblioteca/ centro de aprendizagem), contudo, biblioteca escolar é o termo mais utilizado e aplicado às instalações e funções” (INTERNATIONAL..., 2016:18).

No decorrer dos anos diversas instituições têm se preocupado com a biblioteca escolar e sua representação no contexto educacional, por exemplo, na década de 1980 foi publicada a obra *Modelo flexível para um modelo nacional de bibliotecas escolares* pela Organização dos Estados Americanos (OEA), trazendo aspectos bem atuais acerca da temática. A OEA (1985:22) salienta que a biblioteca escolar deve ter uma participação em todos os aspectos do programa educacional da escola, que é um local “[...] onde os educadores, estudantes e usuários em geral podem redescobrir e ampliar seus conhecimentos, desenvolver pesquisas, desenvolver aptidões para leitura, para opinar, para avaliar, assim como desenvolver meios de comunicação”.

Para a OEA (1985:22), a biblioteca escolar também deve estar inclusa nos currículos escolares, visto que oportuniza o fomento da leitura e de uma formação com base científica. É um espaço que propicia a aprendizagem permanente, “[...] estimula a criatividade, a comunicação, facilita a recreação, apoia os docentes em sua capacitação e lhes oferece informação necessária para tomada de decisão na aula”.

Na década de 1990, foi produzido o *Manifesto para Biblioteca Escolar*, preparado pela IFLA e aprovado pela UNESCO em sua Conferência Geral de novembro de 1999, que reforça a concepção da OEA de que a biblioteca escolar proporciona informação e ideias que são fundamentais para o desenvolvimento exitoso da sociedade. Enfatiza-se que ela proporciona um espaço adequado para a formação de competências relativa à aprendizagem ao longo da vida, contribuindo com o desenvolvimento da imaginação dos

alunos e preparando-lhes para viver como cidadãos responsáveis, cientes de seus direitos e deveres (INTERNATIONAL... e UNITED..., 1999).

O documento afirma que a biblioteca escolar contribui com a aprendizagem dos alunos por fazer parte do processo educativo. Para isso, apresenta oito objetivos que envolvem questões sobre o ensino-aprendizagem, a leitura, a cultura, a cidadania, os conhecimentos básicos e a informação, sendo eles:

- Apoiar e intensificar a consecução dos objetivos educacionais definidos na missão e no currículo da escola;
- Desenvolver e manter nas crianças o hábito e o prazer da leitura e da aprendizagem, bem como o uso dos recursos da biblioteca ao longo da vida;
- Oferecer oportunidades de vivências destinadas à produção e uso da informação voltada ao conhecimento, à compreensão, imaginação e ao entretenimento;
- Prover acesso em nível local, regional, nacional e global aos recursos existentes e às oportunidades que expõem os aprendizes a diversas ideias, experiências e opiniões;
- Organizar atividades que incentivem a tomada de consciência cultural e social, bem como de sensibilidade;
- Trabalhar em conjunto com estudantes, professores, administradores e pais, para o alcance final da missão e objetivos da escola;
- Proclamar o conceito de que a liberdade intelectual e o acesso à informação são pontos fundamentais à formação de cidadania responsável e ao exercício da democracia;
- Promover leitura, recursos e serviços da biblioteca escolar junto à comunidade escolar e ao seu derredor (INTERNATIONAL... e UNITED..., 1999:2-3).

Mediante estes parâmetros, a criação de ações de competência em informação ganha notoriedade e aplicabilidade no âmbito da biblioteca escolar brasileira, de modo a contribuir efetivamente para o processo de ensino-aprendizagem. De acordo com Campello (2003), essa temática vem colaborar para a construção de um novo paradigma educacional para a biblioteca.

Pode-se inferir que os princípios para o desenvolvimento de competência em informação na biblioteca escolar também estão preconizados implicitamente nas leis e parâmetros que regem a educação brasileira, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (BRASIL, 1996), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (BRASIL, 1997), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2017), a Lei Federal nº 12.244/10 (BRASIL, 2010), que dispõem sobre a universalização da biblioteca escolar, entre outros. Esses documentos são referenciais para elaboração dos projetos pedagógicos das escolas no País, com o objetivo de desenvolver nos alunos conhecimentos, habilidades e atitudes para tornarem-se cidadãos autônomos, críticos e aptos a fim de lidar com a sociedade da informação.

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/1996, nos artigos 22º e 32º inicia o tema quando descrevem:

Art. 22º A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

[...]

Art. 32º O ensino fundamental, com duração mínima de oito anos, obrigatório e gratuito na escola pública, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

**I** – o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

**II** – a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

**III** – o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

**IV** – o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social (BRASIL, 1996).

Observa-se uma relação destes artigos da LDB com as dimensões da competência em informação propostas de Vitorino e Piantola (2011), concernentes à técnica, estética, ética e política. A dimensão técnica refere-se ao “meio de ação no contexto da informação”, em que o indivíduo aprende a usar os recursos informacionais, desenvolvendo habilidades de busca, avaliação e uso da informação; a estética, quando menciona a “[...] capacidade de compreender, relacionar, configurar e ressignificar a informação”; a ética, no que corresponde ao uso e compartilhamento responsável da informação, visando ao bem comum; e a política, com maior ênfase no exercício da cidadania, aos direitos e deveres dos cidadãos, bem como sua participação ativa nas decisões e transformações sociais. De modo geral, ambas destacam a educação como um processo capaz de transformar o educando em cidadão autônomo e crítico (VITORINO e PIANTOLA, 2011:99).

Já nos PCN, desdobra-se o tema de competência em informação no que diz respeito aos objetivos gerais da educação para o ensino fundamental: “[...] saber utilizar diferentes fontes de informação e recursos tecnológicos para adquirir e construir conhecimentos” (BRASIL, 1997:69). Os PCN foram elaborados para orientar os educadores a buscarem novas abordagens e metodologias de ensino, contextualizando o conhecimento escolar quanto à sua interdisciplinaridade, incentivando o raciocínio e a capacidade de aprender do aluno. Neste sentido, a biblioteca escolar tem que criar oportunidades para que os alunos tenham acesso às informações nos mais variados suportes informacionais, bem como programas e ações para auxiliá-los no processo de transformação destas informações em conhecimento.

O documento mais recente e atualizado, que aborda a temática de competência com contundência, é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), na terceira versão do ano de 2018. Ele é norteador para a construção do currículo escolar, trazendo uma abordagem contemporânea para o cenário emergente. O documento traz de forma intrínseca a competência em informação, quando relata que ao longo da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), os alunos devem desenvolver dez competências gerais, que pretendem assegurar, como resultado de seu processo de

aprendizagem e desenvolvimento, uma formação humana integral, que vise à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. Nessa perspectiva, destacam-se aquelas competências que possuem inter-relação direta com a competência em informação, como as um, dois, quatro e cinco:

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas. [...]
4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva (BRASIL, 2018:9).

As competências essenciais aos alunos postuladas pela BNCC estão em harmonia e concordam com os princípios da competência em informação, o que sugere, no contexto brasileiro, momento ímpar ao protagonismo da BE, por meio de suas ações pedagógicas. Verifica-se a importância das bibliotecas escolares como espaço de construção cidadã, cultural, política e educacional, além de ser um lugar propício para o diálogo e construção das práticas de leitura e de escrita na formação do leitor crítico e criativo (RAMOS, CORTE REAL e OLIVEIRA, 2018).

Outro importante documento no âmbito escolar é o Projeto Político Pedagógico (PPP), que é a própria organização do trabalho pedagógico da escola, como um todo. Segundo Vasconcellos (2006:169), o projeto político-pedagógico é:

[...] a sistematização, nunca definitiva, de um processo de Planejamento Participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um importante caminho para a construção da identidade da instituição. É um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade. É um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação.

Campello (2009) compactua afirmando que as ações da biblioteca não podem ser realizadas isoladamente, sem objetivos. Tem que haver sentido e estarem pautadas e integradas aos conteúdos curriculares, pois a “[...] integração ao projeto pedagógico é fundamental para que os recursos disponíveis sejam adequadamente direcionados às necessidades curriculares da instituição, inserida e integrada nesse processo de construção

do conhecimento” (MATA e SILVA, 2008:32). Campello (2009) ainda sugere que as ações da biblioteca precisam estar inseridas em toda documentação da escola; conseqüentemente, no PPP também. Com isso, irá instituir e articular a existência e contribuição da biblioteca para a educação.

A participação e envolvimento do bibliotecário no planejamento do currículo escolar refletirão no desenvolvimento das habilidades dos alunos, assumindo um aprendizado contínuo e transformando-se em cidadãos competentes em informação. Por isso, o profissional precisa inculcar e tomar atitudes proativas realizando um esforço educativo para garantir que a biblioteca esteja presente e atuante nos documentos oficiais da escola. Para isso, faz-se necessária a participação do bibliotecário em todas as reuniões de planejamento pedagógico, garantindo a inclusão dos projetos e atividades da biblioteca na programação escolar.

Já para a Biblioteconomia Escolar, o grande marco na história foi a Lei Federal nº 12.244/10, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas escolares (BRASIL, 2010), apresentando perspectivas positivas para o futuro da biblioteca escolar brasileira e contribuindo também para a ampliação de discussões e ações de competência em informação. Pode-se inferir que a referida Lei é superficial, falta determinações específicas que garantam a concretização do estipulado no dispositivo legal, causando certo receio quanto ao seu efetivo cumprimento. Não apresenta orientações específicas em relação à construção, implementação e profissionais de atuação na biblioteca escolar.

Diante da superficialidade da Lei 12.244/10 e para corroborar e complementar a LDB, o Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) instituiu recentemente a Resolução CFB nº 199/2018, que dispõe sobre os parâmetros a serem adotados para a estruturação e o funcionamento das Bibliotecas Escolares, em seu “Art.1º: Estabelecer como padrão os parâmetros para a estruturação e o funcionamento das bibliotecas escolares das redes públicas e privadas da educação básica, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional” (BRASIL, 2018:1). Outro destaque que o CFB, juntamente com os Conselhos Regionais de Biblioteconomia (CRB), elaborou foi o *Programa mobilizador: biblioteca escolar construção de uma rede de informação para o ensino público* (BRASIL, 2009), ganhando destaque na classe bibliotecária. O documento propõe:

[...] o estabelecimento de um amplo esforço nacional, visando promover maior qualidade no ensino público através da criação e implantação de uma rede de informação dinâmica e eficaz. [...] Destaca que a oferta de um serviço eficiente de informação para a formação de autonomia crítica do cidadão brasileiro perpassa pela concepção de uma competência informacional, função também da biblioteca escolar. Aponta as estratégias a serem adotadas para execução da proposta, com destaque para todos os possíveis parceiros e responsáveis. Elenca indicadores que permitirão avaliar o projeto (BRASIL, 2009:4).

Apresentado o aporte teórico sobre a competência em informação na biblioteca escolar, legislação e diretrizes, torna-se urgente que os profissionais da informação inseridos na Educação Básica tomem para si a responsabilidade de contribuir para aprendizagem dos alunos na sociedade. Ressalta-se a importância de o bibliotecário conhecer e apropriar-se de todos os documentos, leis e diretrizes apresentadas anteriormente, garantindo assim sua participação e atuação no Ensino Fundamental. Sendo assim, apresentam-se, na seção a seguir algumas reflexões de como os bibliotecários e demais profissionais da educação

podem e devem garantir que os alunos tornem-se competentes e tenham condições de acessar e usar informações de forma eficaz, filtrando-as, levantando dúvidas sobre a sua autenticidade, validade e confiabilidade, bem como do seu compartilhamento.

### **3. Ações para desenvolvimento de competência em informação na biblioteca escolar**

As funções da biblioteca escolar vão muito além da mediação e fomento da leitura literária. Na era digital, com o acesso às inúmeras fontes de informação, faz-se necessário que os bibliotecários escolares concentrem seus esforços na busca de ações de competência em informação para que os alunos possam construir o conhecimento, entendendo seus direitos e deveres da cidadania global. Nesse sentido, as ações da biblioteca escolar devem focar nas “[...] necessidades sociais, atuando também como instituições mediadoras do aprendizado, auxiliando no desenvolvimento da competência informacional, visando formar indivíduos críticos, que saibam lidar com o conglomerado informacional” (MATA, 2012:151).

Nas considerações de Dudziak (2003:32), a educação voltada para as ações em competência em informação é aquela que “[...] adota práticas pedagógicas voltadas para a construção de conhecimento, o aprendizado independente e o aprendizado ao longo da vida, a partir da elaboração de projetos de pesquisa e da resolução de problemas”.

Para que essas ações alcancem os resultados esperados, Kuhlthau (2006) e Dudziak (2003) concordam que é um desafio para a escola ensinar os alunos nos processos de busca, seleção e avaliação de informações. Sendo necessário o envolvimento de todos, pois nem os professores e nem os bibliotecários podem fazer isso isoladamente. Assim, o bibliotecário desempenha um papel fundamental no enfrentamento desse desafio.

A colaboração entre o bibliotecário, docentes e equipe técnica-pedagógica da escola é de suma importância para o sucesso dos programas educacionais voltados para a competência em informação. Dudziak (2003) corrobora afirmando que o bibliotecário necessita reinventar-se, ser proativo, realizar projetos inovadores e atrativos. Deve, ainda, buscar o aprendizado contínuo, qualificações e competências. As parcerias firmadas com seus pares ampliam sua rede de comunicação e sua visibilidade profissional.

Pereira (2016:34) também contribui quando afirma que “[...] bibliotecários e professores estão envolvidos conjuntamente no planejamento, criação e implementação de ações que objetivam a aprendizagem tanto de conteúdos do programa como de habilidades de uso de informações, integrando a sala de aula e a biblioteca”.

Essencialmente, para desenvolver estas ações, deve-se procurar motivar a sensibilização e compartilhamento do planejamento das ações com a equipe técnica-pedagógica (bibliotecários, professores, pedagogos e coordenadores), gestores e comunidade escolar para que entendam a importância e participem de forma ativa no cumprimento do plano. A colaboração desses atores (equipe escolar) deve ser integral e presente no sentido de não só apoiar, mas estar junto na realização das atividades.

As *Diretrizes sobre desenvolvimento de habilidades informacionais permanentes* (LAU, 2008) podem dar subsídios para o desenvolvimento de ações em competência em informação. O documento apresenta, de forma sistematizada, uma sequência de etapas

para o alcance dos resultados esperados. No que tange ao planeamento estratégico, este deve conter: missão, visão, justificativa, forças e fraquezas, análise ambiental, estratégias, metas e objetivos, ações, recursos, orçamentos e cronograma (LAU, 2008).

Neste viés, Kuhlthau (2006) publicou a obra *Como usar a biblioteca na escola*, em que se desenvolveu um programa de atividades sequenciais para alunos dos anos iniciais até os anos finais do Ensino Fundamental. A pesquisadora propôs uma lista de habilidades de localização e interpretação para usar na biblioteca separadamente por faixa etária, bem como sugestões de atividades práticas e de fácil aplicação para o desenvolvimento das respectivas habilidades.

O programa é dividido em três fases, desenvolvidas de forma gradual respeitando as faixas etárias. A primeira fase atende às crianças de quatro a sete anos – período inicial de escolarização – tendo como objetivo prepará-las para usar a biblioteca, atraindo-as ao ambiente e criando afinidade com os livros, leitura e narração de histórias. Já, na segunda fase, contempla alunos de sete a 10 anos, sendo o objetivo aprender a usar os recursos informacionais com as práticas e interesses relacionados à leitura, bem como a busca informacional para as pesquisas escolares de forma independente. A última fase atende a alunos de 11 a 14 anos, que estão nas séries finais do Ensino Fundamental. A proposta é preparar esses estudantes para viverem na sociedade da informação, através do desenvolvimento de atividades que lhes permitirão recuperar informações de maneira autônoma.

A obra ainda discorre sobre as habilidades de localização e interpretação informacional e a importância do ambiente, de modo a adequar o programa à proposta da grade curricular da escola, adaptando-o aos temas estudados nas disciplinas. Kuhlthau (2006) ressalta que, nesta fase, os alunos já se preparam para usar os recursos informacionais no Ensino Médio, de forma independente.

Fundamentando-se nesta proposta, Mata e Silva (2008) adaptaram o livro e realizaram uma pesquisa junto a um grupo de alunos em uma escola da rede pública de ensino da cidade de Marília (SP), utilizando-se de diferentes recursos informacionais, levando em consideração o contexto escolar e as habilidades de um grupo específico de alunos com dificuldades de aprendizagem. Os resultados demonstraram que, além de adquirir habilidades para o uso da informação, desenvolveram habilidades para trabalhar em equipe em um ambiente de aprendizado, ouvindo e opinando nos momentos propícios.

Também se encontrou o relato de um projeto de extensão, desenvolvido por docentes e discentes dos cursos de Licenciatura e Bacharelado em Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, denominado: *Competência em Informação: implementação e avaliação de um programa para o âmbito escolar*, com as etapas de criação, implementação e avaliação. O projeto foi realizado no Colégio Pedro II, que é uma escola pública federal, localizada na cidade do Rio de Janeiro com alunos do sexto ano do Ensino Fundamental (SPUDEIT *et al.*, 2017).

No processo de elaboração, houve o cuidado em alinhar o Programa com a missão e o projeto pedagógico da instituição. No planeamento, houve a participação dos profissionais envolvidos, como a equipe da biblioteca e professores. A temática escolhida foi as Olimpíadas, dividida em seis ações para serem realizadas em diferentes ambientes da instituição, como a biblioteca, o laboratório de informática, o auditório, entre outros;

sempre com a presença de um professor. Buscou-se desenvolver diferentes competências, com atividades voltadas para identificação das necessidades informacionais, busca, avaliação, análise e síntese da informação por meio de diferentes estratégias. Destacam-se as diferentes estratégias e didáticas utilizadas como: palestras, esquemas de perguntas e respostas (*quiz*), jogos lúdicos, oficinas, teatros, produção textual coletiva e exposição dos trabalhos realizados. Ao final da execução do programa, os participantes preencheram uma ficha de avaliação para verificar se os objetivos das atividades foram atingidos, mesmo com pouco retorno, pois havia iniciado a greve, foi possível perceber o alcance dos objetivos (SPUDEIT *et al.*, 2017).

Neste âmbito, Bedin, Chagas e Sena (2015) procuraram investigar as ações de desenvolvimento da competência em informação com alunos de bibliotecas escolares da rede municipal de Florianópolis – SC, entendendo ser esse público adequado para iniciar a busca e utilização de informações essenciais para viver na sociedade contemporânea. Elaborou-se uma lista de ações capazes de desenvolver a competência em informação nas bibliotecas escolares, com aplicação por meio de um questionário. Selecionou-se uma amostra de seis bibliotecas para responder.

Os resultados demonstraram que as bibliotecas pesquisadas cumprem a função de mediadora da leitura, tendo responsabilidade de preparar os alunos para trabalharem com a informação, nos variados suportes e fontes, estimulando-os a pesquisar e o aprender ao longo da vida e, principalmente, desenvolver o senso crítico. Notou-se a integração da biblioteca com as atividades de sala de aula e a participação ativa dos bibliotecários nas ações de planejamento coletivo e discussões do PPP, facilitando a realização de melhores práticas para ensinar aos estudantes as formas de recuperação, acesso e utilização das informações disponíveis. Também se percebeu que há uma carência no direcionamento de capacitações referentes ao universo digital, consulta às fontes eletrônicas e a formação dos usuários para utilizar os recursos *web*, desenvolvendo o interesse, domínio e principalmente segurança (BEDIN, CHAGAS e SENA, 2015).

Por meio destes relatos, observa-se que a realização de ações de competência em informação no ensino fundamental possui impacto positivo no processo de ensino-aprendizagem dos alunos, principalmente no âmbito das atividades por meio do uso das fontes e recursos informacionais, visto que utilizam para o desenvolvimento das tarefas e pesquisas escolares; também se destaca que este processo propicia o trabalho colaborativo entre os estudantes. A seguir, serão apresentados os procedimentos metodológicos utilizados neste estudo.

#### **4. Metodologia**

Essa pesquisa se caracteriza quanto aos objetivos como descritiva, que tem “[...] como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis.” (GIL, 2008:44). No que se refere aos procedimentos, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, realizando-se um levantamento de artigos a respeito de ações e/ou programas de competência em Informação na Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), em sites de associações profissionais de âmbito nacional e internacional e em livros. Para a área de

Educação, procurou-se embasamento em leis e decretos que regulamentam o ensino no país e no município de Vila Velha, Espírito Santo.

Para os processos de seleção, coleta e análise dos dados, utilizou-se a análise de conteúdo de Bardin (2010), que contém três fases, a saber: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados obtidos e interpretação. Desta forma, realizou-se uma pré-análise dos projetos, selecionando-se uma amostra com seis projetos contendo ações de competência em informação realizadas pela rede de bibliotecas das escolas da Secretaria de Educação (Semed) da Prefeitura de Vila Velha, Espírito Santo, compreendidas entre o período de 2013 a 2019. No segundo momento, realizou-se o tratamento dos materiais, extraíndo dados referentes ao título do projeto, descrição e objetivos. Por fim, analisaram-se os dados, realizando-se uma análise com base nas quatro dimensões da competência em informação de Vitorino e Piantola (2011): a técnica, estética, ética e política.

É importante salientar que o Sistema Municipal de Ensino de Vila Velha conta com 101 escolas, sendo 38 Unidades de Ensino Infantil e 63 Unidades de Ensino Fundamental, que atendem aos alunos do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental e a Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), contabilizando-se cerca de 53.000 alunos. Para garantir o funcionamento, recursos informacionais e serviços de qualidade à comunidade escolar, o sistema dispõe de 60 bibliotecas escolares, que conta com uma coordenação, que faz parte da equipe da Semed.

Os documentos oficiais da Semed instituem e garantem a biblioteca escolar em todas as Unidades de Ensino, bem como de profissional bibliotecário (VILA VELHA, 2014; VILA VELHA, 2015a; VILA VELHA, 2015b). Assim, o governo está concentrando esforços para cumprir, na íntegra, o que determina na Lei 12.244/10 e as recomendações do Conselho Federal de Biblioteconomia.

## ***5. Apresentação e análise dos resultados***

Como discutido e referenciado nesta pesquisa, para que ocorra o desenvolvimento da competência em informação no ambiente escolar, faz-se necessária a implementação de ações, que, por sua vez, precisam do envolvimento de profissionais da educação - os gestores, a equipe técnica-pedagógica e o protagonista destas práticas, o bibliotecário - para alcançar os resultados esperados. Desta forma, apresentam-se ações desenvolvidas na cidade de Vila Velha, através da Secretaria de Educação, escolas e profissionais das bibliotecas.

A orientação da coordenação das bibliotecas é que as equipes de profissionais das bibliotecas (bibliotecários e auxiliares de biblioteca) participem das reuniões e planejamento pedagógico, demonstrando a valorização da biblioteca como recurso de ensino-aprendizagem, bem como possíveis ações e atividades a serem realizadas.

Neste sentido, as ações e atividades são integradas ao currículo das escolas para ensinar habilidades informacionais e criar experiências significativas de aprendizagem. Ressalta-se que é um trabalho que vem sendo construído aproximadamente há sete anos, envolvendo e unindo todos os atores (bibliotecários, professores, pedagogos, coordenadores, diretores e comunidade escolar) responsáveis no processo de ensino aprendizagem dos alunos.

Anualmente, a coordenação de bibliotecas juntamente com a equipe de bibliotecários e auxiliares planejam ações visando ao desenvolvimento da competência em informação. Posteriormente, os projetos, que são os produtos deste trabalho realizado pela equipe, são apresentados, analisados e avaliados pela equipe pedagógica da Semed, que contribuem com os alinhamentos pedagógicos necessários. O próximo passo consiste no parecer final do Secretário de Educação do município para dar autorização para o prosseguimento das atividades registradas nos projetos. Observa-se que é um trabalho coletivo, tornando-se mais viável atingir os objetivos traçados. Assim, relatam-se algumas dessas ações executadas nas escolas de Vila Velha, que são direcionadas aos alunos do ensino fundamental (1º ao 9º ano) e EJA.

**Quadro 1 – Ações para desenvolvimento de competência em informação**

	PROJETO	DESCRIÇÃO	OBJETIVOS PARA DESENVOLVIMENTO DE COINFO
Ensino fundamental (1º ao 9º ano e EJA)	Conhecendo a biblioteca	<p>Atividade de boas-vindas aos alunos da escola. A biblioteca é apresentada de forma lúdica e criativa aos alunos, mostrando e explicando as “regras” (os “combinados”) da biblioteca.</p> <p>Também se realizam atividades de contação de história, oficina de marcador de página e outras, de acordo com a faixa etária dos alunos.</p>	<p>Atrair os alunos para biblioteca;</p> <p>Despertar interesse pelos livros do acervo;</p> <p>Desenvolver habilidades de uso dos materiais da biblioteca.</p>
Ensino fundamental (5º ao 9º ano e EJA)	Leitura literária digital e pesquisas orientadas	<p>Atividades realizadas nos laboratórios de informática em parceria com professores de Tecnologia Educacional.</p> <p>Orientação nas busca por fontes de informação escolares, avaliação e organização dos materiais recuperados.</p> <p>Orientação na elaboração e formatação de trabalhos e pesquisas solicitadas pelos professores, de acordo com a faixa etária e de forma graduada.</p> <p>Inserção das Normas da ABNT.</p>	<p>Incentivar a leitura nos diversos recursos informacionais;</p> <p>Mediar a informação;</p> <p>Desenvolver habilidade de busca, seleção, avaliação, organização e utilização dos recursos informacionais;</p> <p>Formatar trabalhos escolares.</p>

<p>Ensino fundamental (1º ao 9º ano e EJA)</p>	<p>Contação de história Ciranda da leitura Encontro com escritores Sarau literário Concurso Leitor do ano.</p>	<p>Atividades diversas de leitura e apresentação de livros do acervo da biblioteca nos mais variados gêneros literários.</p>	<p>Apresentar os diversos gêneros literários; Incentivar a leitura e circulação da coleção da biblioteca; Conhecer escritores de obras literárias; Possibilitar a imaginação e a criatividade.</p>
<p>EJA</p>	<p>Resgatando o leitor da EJA</p>	<p>Atividades para resgatar o público jovem e adulto ao espaço da biblioteca, propiciando práticas de leitura de diferentes gêneros, instigantes à sua realidade, tais como: livros, jornais, vídeos, cartazes, etc.; bem como com diferentes propósitos de leitura: entretenimento, para buscar informações e ler para apreciar.</p>	<p>Oferecer ao aluno a oportunidade de realizar leituras pelo prazer de ler, dissociadas da obrigação; Amenizar danos de aprendizagem vinculados à falta de prática de leitura ao longo de suas vidas; Incentivar o hábito de leitura, dentro e fora da escola.</p>
<p>Educação infantil, Ensino fundamental, EJA e servidores</p>	<p>Concurso literário com publicação de livro</p>	<p>Concurso literário a nível municipal quando alunos e servidores do município manifestam seus talentos por meio de produções textuais de diferentes gêneros, desenhos e fotografias. A seleção das produções de alunos e servidores é publicada num livro <i>Entre versos e rimas</i>, que está em sua quinta edição. Anualmente são propostos temas diversificados. Em 2019, o tema foi o Estado do Espírito Santo.</p>	<p>Fomentar o desempenho dos alunos em relação à habilidade leitora e interpretativa; Permitir que a leitura e a escrita sejam compreendidas como prática social; Dinamizar o uso da Biblioteca Escolar; Trabalhar com os alunos e servidores a identidade e a diversidade cultural do Espírito Santo, reconhecendo a importância dos valores, saberes, costumes e tradições do povo espírito-santense.</p>

<p>Ensino fundamental (1º ao 9º ano e EJA)</p>	<p>Projeto anual temático</p>	<p>Projeto único para todas as escolas desenvolverem com temáticas específicas. No ano de 2019 é: IdentidadeES#EntreOMarEAMontanha.</p> <p>Ações educacionais e culturais que viabilizem a construção do conhecimento e divulgação da diversidade local, bem como o desenvolvimento da competência em informação.</p> <p>Atividades que propiciam a oportunidade da valorização das manifestações culturais, com pesquisas em diversas fontes e estudos correlacionados.</p>	<p>Valorizar a cultura, a arte e a literatura espírito-santense.</p> <p>Conhecer as diferentes contribuições étnicas para a formação desta cultura;</p> <p>Desenvolver ações em sala de aula e na biblioteca que favoreçam o reconhecimento cultural do Estado;</p> <p>Trabalhar com diversas fontes de informação para realização de pesquisa escolares, abrangendo os processos de busca, seleção, avaliação, uso e comunicação da informação;</p> <p>Desenvolver atividades para que os alunos possam identificar-se culturalmente em meio a toda diversidade cultural existente;</p> <p>Adquirir conhecimento das características da cultura local como um mecanismo de divulgação e afirmação de seus valores perante a sociedade;</p> <p>Conhecer o contexto histórico em que o Espírito Santo foi desenvolvido e as influências das demais culturas;</p> <p>Reconhecer as diversidades culturais, baseando-se no respeito às diferenças e na tolerância a qualquer forma de expressão cultural.</p>
--	-------------------------------	--	--

Fonte: Elaborado pelas autoras

Observa-se que as atividades *Conhecendo a biblioteca* possibilitam aos alunos compreenderem o significado da biblioteca, sua forma de organização/sistematização de materiais, seus produtos, recursos e serviços (como as atividades de contação de histórias, as ações de competência em informação, entre outras). Também visa a ensiná-los como cuidar e preservar os livros, por isso é realizada a oficina de marcador de páginas.

Na atividade de *Leitura literária digital e pesquisas orientadas*<sup>1</sup>, o profissional bibliotecário incentiva a leitura de diversos recursos informacionais (eletrônicos e impressos) e realiza o processo explícito de mediação da informação. Também ocorrem atividades tendo em vista desenvolver habilidades referentes à busca de informações para trabalhos escolares em diferentes fontes de informação, à avaliação da confiabilidade e à credibilidade destas fontes, auxilia também no processo de sistematização e assimilação dos conhecimentos adquiridos pelos alunos.

Nos projetos *Conhecendo a biblioteca e Leitura literária digital e pesquisas orientadas*, atua-se com a dimensão técnica da competência em informação, em que os alunos conhecem a organização do conhecimento de uma biblioteca e o design de ambientes virtuais, trabalham com o universo informacional em seus diversos processos, bem como com a dimensão estética, visto que aborda a leitura literária (VITORINO e PIANTOLA, 2011).

As atividades, *Contação de história, Ciranda da leitura, Encontro com escritores, Sarau literário e Concurso Leitor do ano* possibilitam aos estudantes conhecer e diferenciar os diversos gêneros literários, aperfeiçoar suas práticas de leitura, usar os materiais da biblioteca, ter acesso aos escritores e compreender o processo de escrita da obra.

Neste viés, foi realizado o projeto *Resgatando o leitor da Educação de Jovens e Adultos (EJA)*<sup>2</sup>, com atividades voltadas para o resgate do uso do espaço da biblioteca, oportunizando o acesso às informações por meio de diversas fontes de informação e com diferentes propósitos de leitura. Visa-se diminuição dos danos de aprendizagem recorrentes de diferentes aspectos.

Essas atividades, *Contação de história, Ciranda da leitura, Encontro com escritores, Sarau literário e Concurso Leitor do ano e Resgatando o leitor da Educação de Jovens e Adultos (EJA)*, voltadas para o ensino fundamental e para o EJA, possibilitam o desenvolvimento da dimensão estética da competência em informação, pois tratam de aspectos ligados ao interior do indivíduo “[...] por meio da intuição, da sensibilização, da imaginação e da reflexão pessoal”, sendo uma condição subjetiva e necessária para a formação do pensamento crítico (VITORINO e PIANTOLA, 2011:104).

O *Concurso literário com publicação de livro*<sup>3</sup> propicia o fomento das habilidades leitoras e interpretativas, a leitura e a escrita como práticas sociais, a dinamização do uso da BE e dos aspectos culturais referentes ao Estado. Neste momento, em que é trabalhada a

---

<sup>1</sup> <https://www.vilavelha.es.gov.br/noticias/2017/09/promocao-e-incentivo-a-leitura-nas-bibliotecas-17801>

<sup>2</sup> <https://www.vilavelha.es.gov.br/noticias/2018/02/eja-planeja-aco-es-para-o-ano-letivo-18973>

<sup>3</sup> <https://www.vilavelha.es.gov.br/noticias/2019/12/53-escolas-municipais-lancam-novo-livro-entre-versos-e-rimas-na-quinta-5-27775>; <https://www.vilavelha.es.gov.br/noticias/2019/12/alunos-de-vila-velha-lancam-livro-entre-versos-e-rimas-27799>.

identidade e a diversidade cultural do Espírito Santo, desperta-se a dimensão política, pois o indivíduo conhece suas raízes, histórias, costumes e tradições do local em que está inserido. Vitorino e Piantola (2011) refletem que essa dimensão reflete na administração do trajeto histórico percorrido pelas pessoas, a natureza e as relações sociais estabelecidas, possibilitando a consciência histórica.

O *projeto anual temático* trata de um assunto único em que todas as escolas terão que desenvolver, por exemplo, no ano de 2019, o assunto foi o Espírito Santo, “*IdentidadES#EntreOMarEAMontanha*”, contando com ações educacionais e culturais, que viabilizassem a construção de conhecimento com atividades de pesquisa e estudos relacionados à temática. Essas atividades incluem a dimensão técnica, referindo-se aos processos de domínio técnico mobilizados para desenvolver pesquisas sobre o Estado; a dimensão estética, com aspectos referentes à leitura e construção da subjetividade dos indivíduos; a dimensão ética, referente à apropriação e ao uso da informação; e a dimensão política, perceptível pela conscientização dos aspectos históricos, no que tange às suas problemáticas e aos atributos construtivos.

Considera-se que o fato da SEMED trabalhar em rede de bibliotecas também contribui para melhoria na qualidade de ensino, através dos programas, projetos institucionais, atividades planejadas e integradas aos currículos das escolas e, conseqüentemente, para que os alunos desenvolvam e/ou aprimorem sua competência em informação, conforme relato de experiência de Barbosa (2017).

Destaca-se que uma das características marcantes na rede de bibliotecas escolares vilavelhense é a Formação Continuada dos bibliotecários e demais profissionais que atuam nas bibliotecas<sup>4</sup>. Com o intuito de aproximar as questões pedagógicas à prática dos profissionais da informação, são realizados cursos com certificação através da *Plataforma E-proinfo MEC*<sup>5</sup> em parceria com o Núcleo de Tecnologia Educacional do município para desenvolver competências inerentes à profissão. Têm-se encontros presenciais mensais e, em cada módulo, com um tema específico, os profissionais participam de *Fórum de Discussão online*, além de realizar um trabalho e/ou uma atividade prática na escola de acordo com o assunto abordado. No decorrer dos anos, foi possível observar o impacto dessas formações por meio da avaliação dos profissionais, com destaque para alguns mais qualificados e atuantes pedagogicamente.

De modo geral, percebe-se que a rede de bibliotecas escolares de Vila Velha possui uma gama de ações, tendo em vista o desenvolvimento de competência em informação, que são compartilhadas a partir da coordenação de bibliotecas. Neste sentido, as bibliotecas e bibliotecários possuem autonomia para aderir e adaptar essas atividades propostas nos projetos de acordo com as características da escola e de sua comunidade. Observa-se que há pretensão da coordenação de bibliotecas criar e estruturar um programa sistemático de competência em informação na rede de bibliotecas escolares de Vila Velha, considerados os aspectos e necessidades específicas das escolas.

---

<sup>4</sup> <https://www.vilavelha.es.gov.br/noticias/2017/09/vila-velha-promove-praticas-pedagogicas-na-biblioteca-17601>.

<sup>5</sup> [http://e-proinfo.mec.gov.br/e-proinfo/interativo/acessar\\_espaco\\_sistema/acessar.htm](http://e-proinfo.mec.gov.br/e-proinfo/interativo/acessar_espaco_sistema/acessar.htm).

## 5. Considerações finais

Diante do aporte teórico apresentado e reflexões da temática, concluímos que a competência em informação deve ser discutida e planejada como recurso pedagógico no cenário atual das escolas brasileiras. Podemos avaliar que as ações de competência em informação nas bibliotecas escolares devem contemplar um acervo atualizado, com variedades de recursos informacionais, bibliotecários especializados na área educacional, investimento em políticas públicas, além da atualização constante nas TIC.

Configura-se um desafio para o bibliotecário apropriar-se de habilidades e competências informacionais e pedagógicas para compreensão do contexto escolar, do currículo e do projeto político pedagógico. Esse profissional necessita, para o sucesso profissional e alcance dos objetivos das disciplinas curriculares, participar ativamente estabelecendo relações de parceria e colaboração com a equipe técnica-pedagógica da escola.

Já em relação às bibliotecas escolares da rede municipal de ensino de Vila Velha, podemos inferir que são espaços de aprendizagem e ações que contribuem para o desenvolvimento de habilidades e competência em informação. Destaca-se, ainda, o fato de o bibliotecário participar nas discussões sobre o Projeto Político Pedagógico. Observa-se, de uma forma geral, que as bibliotecas ainda não estão utilizando o potencial dos recursos informacionais no meio digital.

Diante do cenário atual, os desafios para o desenvolvimento da competência em informação são consideráveis, destacamos pontos fracos que necessitam melhorias no Brasil como: investimentos na infraestrutura das escolas, tanto relacionados às bibliotecas, como também aos equipamentos tecnológicos e laboratórios de informática para potencializar o acesso à informação; bibliotecas escolares ativas com o profissional bibliotecário, trabalhando de forma colaborativa com o professor.

Sugere-se a realização de novas pesquisas e estudos para a Ciência da Informação na temática da biblioteca escolar como ambiente de aprendizagem e de desenvolvimento de habilidades e competências em informação para alunos da Educação Básica no âmbito brasileiro.

## Referências bibliográficas

### **AMERICAN ASSOCIATION OF SCHOOL LIBRARIANS; ASSOCIATION FOR EDUCATIONAL COMMUNICATIONS AND TECHNOLOGY**

1998 *Information power: building partnerships for learning*. Chicago, American Library Association, 1998.

### **ASSOCIATION OF COLLEGE AND RESEARCH LIBRARIES**

2000 *Information literacy competency for higher education*. [Em linha]. Chicago: ALA, 2000. [Consult. 22 jun. 2020]. Disponível em:

<https://alair.ala.org/bitstream/handle/11213/7668/ACRL%20Information%20Literacy%20Competency%20Standards%20for%20Higher%20Education.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.

**BARBOSA, Eliana Terra**

2017 Boas práticas do gerenciamento das bibliotecas escolares da rede municipal de ensino de Vila Velha - ES. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*. [Em linha]. 13 (2017) 826-839. [Consult. 10 jul. 2019]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/1919>.

**BARDIN, L.**

2010 *Análise de conteúdo*. 4ª ed. Lisboa: Edições 70, 2010.

**BEDIN, Jessica; CHAGAS, Magda Teixeira; SENA, Priscila Machado Borges**

2015 Competência informacional em biblioteca escolar: ações para o desenvolvimento = information literacy at school library: actions for development. *Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina*. [Em linha]. 20:3 (2015) 363-372. [Consult. 29 abr. 2020]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/71484>.

**BRASIL. Conselho Federal de Biblioteconomia**

2018 *Resolução nº 199, de 13 de julho de 2018*. [Em linha]. Brasília, DF: Sistema CFB/CRB, 2018. [Consult. 5 jul. 2019]. Disponível em: <http://repositorio.cfb.org.br/handle/123456789/1313>.

**BRASIL. Conselho Federal de Biblioteconomia**

2009 *Programa mobilizador: biblioteca escolar construção de uma rede de informação para o ensino público*. [Em linha]. Brasília, DF: Sistema CFB/CRB, 2009. [Consult. 6 jul. 2019]. Disponível em: <http://www.cfb.org.br/wp-content/uploads/2016/05/9-PROMOBILFINAL.pdf>.

**BRASIL. Ministério da Educação**

2017 *Base Nacional Comum Curricular (BNCC): 3ª versão*. [Em linha]. 2017. [Consult. 5 jul. 2019]. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>.

**BRASIL. Ministério da Educação**

2010 *Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010: Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País*. [Em linha]. 2010. [Consult. 5 jul. 2019]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12244.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12244.htm).

**BRASIL. Ministério da Educação**

1997 *Parâmetros curriculares nacionais*. [Em linha]. 1997. [Consult. 3 jul. 2019]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>.

**BRASIL. Ministério da Educação**

1996 *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996: Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União*. [Em linha]. (23 dez. 1996). [Consult. 4 jul. 2019]. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/109224/lei-de-diretrizes-e-bases-lei-9394-96>.

**CAMPELLO, Bernardete**

2009 *Letramento informacional: função educativa do bibliotecário na escola*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

**CAMPELLO, Bernardete**

2003 *A Biblioteca escolar*. 2ªed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

**DECLARAÇÃO DE MACEIÓ SOBRE A COMPETÊNCIA INFORMACIONAL**

2011 Declaração de Maceió sobre a competência informacional. In CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 24<sup>o</sup>, Maceió, 2011 - *Anais...* [Em linha]. Maceió: FEBAB, 2011. [Consult. 2 jul. 2019]. Disponível em: [http://febab.org.br/declaracao\\_maceio.pdf](http://febab.org.br/declaracao_maceio.pdf).

**DUDZIAK, Elisabeth Adriana**

2003 Information literacy: princípios, filosofia e prática. *Ciência da Informação*. [Em linha]. 32:1 (abr. 2003) 23-35. [Consult. 22 jun. 2020]. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-19652003000100003>.

**GIL, Antônio Carlos**

2008 *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6<sup>a</sup> ed. São Paulo: Atlas, 2008.

**INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS; UNESCO**

2016 *Diretrizes da IFLA para a biblioteca escolar*. [Em linha]. 2016. [Consult. 4 jul. 2019]. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/school-libraries-resource-centers/publications/ifla-school-library-guidelines-pt.pdf>.

**INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS; UNESCO**

1999 *Manifesto IFLA/UNESCO para a biblioteca escolar*. [Em linha]. 1999. [Consult. 4 jul. 2019]. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/school-libraries-resource-centers/publications/school-library-manifesto-pt-brazil.pdf>.

**KUHLTHAU, Carol**

2006 *Como usar a biblioteca na escola: um programa de atividades para o ensino fundamental*. 2<sup>a</sup> ed. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

**KUHLTHAU, Carol**

1991 Inside the search process: information seeking from the user's perspective. *Journal of the American Society for Information Science*. [Em linha]. 42:5 (June 1991) 361-371. [Consult. 30 jul. 2019]. Disponível em: <http://bogliolo.eci.ufmg.br/downloads/kuhlthau.pdf>.

**LAU, Jesús**

2008 *Diretrizes sobre desenvolvimento de habilidades em informação para a aprendizagem permanente*. [Em linha]. Boca del Rio: IFLA, 2008. [Consult. 3 jul. 2019]. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/information-literacy/publications/ifla-guidelines-pt.pdf>.

**MATA, Marta Leandro da**

2012 Aspectos da avaliação da competência informacional em instituições de ensino superior. *Em Questão*. [Em linha]. 18:1 (jan./jun. 2012) 141-154. [Consult. 6 jul. 2019]. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/22081>.

**MATA, Marta Leandro da; SILVA, Helen de Castro**

2008 Biblioteca escolar e a aplicação da proposta da competência em informação no ensino fundamental. *CRB-8 Digital*. [Em linha]. 1:3 (dez. 2008) 28-39. [Consult. 2 ago. 2019]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/9241>.

**ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS**

1985 *Modelo flexível para um modelo nacional de bibliotecas escolares*. Brasília: Comissão Brasileira de Bibliotecas Escolares; FEBAB, 1985.

**PEREIRA, Gleice**

2016 *A Colaboração no contexto da função educativa do bibliotecário*. 2016.  
Tese de Doutorado em Ciência da Informação – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.

**RAMOS, Flávia Brocchetto; CORTE REAL, Daniela; OLIVEIRA, Flávia Reis de**

2018 Bibliotecas escolares: leitura, (in)formação e cultura para uma educação cidadã. *EDUCA: revista multidisciplinar em Educação*. [Em linha]. 5:10 (maio/ago. 2018) 84-97. [Acesso 25 jul. 2019]. Disponível em:  
<http://www.periodicos.unir.br/index.php/EDUCA/article/view/3141>.

**SPUDEIT, Daniela Fernanda Assis de Oliveira [et al.]**

2017 Criação, implantação e avaliação de um programa de competência em informação em alunos do ensino fundamental. *Revista brasileira de Biblioteconomia e Documentação*. [Em linha]. 13 (2017) 885-906. [Consult. 29 abr. 2020]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/1360>.

**VASCONCELOS, Celso dos Santos**

2006 *Planejamento: plano de ensino-aprendizagem e projeto educativo*. São Paulo: Libertad, 2006.

**VILA VELHA. Conselho Municipal de Assistência Social**

2014 Resolução nº 04 de 08 de abril de 2014: Define Diretrizes para o Ensino Fundamental do Sistema Municipal de Ensino de Vila Velha. [Em linha]. *Diário Oficial do Espírito Santo*. (16 maio 2014) 109. [Consult. 12 jul. 2019]. Disponível em:  
<http://ioes.dio.es.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/2743#/p:109/e:2743?find=ensino%20fundamental%20do%20sistema%20municipal%20de%20ensino>.

**VILA VELHA. Prefeitura Municipal**

2015a *Lei nº 5.629 de 24 de junho de 2015: Aprova o Plano Municipal de Educação - PME e dá outras providências*. [Em linha]. 2015. [Consult. 12 jul. 2019]. Disponível em:  
<http://www.vilavelha.es.gov.br/legislacao/Arquivo/Documents/legislacao/html/L56292015.html>.

**VILA VELHA. Prefeitura Municipal**

2015b *Lei nº 5.677, de 26 de novembro de 2015: Cria e altera cargos no quadro técnico e administrativo do plano de cargos, carreira e vencimento do poder executivo do município de Vila Velha; lei nº 5.203/2011*. [Em linha]. 2015. [Consult. 12 jul. 2019]. Disponível em:  
<http://www.vilavelha.es.gov.br/legislacao/Arquivo/Documents/legislacao/html/L56772015.html>.

**VITORINO, Elizete Vieira; PIANTOLA, Daniela**

2011 Dimensões da competência informacional (2). *Ciência da Informação*. [Em linha]. 40:1 (jan./abr. 2011) 99-110. [Consult. 25 jul. 2019]. Disponível em:  
<http://www.scielo.br/pdf/ci/v40n1/a08v40n1.pdf>.

**Marta Leandro da Mata | [martaleandrodamata@gmail.com](mailto:martaleandrodamata@gmail.com)**

Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

**Gleice Pereira | [gleiceufes@gmail.com](mailto:gleiceufes@gmail.com)**

Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

**Resumo:** Trata do *marketing* digital pelo viés das técnicas de *Search Engine Optimization* (SEO) aplicadas ao caso do *website* de uma revista científica. Analisa aspectos e medidas objetivas e técnicas de SEO que promovam a alavancagem da visibilidade do *site* e dos seus conteúdos publicados entre os principais resultados de pesquisa em motores de busca. O método é descritivo, com abordagem qualitativa e apoio de revisão de literatura. Como resultado, o texto apresenta de forma descritiva e fundamentada uma breve análise na perspectiva do SEO *on-site* e *on-page*. Conclui-se que os *websites* de periódicos científicos podem se beneficiar das técnicas de SEO no contexto da recuperação da informação. A não utilização das técnicas básicas de SEO corrobora para uma potencial invisibilidade ou baixa recuperação da produção científica na *Web* em resultados de mecanismos de busca a nível global.

**Palavras-chave:** Marketing digital; Periódico científico; Recuperação da informação; Search Engine Optimization (SEO).

**Abstract:** It deals with digital marketing through the search engine optimization (SEO) techniques applied to the case of a scientific magazine's website. It analyzes objective and technical aspects and measures of SEO that promote the leverage of the visibility of the website and its published content among the main search results in search engines. The method is descriptive, with a qualitative approach and the support of literature review. As a result, the text presents in a descriptive and reasoned way a brief analysis from the perspective of on-site and on-page SEO. It is concluded that the websites of scientific journals can benefit from SEO techniques in the context of information retrieval. The non-use of basic SEO techniques corroborates for a potential invisibility or low recovery of scientific production on the Web in search engine results at a global level.

**Keywords:** Digital marketing; Scientific journal; Information retrieval; Search Engine Optimization (SEO).

## 1. Introdução

O artigo tem como objetivo geral descrever a estratégia de alavancagem e visibilidade para um periódico eletrônico em motores de busca por meio de técnicas de *Search Engine Optimization* (SEO). Especificamente irá abordar o *marketing* digital no contexto da recuperação da informação em ambientes informacionais digitais específicos e apresentar as principais características do SEO na Web.

Trata-se de pesquisa com abordagem do tipo qualitativa que segundo Virgilito (2018), propicia que o pesquisador possa entender melhor algum assunto sobre o qual não tem ou tem pouco conhecimento, ou ainda para explorar conceitos. Para tanto, o método mais adequado é o descritivo, com apoio da revisão de literatura sobre o tema proposto.

### 2. O marketing digital e as mudanças na sociedade

O surgimento do *marketing* na sociedade está atrelado a uma série de mudanças ocorridas ao longo dos anos que levaram à evolução econômica e sociocultural vivenciada atualmente. De acordo com Kotler (1997 *apud* FREDERICO, 2008), a evolução do *marketing* é composta por cinco fases, sendo elas: orientação à produção, orientação ao produto, orientação a vendas, orientação ao mercado e orientação ao *marketing* societal.

A Era da Produção é um período ocorrido entre 1900 e 1930 como resultado da Revolução Industrial que proporcionou mudanças de toda natureza nas sociedades e efetivamente no mercado, permitindo a ampliação das formas de consumo e demanda em todos os setores. Esse acontecimento fez com que as demandas superassem as ofertas no mercado de um modo geral (COBRA *et al.*, 1992 *apud* MORETTI, OLIVEIRA e SOUZA, 2018).

Nesse período, o mercado não tinha a preocupação em atender o consumidor em suas necessidades e, além disso, não existia o cuidado em oferecer opções de produtos e serviços. A prioridade era aumentar a produção para atender a grande demanda existente e, assim, distribuí-la para consumo de forma mais eficiente.

Em seguida, não bastava apenas produzir para atender a demanda, era necessário investimento na produção e, então, as empresas começaram gradativamente a incorporar diferenciais no produto como qualidade e *design*. Essa fase é chamada de orientação ao produto (FREDERICO, 2008).

Posteriormente à fase de produção, veio o período de vendas, entre 1930 e 1950, ao final da Segunda Guerra Mundial, quando o mercado voltou seu foco para as estratégias de promoção e vendas. Diferentemente do período anterior, nessa etapa a oferta era superior à demanda. Além disso, o mercado produzia volumosamente, mas a procura estava em baixa e, segundo acreditavam os pesquisadores, os consumidores não comprariam os produtos se não existisse um esforço substancial em sua promoção (BARTELS *et al.*, 1976 *apud* MORETTI, OLIVEIRA e SOUZA, 2018). Nessa perspectiva, as empresas começaram a adotar sofisticadas técnicas de vendas e investimento em propaganda para poder vender seus estoques.

O período que se segue coloca o consumidor no centro dos negócios. A chamada Era do *Marketing*, ocorrida a partir de 1950, demonstra a preocupação das empresas com a satisfação das necessidades e desejos dos consumidores, o que até hoje se mostra como algo imprescindível para a sustentabilidade das empresas no mercado cada vez mais competitivo (ARANTES *et al.*, 1975 *apud* MORETTI, OLIVEIRA e SOUZA, 2018).

Para Frederico (2008), o período de orientação ao *marketing* societal veio acontecer na fase em que as empresas se comprometeram em determinar e satisfazer as necessidades, desejos e interesses do mercado-alvo de forma mais eficaz que os competidores, e ainda preservou ou melhorou o bem-estar da sociedade.

As fases evolutivas do *marketing* proporcionaram o seu estabelecimento conceitual. No final da década de 1940 e início da década de 1950, surge o conceito atual de *marketing*, em que os objetivos organizacionais seriam alcançados com a superioridade competitiva, tendo a coordenação e integração das atividades e processos de *marketing* por toda a organização, de forma a reconhecer e satisfazer as necessidades e desejos dos consumidores

e clientes das empresas (ARANTES *et al.*, 1975 *apud* MORETTI, OLIVEIRA e SOUZA, 2018).

Segundo a Associação Americana de Marketing (1935),

[...] marketing é o desempenho de atividades que direcionam o fluxo de bens e serviços dos produtores aos consumidores. Conforme essa definição, há uma maior preocupação voltada para a utilidade econômica do vendedor onde a atividade de negócios é exercida de forma a maximizar a eficiência da produção e distribuição de bens e serviços. É a atividade, o conjunto de conhecimentos e os processos de criar, comunicar, entregar e trocar ofertas que tenham valor para consumidores, clientes, parceiros e sociedade como um todo (FREDERICO, 2008:1).

Concomitantemente, o *marketing* é de fundamental importância no cenário econômico e social (NEVES, 2018). Ele desafia constantemente o mercado no sentido de prosperar financeiramente e, em alguns momentos, até mesmo a sobreviver. Além disso, é relevante o seu papel no enfrentamento dos desafios mercadológicos, uma vez que finanças, operações, contabilidade e outras funções organizacionais não terão sentido se não houver uma demanda por bens e serviços que seja suficiente para que o mercado obtenha lucro.

A importância do *marketing* na sociedade é abrangente. E isso se deve ao fato de que novos produtos foram introduzidos e apresentados ao mercado e aos consumidores graças a sua evolução. Não obstante, foi através dele que tais produtos conquistaram aceitação do mercado e têm promovido melhoria na vida das pessoas.

Um *marketing* de sucesso gera demanda por produtos o que, por sua vez, cria postos de trabalho e contribui com os resultados financeiros do mercado. Ainda nesse sentido, ele permite que as empresas se envolvam de forma mais sólida em atividades socialmente responsáveis. É por isso que, muitas vezes, observamos o sucesso financeiro de uma empresa dependendo das habilidades e do sucesso das ações do departamento de *marketing*.

### **3. Marketing digital e a recuperação da informação na Internet**

Na Era da Informação, onde há necessidade e preocupação das instituições com a Internet e conectividade, possibilitando as mensagens trocadas em tempo real, é importante reagir com rapidez e firmeza. Nesse contexto, o *marketing* precisa se adaptar e atender às evoluções de um mercado cada vez mais digital. No mundo virtual, o *marketing* sobre bens, produtos e serviços tem ganhado espaço com o avanço da Internet. A facilidade de busca diminui a distância entre informações e clientes e influencia na determinação da concorrência, ao deixar, por exemplo, os consumidores mais bem informados sobre os produtos ou serviços oferecidos. Além disso, permite que as empresas analisem o comportamento dos seus consumidores, dos concorrentes e do ambiente competitivo para traçar suas estratégias empresariais (KOTLER, 2012).

Para Neves (2018, tradução livre), a missão do *marketing* no mundo conectado é lidar com os clientes, seja qual for o canal ou contexto em que estejam. Ainda segundo o autor, o antigo *marketing* – baseado numa visão reducionista voltada para o produto e não para as

necessidades do consumidor – não atende plenamente aos novos rumos baseados nos processos informacionais (KOTLER, 1997 *apud* NEVES, 2018). E mais,

[...] recai sobre as fórmulas utilizadas em marketing. “Receitas de bolo”, como a análise SWOT e do *mix* de marketing, podem ser aplicadas de forma simplista e não atender à complexidade das demandas atuais. A falta de profundidade com que esses temas são analisados, não traz benefícios às organizações. Ainda, mascaram a realidade. As organizações são narcisistas e não reconhecem suas vulnerabilidades e superestimam suas competências. (FREDERICO, 2008:6).

Nesse sentido, o *marketing* envolve a identificação e a satisfação das necessidades humanas e sociais. Ele tem a capacidade de transformar uma necessidade particular ou social em uma oportunidade lucrativa de negócios. Esse perfil é característico das pessoas que trabalham com o *marketing*, pois elas decidem quais recursos projetar em um produto, estipular preços, onde vender bens ou oferecer serviços e quanto gastar com propaganda, vendas, Internet e *marketing* digital.

Essas decisões atualmente são tomadas em um ambiente fomentado pela Internet, onde consumidores, concorrência, tecnologia e forças econômicas e informacionais mudam rapidamente, podendo trazer consequências instantâneas. Nesse sentido, o *marketing* digital resulta de um cuidadoso processo de planejamento e execução, que utiliza as mais avançadas ferramentas e técnicas disponíveis (KOTLER, KARTAJAYA e SETIAWAN, 2017).

As transformações no mundo atualmente movidas em tempos da informação digital, afetam diretamente os processos que envolvem o *marketing*. Portanto, para Neves (2018), ter um *website* na rede mundial de computadores, na atualidade, não é mais um investimento de pouca prioridade. Isto é, no contexto contemporâneo, trata-se de uma necessidade, visando a garantir a sobrevivência da instituição.

O *marketing* digital é extremamente favorecido com o avanço da Internet. No Brasil, por exemplo, os consumidores de classes mais populares já estão se habituando a utilizar e comprar por meio de lojas virtuais. Nisto, de acordo com Frederico (2008), a facilidade de busca proporcionada pelo *marketing* digital diminui a assimetria de informações e influencia na determinação dos preços de referência. Ainda, as comunidades virtuais são um espaço livre para as marcas estudarem os sentimentos dos internautas e o porquê desses indivíduos nutrirem sentimentos positivos ou negativos acerca de determinados serviços e produtos.

No entanto, as empresas, buscando maximizar os lucros e ao mesmo tempo satisfazer as demandas dos consumidores, necessitam desenvolver estratégias que possibilitem equacionar esses objetivos (LINDSTROM, 2016). E essas estratégias muitas vezes estão associadas à utilização da Internet como canal ou plataforma de comunicação fundamental.

Entre as possibilidades e ferramentas que a Internet propicia para a consolidação e utilização do Web marketing estão os Websites de comércio eletrônico, veículos utilizados pelas empresas na divulgação de seus produtos e serviços. Se utilizado de forma correta, possibilita as empresas resultados positivos no que diz respeito a lucratividade (OLIVEIRA *et al.*, 2011:149).

Para Neves (2018), com a integração das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), o profissional da informação é instigado para a inovação, com estratégias associadas a estas tecnologias como suporte de suas atividades técnicas e administrativas e de mediação da informação com os usuários. Assim,

[...] vários são os recursos tecnológicos que podem ser utilizados para potencializar suas atividades de interação, a exemplo de chats, microblogs, e-mail, videoconferência, fóruns, enquetes, principalmente por meio de celulares (smartphones), computadores. Um dos recursos mais modernos, e de baixíssimo custo, são os APP's ou aplicativos para celulares e outros dispositivos móveis, como os tablets, dentre outros. (NEVES, 2018:219).

A recuperação da informação está relacionada a retomada e aquisição de dados representados e dos próprios documentos armazenados, de forma a satisfazer as *necessidades de informação* dos usuários. Para isso é necessário que haja uma *interface* na qual os usuários possam descrever suas necessidades e questões, e através da qual possam também examinar os documentos atinentes recuperados e/ou suas representações (SOUZA, 2006).

Especificamente, para a disponibilização e recuperação da informação, estratégias são utilizadas para melhorar o posicionamento dos *websites* nos mecanismos de busca, sendo estes, atualmente, a principal forma de recuperação da informação disponível na Internet. Destaca-se, aqui, o SEO.

Percebe-se, portanto, que essas ações estratégicas com a utilização das TDIC disponíveis estão associadas a processos e atividades do *marketing* digital. Nesse sentido, tais atividades e processos – a serem potencialmente realizadas pelo profissional da informação – podem contribuir para a boa recuperação da informação considerando o ambiente da Internet, possibilitando a disseminação da informação e, conseqüentemente, a expansão do conhecimento, o que irá oportunizar às organizações alcançar seus objetivos institucionais relacionados especialmente ao *marketing* digital (OLIVEIRA *et al.*, 2011).

A recuperação de informações traz dificuldades intrínsecas ao conceito de "informação", como a dificuldade da determinação da real necessidade do usuário e do seu melhor atendimento com os documentos que fazem parte do acervo do sistema (FOSKETT, 1997:5 *apud* SOUZA, 2006).

A medida que os sistemas de informação evoluem, também são impulsionadas as estratégias de recuperação da informação, a exemplo da interface cognitiva, e personalização. Sendo necessária acompanhamentos por meio de técnicas de: análises estruturais, análises de *links*, análise de utilização, análise de autoridade e de semântica de dados por meio de marcação e da exploração. A partir do debate do *marketing* digital, que julgamos interessante para a Ciência da Informação, destacamos como técnica relevante o SEO para apoiar na recuperação da informação.

#### **4. A importância do SEO para visibilidade de periódicos científicos**

No desenvolvimento de um projeto para a *Web*, um fator de muita importância e que normalmente é tratado como algo sem relevância pelos desenvolvedores, é a otimização do

próprio projeto, seja ele um *site* ou uma simples página, para mecanismos de busca, o SEO. De acordo com Jerkovic (2010), o SEO é descrito como um conjunto de todo o trabalho necessário para produzir um alto volume de referências bem sucedidas oriundas de mecanismos de busca e diretórios *Web* com objetivo de popularizar um *website* por meio da análise interna e externa de suas páginas, conteúdos e da quantidade de *hyperlinks* externos que apontem para essas páginas. Portanto, a adoção de *metatags* (campos que se referem a metadados), palavras-chave, além de estudos métricos de acessos e demais técnicas que visem a melhorar o posicionamento de páginas *Web* em motores compõem toda a estrutura de recursos que formam o SEO.

De acordo com Enge e outros (2012), o SEO, ao contrário de outras técnicas de *marketing* digital, como o *Paid To Click* (PTC), ou Pago Por Clique (PPC), em português, como já diz seu próprio nome, é um modelo tradicional de negócio utilizado durante estratégias de *marketing* digital na *Web* em que o tráfego de um *website* é originado de cliques em *hyperlinks* localizados em páginas de parceiros pagos (PAID..., 2020), não precisa de grandes investimentos para ser implementado. Porém, é trabalhoso, uma vez que vários testes terão que ser feitos até se achar uma estratégia de SEO que efetivamente funcione para o conteúdo que o *website* produz, mas, ainda assim, é uma estratégia que não exige grandes investimentos financeiros em publicidade, por exemplo.

Em grosso modo, o SEO funciona como uma propaganda gratuita que produz uma melhor taxa de retorno sobre o que é investido quando comparado com outros tipos ou estratégias de *marketing* digital, logo, percebe-se que o SEO não pode ser ignorado por empresas que querem se destacar e se manter vivas no mercado, principalmente aquelas que estão em fase inicial e não dispõem de muitos recursos.

É importante observar que o conteúdo produzido e de relevância dentro de uma estratégia de *marketing* digital continua ocupando um espaço singular e primordial, ainda mais no que diz respeito ao SEO, visto que ter um conteúdo original e de boa qualidade é uma causa para os efeitos de todas estratégias de SEO que forem utilizadas em um projeto *Web*. O SEO, neste caso, apenas levará o usuário ao conteúdo que o interessa, podendo ou não retê-lo na página que ele acessar. A diferença fica por conta de que por meio do SEO, o conteúdo positivo de um *website* irá se sobrepor a infinidade de conteúdos mal indexados que existem na *Web* (JERKOVIC, 2010.)

As vantagens da utilização de técnicas de SEO são, dentre outras:

- a) menor custo (bastam apenas recursos humanos e tempo);
- b) benefícios em longo prazo duradouros;
- c) crescimento natural do número de acessos no *site*; e
- d) promoção da confiança (os resultados de busca orgânica passam uma maior confiança ao usuário quando comparados a *hyperlinks* pagos).

O SEO é um investimento com retorno em longo prazo, que exigirá o compromisso por parte da equipe de desenvolvimento, e não dá garantias de que o resultado esperado será atingido, pois, muitas vezes, os desafios de SEO não estão relacionados somente à tecnologia. Ledford (2007) cita os desafios enfrentados pelos analistas de SEO:

- a) com a expansão da Internet, o número de *sites*, segundo pesquisa realizada pela Netcraft em abril de 2009, era de cerca de 231,5 milhões em todo o mundo – o que já é um número gigantesco –, e levando em consideração que cada domínio pode conter vários subdomínios, é bem provável que o real número de *sites* esteja na casa de bilhões em 2019, um crescimento de mais de 33.000.000%. Neste cenário, é difícil imaginar um nicho de mercado para se destacar da multidão;
- b) falta de garantias: mesmo que você siga todas as estratégias de SEO, é impossível garantir que você conseguirá atingir o primeiro lugar nas pesquisas de um grande mecanismo de busca como Google, Yahoo! ou Bing. Há muitas variáveis envolvidas, e algumas estão fora do controle do desenvolvedor;
- c) a utilização de SEO demanda tempo, mas, uma vez que você consiga ser bem sucedido, os benefícios são duradouros;
- d) flutuação de ranques: os grandes mecanismos de busca são *softwares* proprietários de código fechado e possuem seus próprios fatores para a classificação das páginas disponíveis na *Web*. Assim, muitas vezes, a mudança de um desses fatores pode fazer com que o *site* caia algumas posições ou mesmo desapareça da tela de resultados nas buscas;
- e) fator de tempo e constância: como já foi dito anteriormente o SEO é uma estratégia com resultados previstos a médio e longo prazo, e mesmo que você consiga o primeiro lugar nos mecanismos de busca, é necessário manter constância para continuar no topo, pois a concorrência pelas primeiras colocações é sempre muito grande.

De acordo com Enge *et al.* (2009), as estratégias de SEO podem ser aplicadas com várias finalidades:

- a) **SEO para tráfego puro:** a otimização para mecanismo de busca e a criação de conteúdo direcionado a uma palavra-chave ajuda um *site* a aparecer para os principais termos da busca, o que normalmente leva a um tráfego direto e a *hiperlinks* de referência a medida que mais e mais pessoas passam a utilizar o que você produziu. Com a alta da publicidade *online*, milhares de *sites* utilizam desta estratégia para divulgar seus produtos e serviços por meio de *banners* e serviços como o AdSense, da Google. Este tipo de SEO deve ser empregado quando for possível monetizar o tráfego sem ações ou transações financeiras ocorrendo em seu *site*. Utiliza-se de estruturas inteligentes e categorias para um acesso mais fácil ao conteúdo do *website*; seus artigos devem ser de fácil compartilhamento para que possam ser disseminados de forma viral;
- b) **SEO para lojas virtuais:** uma das formas mais utilizadas de SEO é conduzir o tráfego relevante para uma loja eletrônica a fim de obter uma maior quantidade de vendas. Quando um usuário utiliza de um mecanismo de busca para procurar produtos e serviços, ele já sabe o que quer. Assim, se uma loja dispõe deste produto ou serviço e aplica adequadamente as técnicas de SEO para atrair esse potencial consumidor, as chances de a venda ser bem sucedida são muito altas. Vale observar que somente é indicado fazer uso de SEO para lojas virtuais quando tiver produtos ou serviços a oferecer e que estes estejam disponíveis para venda em seu *website*;

- c) **SEO para visibilidade:** uma forma menos utilizada, mas muito poderosa de SEO é seu uso para dar visibilidade a uma marca. Esta estratégia é utilizada por *blogueiros*, influenciadores digitais, produtores de mídias, fornecedores de notícias e vários outros tipos de criadores de conteúdos digitais que queiram alavancar sua visibilidade aparecendo nos primeiros lugares nas páginas de resultados de pesquisas de grandes motores de busca. A utilização desta técnica é útil quando se deseja transmitir uma mensagem para qual não se tem ainda um conteúdo pronto ou bem definido. O processo é similar à publicidade tradicional, ou seja, investe-se na repetição de um anúncio para que o mesmo se torne conhecido do comprador ou consumidor potencial. Para este tipo de SEO, a utilização de caudas longas, que é o uso de palavras-chave mais genéricas e em demasia, é o recomendável;
- d) **SEO para controle de reputação:** a utilização de SEO para controle de reputação vem crescendo, pois é de grande interesse de grandes empresas manter sua reputação frente ao consumidor. Trata-se de um artifício utilizado contra as críticas sobre um produto ou serviço de determinada empresa, cujo objetivo é sobrepor as opiniões negativas dos consumidores com as opiniões positivas, posicionando-as entre os principais resultados de uma pesquisa e invisibilizando nas últimas páginas o conteúdo de teor negativo. O SEO para controle de reputação é uma das maiores dificuldades que o profissional de SEO pode ter, pelo fato de envolver não somente um, mas vários resultados entre as melhores colocações nos mecanismos de busca. Este é um mercado em extrema ascensão devido à consciência das empresas de que precisam manter uma reputação impecável frente ao seu consumidor e às pessoas que ainda não conhecem seus produtos ou serviços;
- e) **SEO para influência ideológica:** o uso de SEO para influência ideológica procura dominar a opinião pública sobre um determinado assunto. O objetivo aqui é promover ideias e conteúdos enviesados ideologicamente dentro dos resultados dos mecanismos de busca para que pessoas que tenham interesse nos assuntos discutidos na perspectiva de uma determinada ótica. Muitos políticos utilizam esta técnica para divulgar seus feitos, porém qualquer pessoa, seja ela pública ou não, pode fazer uso desta estratégia para influenciar pessoas e grupos.

Segundo Trevisan, Monteiro e Vidotti (2019), no mundo digital, o entendimento e uso dos mecanismos de busca ainda são obscuros àqueles que estudam a organização, recuperação e disseminação da Informação sob o olhar da Ciência da Informação, uma vez que os critérios de indexação são restritos às empresas de busca. Endossamos, a esta observação, que também o volume de publicações sobre o SEO na literatura da área, no Brasil, ainda é tímido.

No campo do *marketing* digital, uma das formas mais indicadas de se conhecer um público e entender suas necessidades diante de um produto ou serviço é transformando-o em *personas*, ou seja, personagens semi-fictícios que se aproximem das características gerais do público e apresentem suas principais demandas (LOVELOCK e WIRTZ, 2007; NEVES, 2018). Definidas as *personas*, conhecemos as principais limitações do *site* no sentido de SEO. Assim, é possível realizar uma análise mais incisiva sobre pontos que potencialmente diminuem a encontrabilidade das informações de periódicos científicos em motores de busca.

## 5. Considerações finais

O *marketing* digital mudou as relações de mercado. Agora, o consumidor tem voz e a sua escolha não depende mais somente da própria empresa, mas de inúmeros aspectos que não podem ser controlados por uma única instituição. A informação ampla e facilmente compartilhável no campo da Internet ganhou níveis jamais vistos, e com isso o *marketing* tradicional precisou se reinventar, deixando de lado estratégias antes custosas e pouco acessíveis, para adotar medidas focadas em todos ao mesmo tempo, do José do interior do Ceará a Fátima da capital do Brasil, do William em Nova Iorque ao Murilo em Xangai. Seja por meio de plataformas, de redes sociais ou simplesmente em suas páginas institucionais extremamente dinâmicas e interativas, as empresas estão dia a dia tendo que direcionar seus orçamentos de publicidade mais para pagar *Youtubers* e *Digital Influencers* que possam avaliar positivamente seus produtos ou serviços do que para estampar sua marca em comerciais televisivos em horário nobre.

No meio de toda esta dinâmica e tamanha revolução, o SEO emerge como uma alternativa pouco custosa, mas eficiente, de se destacar uma marca ou divulgar um conteúdo. *Websites* que adotam essas técnicas não escondem seus resultados positivos: basta uma rápida busca por determinados termos-chave que páginas já conhecidas do público, mas que nem sempre são referências em um dado assunto, estão lá, entre os primeiros do Google.

O *website* das revistas científicas possui conteúdo de qualidade, escrito por pessoas de referência e de autoridade inquestionável sobre os mais diversos assuntos no campo da Informação. Mas o quanto tudo isso aparece para o mundo? Talvez muito pouco.

A implementação de estratégias e técnicas de SEO *on-site* e *on-page* tem grande potencial para apoiar estratégias de recuperação da informação, mas que, infelizmente, não pode ser ainda visto no *site* da maioria dos periódicos científicos. O que se vê, no entanto, é uma adoção ínfima, provavelmente despreziosa e inocente, de parte mínima do básico referente ao que a técnica SEO pode proporcionar.

## Referências bibliográficas

### AMARAL, S. A. do

2017 Users, information consumers, and information service agencies from the marketing perspective. *Transinformação*. [Em linha]. 29:1 (apr. 2017) 27-38. [Consult. 22 mar. 2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2318-08892017000100004>.

### ARAÚJO, R. F.

2018 Marketing científico digital e métricas de mídias sociais: indicadores-chave de desempenho de periódicos no Facebook. *Informação & Sociedade: estudos*. [Em linha]. 28 (2018) 7-22. [Consult. 22 mar. 2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1809-4783.2018v28n1.22063>.

### ARAÚJO, R. F.; NEVES, B. Coelho

2019 Marketing de conteúdos digitais: o uso das redes sociais na pesquisa. In *Ciência aberta, sistemas e ambientes de informação: do acesso às boas práticas de pesquisa*. Or. Gildenir Carolino Santos, Valéria dos Santos Gouveia Martins. Campinas, SP: Ed. NE-SBU, 2019.

**ARAÚJO, Walqueline Silva; FREIRE, Gustavo Henrique Araújo; CÔRTEZ, Gisele Rocha**

2018 Marketing de relacionamento em bibliotecas: estratégia de comunicação em ambiente Web. *Informação & Informação*. [Em linha]. 23:3 (dez. 2018) 544-564. [Consult. 22 mar. 2020]. Disponível em:  
<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/28282>.

**ENGE, E. [et al.]**

2012 *The Art of SEO: mastering Search Engine Optimization*. Beijing: O'Reilly, 2012.

**FREDERICO, E.**

2008 O Que é marketing? *Antenna Web*. [Em linha]. Ed. 4 (sem. 2008) 1-8. [Consult. 2 fev. 2020]. Disponível em:  
<https://www.antennaweb.com.br/edicao4/artigos/pdf/ed4.pdf>.

**JERKOVIC, J. I.**

2010 *SEO warrior*. California: O'Reilly, 2010.

**KOTLER, P.**

2012 *Marketing 3.0: as forças que estão definindo o novo marketing centrado no ser humano*. Trad. Ana Beatriz Rodrigues. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

**KOTLER, P.; KARTAJAYA; H.; SETIAWAN, I.**

2017 *Marketing 4.0: do tradicional ao digital*. Rio de Janeiro: Sextante, 2017.

**LINDSTROM, M.**

2016 *A Lógica do consumo: verdades e mentiras sobre por que compramos*. Rio de Janeiro: Harper Collins, 2016.

**LOVELOCK, C.; WIRTZ, J.**

2007 *Marketing de serviços: pessoas, tecnologia e resultados*. São Paulo: Pearson, 2007.

**MINTZBERG, H., AHLSTRAND, B.; LAMPEL J.**

1998 *Strategy Safari*. New York: The Free Press, 1998.

**MORETTI, S. L. do A.; OLIVEIRA, S. L. I.; SOUZA, C. G de.**

2018 A Evolução do conceito de marketing e sua aplicação no turismo: simetrias evolutivas, assimetrias temporais. *Revista de Turismo Contemporâneo*. [Em linha]. 6:1 (jan./jun. 2018) 129-150. [Consult. 2 fev. 2020]. Disponível em:  
<https://periodicos.ufrn.br/turismocontemporaneo/article/view/12477>.

**NEVES, B. C.**

2018 Strategist librarian on social media: conceptual approach and possibilities of digital marketing in public libraries *Informação & Sociedade: Estudos*, João Pessoa, v.28, n.3, p. 323-337, set./dez. 2018.

**NEVES, B. C.**

2018 *Marketing digital para instituições educacionais e sem fins lucrativos*. New York: Amazon, 2018.

**OLIVEIRA, A. M. de [et al.]**

2011 Search Engine Optimization - SEO: a contribuição do bibliotecário na otimização de websites para os mecanismos de busca. *Perspectivas em Gestão & Conhecimento*. [Em linha]. 1:nº especial (out. 2011) 137-159. [Consult. 2 fev. 2020]. Disponível em:  
<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/pgc/article/view/10792>.

**PAID TO CLICK**

2020 Paid to click. In *Wikipédia, a enciclopédia livre*. [Em linha]. Flórida: Wikimedia Foundation, 2020. [Consult. 2 fev. 2020]. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Paid\\_to\\_click&oldid=55961805](https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Paid_to_click&oldid=55961805).

**SEO**

2020 *SEO: tudo sobre Search Engine Optimization: resultados digitais*. [Em linha]. 2020. [Consult. 2 fev. 2020]. Disponível em: <https://resultadosdigitais.com.br/especiais/o-que-e-seo>.

**SOUZA, Renato Rocha**

2006 Sistemas de recuperação de informações e mecanismos de busca na web: panorama atual e tendências. *Perspectivas em Ciência da Informação*. [Em linha]. 11:2 (ago. 2006) 161-173. [Consult. 7 dez. 2020]. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-99362006000200002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362006000200002&lng=en&nrm=iso).

**TERBLANCHE, N. S.**

2005 A Century of marketing: achievements, mishaps and future challenges. *Management Dynamics*. 14:4 (2005) 1-17.

**TREVISAN, G. L.; MONTEIRO, S. D.; VIDOTTI, S. A. B. G.**

2019 Search engine optimization e qualidade das fontes de informação digital: elementos construtores à busca. *Perspectivas em Gestão & Conhecimento*. [Em linha]. 9:2 (2019) 4-23. [Consult. 22 mar. 2020]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/121067>.

**Barbara Coelho Neves | [babi.coelho7@gmail.com](mailto:babi.coelho7@gmail.com)**

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - Instituto de Ciência da Informação, Brasil

**Ramon Davi Santana | [ramonDSA@ufba.br](mailto:ramonDSA@ufba.br)**

Universidade Federal da Bahia (UFBA), Brasil

**Dulcinéia Vieira de Assunção Gomes | [ducenf78@gmail.com](mailto:ducenf78@gmail.com)**

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Brasil